

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE NUTRIÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM NUTRIÇÃO E SAÚDE

LUCINDA CAROLINA MANJAMA

**O PAPEL DA AGRICULTURA FAMILIAR NA ALIMENTAÇÃO
ESCOLAR: UMA INTERLOCUÇÃO TEÓRICA ENTRE
BRASIL E MOÇAMBIQUE**

Goiânia
2016

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS (TEDE) NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG E NO BANCO DE TESES DA CAPES

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) e a Capes a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG) e banco de teses Capes, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

- 1. Identificação do material bibliográfico:** **Dissertação** **Tese**
2. Identificação da Tese ou Dissertação

Autor (a):	Lucinda Carolina Manjama		
E-mail:	lucindamanjama@gmail.com		
Seu e-mail pode ser disponibilizado na página?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	
Vínculo empregatício do autor	Sem vínculo		
Agência de fomento:	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	Sigla:	CNPq
País:	Brasil	UF:	DF
		CNPJ:	33.654.831/0001-36
Título:	O papel da agricultura familiar na alimentação escolar: uma interlocução teórica entre Brasil e Moçambique		
Palavras-chave:	Alimentação escolar; agricultura familiar; segurança alimentar e nutricional; políticas públicas		
Título em outra língua:	The role of family agriculture in school feeding: a theoretical dialogue between brazil and mozambique		
Palavras-chave em outra língua:	school feeding, family farm, food security and nutrition, public policy		
Área de concentração:	Nutrição e Saúde		
Data defesa: (dd/mm/aaaa)	29/02/2016		
Programa de Pós-Graduação:	Nutrição e Saúde		
Orientador (a):	Estelamaris Tronco Monego		
E-mail:	estelamaris.monego@gmail.com		
Co-orientador (a):*	Karine Anusca Martins		
E-mail:	karineanusca@gmail.com		

*Necessita do CPF quando não constar no SisPG

3. Informações de acesso ao documento:

Liberação para disponibilização?¹ total parcial

Em caso de disponibilização parcial, assinale as permissões:

Capítulos. Especifique: _____

Outras restrições: _____

Liberação para ambos (Capes e BDTD/UFG) Liberação apenas para BDTD/UFG

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF ou DOC da tese ou dissertação.

O Sistema da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações garante aos autores, que os arquivos contendo eletronicamente as teses e ou dissertações, antes de sua disponibilização, receberão procedimentos de segurança, criptografia (para não permitir cópia e extração de conteúdo, permitindo apenas impressão fraca) usando o padrão do Acrobat.

Lucinda Carolina Manjama
Assinatura

Data: 09 / 03 / 2016

¹ Em caso de restrição, esta poderá ser mantida por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Todo resumo e metadados ficarão sempre disponibilizados.

LUCINDA CAROLINA MANJAMA

**O PAPEL DA AGRICULTURA FAMILIAR NA ALIMENTAÇÃO
ESCOLAR: UMA INTERLOCUÇÃO TEÓRICA ENTRE
BRASIL E MOÇAMBIQUE**

Dissertação apresentada à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Nutrição e Saúde da Faculdade de Nutrição da Universidade Federal de Goiás, como exigência para obtenção do Título de Mestre em Nutrição e Saúde.

Orientadora: Prof^a Dr^a Estelamaris T. Monego

Co-orientadora: Prof^a Dr^a Karine Anusca Martins

Linha de pesquisa: Segurança Alimentar e Nutricional

Financiamento: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

Goiânia
2016

Ficha catalográfica elaborada automaticamente
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a), sob orientação do Sibi/UFG.

Manjama, Lucinda Carolina

O papel da agricultura familiar na alimentação escolar: uma
interlocução teórica entre Brasil e Moçambique [manuscrito] / Lucinda
Carolina Manjama. - 2016.

CXXVI, 126 f.: il.

Orientador: Profa. Dra. Estelamaris Tronco Monego; co-orientadora
Dra. Karine Anusca Martins.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade
de Nutrição (Fanut) , Programa de Pós-Graduação em Nutrição e Saúde,
Goiânia, 2016.

Bibliografia. Anexos. Apêndice.

Inclui siglas, mapas, abreviaturas, lista de figuras.

1. Alimentação escolar. 2. Agricultura familiar . 3. Segurança alimentar
e nutricional. 4. Políticas públicas. I. Monego, Estelamaris Tronco ,
orient. II. Martins, Karine Anusca, co-orient. III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE NUTRIÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM NUTRIÇÃO E SAÚDE

LUCINDA CAROLINA MANJAMA

**O PAPEL DA AGRICULTURA FAMILIAR NA ALIMENTAÇÃO
ESCOLAR: UMA INTERLOCUÇÃO TEÓRICA ENTRE
BRASIL E MOÇAMBIQUE**

**Dissertação DEFENDIDA e APROVADA em 29 de Fevereiro de 2016, pela Banca
Examinadora constituída pelos membros:**

Prof Dr Eduardo Gonçalves Rocha

FD/UFG

Prof Dr Gabriel da Silva Medina

EA/UFG

Profª Drª Estelamaris Tronco Monego

FANUT/UFG (orientadora)

Membros suplentes:

Profª Drª Maria Raquel Hidalgo Campos

FANUT/UFG

Profª Drª Lucilene Maria de Sousa

FANUT/UFG

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, irmãos e tios José Manuel Samo e Artur Samo, pelo apoio incondicional, pelo acompanhamento em todas as etapas da minha vida e pela paciência de suportar a minha ausência durante a licenciatura e atualmente durante o mestrado. Sem vocês os meus sonhos não se tornariam realidade. Amo-vos incondicionalmente.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus, pelo dom da vida a mim concebido e pelas bênçãos que tem proporcionado na minha vida;

Aos meus pais amados José e Josefa Manjama e aos meus irmãos Cleria, Airton e Etrice Manjama que tão cedo tiveram que habituar a conviver com a minha ausência. Obrigada pelo apoio moral, financeiro, incondicional nessa caminhada da minha vida. Ter vocês do meu lado representa tudo para mim;

Aos meus tios José Manuel e Artur Samo pela força e coragem que me deram para concorrer ao mestrado e pelo suporte que tem me dado desde que aqui estou. As minhas primas Hortênciá Chapo, Eunice Chiremba, Maria Paulina Manjama, Maria Simango, Glicínia Manjama, Roqueia Cumbana, Carla Cumbana e aos demais familiares, pelo apoio moral e mesmo distante, por estarem presentes na minha vida e compartilhando momentos especiais das nossas vidas;

À professora Estelamaris Tronco Monego em especial, pela oportunidade que me proporcionou aceitando-me orientar no mestrado. Você é para mim um modelo de pessoa e profissional. Que a sua vontade de ajudar o próximo seja permanente ao longo dos anos. Agradeço também a professora Karine Anusca Martins pela co-orientação, paciência e compreensão em alguns momentos que mais necessitei. Agradeço pela vossa atenção e paciência para não me deixar fracassar. Agradeço também ao Professor Doutor Tito Fernandes pelas grandiosas considerações feitas no trabalho;

Às professoras que participaram da banca de avaliação do meu projeto de pesquisa e do exame de qualificação: Maria Raquel Hidalgo Campos e Karine Anusca Martins, Andrea Sugai Mortoza, Eduardo Gonçalves Rocha, Marília Mendonça Guimarães e aos demais professores da Faculdade de Nutrição da UFG que contribuíram diretamente ou indiretamente para o meu crescimento na academia. Muito obrigada pelas sugestões;

A seis amigos de suma importância nessa trajetória: Melanie Rodrigues (Confi), Eduardo Moisés Humbane, César Zindora, Quiraque Zacarias, Lara Andrade e Priscila Olin. Agradeço pela amizade, por me motivarem a continuar nessa caminhada e por vibrarem a cada conquista alcançada;

Agradeço especialmente ao meu amigo e namorado Jumarley Dondo. Pelo amor, carinho e companheirismo e por estar sempre do meu lado nessa luta e por nunca desistir do nosso amor apesar da distância. Te amo “Dim Dim”;

Aos amigos moçambicanos e demais africanos companheiros de batalha: Nikki Mondlane, Quiraque, Eni, Emídio, Óscar, Ernesto Macaringe, Daniel, Albino, Eduardo Moisés, Eduardo Bata, Vanito Frei, Albino, Maimuna, Aida Rafael, Nigel Dias, Morgan, Toudjé, Sergei, Cadija, Felizardo que saíram das suas casas em busca de um sonho. Que continuem lutando sempre. Aos meus amigos Henry Mavilane e Eutélío Damião pelo apoio incansável e por estarem sempre torcendo por mim. Aos amigos brasileiros: Marta

Quintiliano, Sarah Vidal, Priscila e Raquel Pimentel e família. Ter vocês por perto é uma das maiores graças que tenho tido nessa caminhada. Que Deus abençoe a cada um de nós;

Às minhas companheiras e amigas de mestrado, Nha Pri Olin, Gessikita Mércia, Natália Menezes, Patrícia Neves, Ana Cristina Castro, Lorena Lopes, Malaine Moraes, Bibiana e as demais colegas do mestrado, por compartilharem tantos momentos de alegria, de estudo, de ajuda. Obrigada pelas palavras sinceras, pelo carinho, pela generosidade, pelo sentimento de força em cada obstáculo;

Aos amigos pela fé do Grupo de Partilha Universitária (GPU), ComPartilha e da Paróquia Universitária São João Evangelista, Maninho Deny Bruce, Linda Priscila, Nilo, Priscila Pimentel, Marcelo Henrique, Polly de Paula, pelo apoio imensurável que vocês tem me proporcionado. Sem vocês essa caminhada seria mais difícil do que está sendo;

A Rebecca Camargo e família, por terem me recepcionado na minha chegada em Goiânia e por me auxiliarem a encontrar um lugar para morar nos primeiros meses. Nós não nos conhecíamos antes de aqui chegar e mesmo assim vocês decidiram me ajudar, isso me provou que ainda existem pessoas boas e dispostas a apoiar o próximo. Minha gratidão por vocês é eterna. Que Deus vos abençoe sempre;

Às colegas da equipe UNASUL: Bruna Bittar, Giovanna Angela, Linda Priscila, Beatriz de Assis, Géssica Mércia, Isadora Tolentino, Clara Sugizaki, Ana Clara, Lorena Ribeiro e Lorena Passos Camargo, pelo companheirismo em todas as etapas do projeto. Mesmo que algumas tenham saído no decorrer do projeto, vocês tiveram um papel fundamental no meu processo de formação formal e informal;

À equipe da Secretaria Municipal de Educação de Senador Canedo, em especial os trabalhadores da gerência de alimentação escolar, e a Gestão da Alimentação Escolar de Sanclerlândia, pela abertura e participação na pesquisa. Sem o vosso envolvimento, nada seria realizado;

Ao Programa de Pós-graduação em Nutrição e Saúde/UFG na pessoa do servidor público Douglas Prado, pela paciência, dedicação e responsabilidade e principalmente pela forma como conduziu o meu processo seletivo para o mestrado nessa instituição de ensino;

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo financiamento da pesquisa e concessão da bolsa de estudos pelo Programa Estudante Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG), possibilitando dessa forma que eu aqui estivesse participando do mestrado;

A todos que direta ou indiretamente contribuíram na luta dessa conquista...

...“Tabonga” (“Obrigado” na minha língua materna ‘ndau’).

EPÍGRAFE

“A educação é a arma mais poderosa que você
pode usar para mudar o mundo”

Nelson Mandela

RESUMO

Introdução: O Programa Nacional de Alimentação Escolar brasileiro representa um importante parceiro no estímulo à adoção de práticas alimentares saudáveis no ambiente escolar, sendo considerado uma das estratégias para a garantia da Segurança Alimentar e Nutricional e do Direito Humano à Alimentação Adequada. Apresenta como pressupostos o desenvolvimento sustentável e o respeito à cultura, hábitos e práticas alimentares regionais e saudáveis e como um de seus eixos estruturantes o incentivo à aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação escolar. **Objetivo:** Construir uma interlocução teórica sobre aspectos relativos à agricultura familiar na alimentação escolar no Brasil e em Moçambique, a partir de vivência em município brasileiro de pequeno porte. **Metodologia:** Pesquisa social exploratória de abordagem qualitativa com análise documental, apoiada em um estudo de caso desenvolvido entre outubro de 2015 e janeiro de 2016. Todos os atores sociais do Programa Nacional de Alimentação Escolar envolvidos diretamente com a agricultura familiar foram entrevistados. Os dados obtidos foram analisados e interpretados por meio da análise do conteúdo na modalidade temática. **Resultados:** Foram entrevistados sete agricultores familiares, dois gestores da alimentação escolar e um técnico agropecuário. O município adquire gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar por meio da chamada pública. Os agricultores concorrem ao Edital da chamada pública apresentando projetos de venda, que, quando selecionados, direcionam o cultivo dos alimentos que são entregues por meios próprios na escola. Já na escola, os alimentos são avaliados quanto à qualidade pelo supervisor, que não apresenta formação técnica na área de alimentação e nutrição. Realizado o controle, os alimentos são redistribuídos às escolas e armazenados para posterior utilização e distribuição. **Conclusão:** Ocorre compra da agricultura familiar na alimentação escolar, porém evidencia-se uma falta de conhecimentos dos atores sociais sobre os marcos legais do Programa; o não seguimento das Boas Práticas de Produção; a falta de certificação sanitária dos agricultores familiares para fornecerem seus produtos para a alimentação escolar e o uso de agrotóxicos na produção. É necessário o fortalecimento do controle higienicossanitário desses alimentos com vistas à garantia da Segurança Alimentar e Nutricional e do Direito Humano à Alimentação Adequada. A interlocução teórica permitiu constatar que a experiência do Brasil na área da alimentação escolar apresenta alguns meios para a melhoria da execução do Programa de Alimentação Escolar Moçambicano.

Palavras-chave: Alimentação escolar; Agricultura familiar; Segurança alimentar e nutricional; Políticas públicas.

ABSTRACT

THE ROLE OF FAMILY AGRICULTURE IN SCHOOL FEEDING: A THEORETICAL DIALOGUE BETWEEN BRAZIL AND MOZAMBIQUE.

Introduction: The Brazilian National School Feeding Program is an important partner in encouraging the adoption of healthy eating habits at school. It is considered one of the strategies for ensuring the Food and Nutritional Security and the Human Right to Adequate Food. This program has as assumptions sustainable development and respect for the culture and habits and regional food habits and healthy, and as one of its main principles the encouraging to the acquisition of foods from family farms for school feeding. **Objective:** Building a theoretical dialogue on matters concerning family farming in school meals in Brazil and Mozambique from experience in a smaller Brazilian municipal district. **Methods:** Social exploratory research of qualitative approach with document analysis supported by a study case conducted between October 2015 and January 2016. All stakeholders of the National School Feeding Program directly involved with family farming were interviewed. The data were analyzed and interpreted by means of content analysis in the thematic mode. **Results:** Had been interviewed seven family farmers, two managers of school feeding and one agricultural technician. The municipality buys foodstuff from family farm to school feeding through a public call. Farmers compete to the public call announcement presenting sales projects, which, when selected, direct the cultivation of food that are delivered by own resources at school. In the school, the food is assessed for quality by the supervisor, who has no technical training in food and nutrition area. Done control, the food is distributed to schools and stored for further use and distribution to schoolchildren. **Conclusion:** Happens purchase of family farming in school meals, but it is evident a lack of knowledge of social actors on the legal frameworks of the Program, the failure to follow the Good Manufacturing Practices, the lack of health certification of family farmers to supply their products to school feeding and the use of agrotoxics in production. It is necessary to strengthen the sanitary hygienic control of food, aimed to ensuring the Food and Nutritional Security and the Human Right to Adequate Food. The theoretical interlocution allowed to establish that Brazil's experience in school feeding area presents some possibilities for improving the implementation of the Mozambican School Feeding Program.

Keywords: school feeding, family farm, food security and nutrition, public policy.

LISTA DE FIGURAS E QUADROS

Figura 1	Mapa mundial da fome	20
Quadro 1	Indicadores de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil e em Moçambique.....	25
Quadro 2	Políticas, programas e estratégias de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil e em Moçambique	26
Quadro 3	Aspectos da gestão do Programa Nacional de Alimentação Escolar brasileiro e moçambicano	35
Quadro 4	Políticas e programas de apoio à Alimentação Escolar no Brasil e em Moçambique	40
Quadro 5	Perfil estatístico da agricultura no Brasil e em Moçambique	47
Quadro 6	Políticas, programas e estratégias de apoio à Agricultura Familiar no Brasil e em Moçambique	52
Figura 2	Etapas da análise temática	60

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AE	Alimentação Escolar
AF	Agricultura Familiar
CAADP	<i>Africa Agriculture Development Programme</i>
CAE	Conselho de Alimentação Escolar
CAISAN	Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional
CFN	Conselho Federal de Nutricionistas
CNSAN	Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
DHAA	Direito Humano à Alimentação Adequada
EAN	Educação Alimentar e Nutricional
EFSA	<i>European Food Safety Authority</i>
EMATER	Agência Goiana de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária
ESAN	Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional
FAO	<i>Food and Agriculture Organization</i>
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INAE	Instituto Nacional de Atividades Econômicas
InSAN	Insegurança Alimentar e Nutricional
LOSAN	Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
MEC	Ministério da Educação (Brasil)
MINEDH	Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano (Moçambique)
MS	Ministério da Saúde (Brasil)
OMS/WHO	Organização Mundial da Saúde/World Health Organization
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PEDSA	Plano Estratégico de Desenvolvimento do Setor Agrário
PLANSAN	Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PMA	Programa Mundial de Alimentos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar (Brasil)
PNAN	Política Nacional de Alimentação e Nutrição
PNATER	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária
PNISA	Plano Nacional de Investimento do Setor Agrário
PNPS	Política Nacional de Promoção de Saúde
PNSAN	Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PRONAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar (Moçambique)
PRONATER	Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária
PSS	Política do Setor Saúde
RT	Responsável Técnico
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SISAN	Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional
SNAE	Secretariado Nacional de Alimentação Escolar
SUS	Sistema Único de Saúde
UFG	Universidade Federal de Goiás

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	14
1 INTRODUÇÃO	14
2 REVISÃO DE LITERATURA	16
2.1 SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL.....	16
2.1.1 Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil	20
2.1.2 Segurança Alimentar e Nutricional em Moçambique	23
2.2 ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	27
2.2.1 Alimentação escolar no contexto brasileiro	27
2.2.2 Alimentação escolar no contexto moçambicano	32
2.2.3 Políticas públicas de apoio à Alimentação Escolar	37
2.3 AGRICULTURA FAMILIAR	41
2.3.1 Agricultura familiar no Brasil	42
2.3.2 Agricultura familiar em Moçambique	44
2.3.3 Políticas públicas de apoio à Agricultura Familiar	48
3 OBJETIVOS	55
3.1 OBJETIVO GERAL	55
3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	55
4 METODOLOGIA	56
4.1 REFERENCIAL METODOLÓGICO	56
4.2 CAMPO DE ESTUDO.....	57
4.3 TRABALHO DE CAMPO E POPULAÇÃO ALVO..	57
4.4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	59
4.5 ASPECTOS ÉTICOS	60
REFERÊNCIAS	62
CAPÍTULO 2 – ARTIGO CIENTÍFICO	73
Introdução	75
Métodos	77
Resultados	78
Discussão	84
Conclusão	90
CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
APÊNDICES	98
ANEXOS	113

CAPÍTULO 1

1 INTRODUÇÃO

O Brasil vive um período de consideráveis avanços no processo histórico de combate à fome, à pobreza e à promoção da alimentação adequada e saudável, sendo a inclusão da alimentação como um direito social um destaque neste contexto (BRASIL, 2006a).

Este processo está articulado com o amadurecimento de uma concepção ampla e intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e da Soberania Alimentar, que se traduziram na Lei nº 11.346/2006, a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN). Estabelece a LOSAN ser papel do poder público optar por políticas e ações capazes da promoção, garantia e concretização da SAN, incluindo a possibilidade de tomada de decisões sobre a produção e o consumo dos alimentos que melhor beneficia a sua população (BRASIL, 2006a).

No cenário brasileiro, a Alimentação Escolar (AE) é dever do Estado e direito dos alunos da educação básica pública, tendo por diretrizes a oferta da alimentação saudável e adequada; apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios produzidos localmente e de preferência pela Agricultura Familiar (AF), com vistas a garantir a SAN dos alunos, com acesso igualitário e a inclusão da Educação Alimentar e Nutricional (EAN) no processo de ensino e aprendizagem do aluno (BRASIL, 2009).

Reconhece-se, portanto, que a AE desempenha papel crucial nesse processo. Neste contexto, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é considerado, pela sua trajetória, um programa de grande impacto social no contexto brasileiro (BELIK; CHAIM, 2009; BRASIL, 2009).

O PNAE é o maior e mais antigo programa na área de alimentação e nutrição no país, seja pela quantidade de recursos alocados, seja pelo número de beneficiários¹. Apresenta como diferencial a participação da sociedade civil e da comunidade escolar como mecanismo de controle social; além de destacar o

¹Alguns estudos têm utilizado o termo “titulares de direito” (nota da autora)

desenvolvimento sustentável, o respeito à cultura e aos hábitos e práticas alimentares regionais e saudáveis (PEIXINHO et al., 2011).

A promulgação da Lei nº 11.947/2009 (Lei da Alimentação Escolar) evidencia, em seu Artigo 14, que no mínimo 30,0% dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/Ministério da Educação (FNDE/MEC) deverão ser utilizados para aquisição de gêneros alimentícios oriundos da AF ou do empreendedor familiar rural, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas (BRASIL, 2009).

Este incentivo à aquisição de alimentos produzidos localmente, possibilita uma parceria bem estruturada entre a agricultura, a saúde e a escola, ao mesmo tempo que oportuniza a transformação do espaço escolar em um ambiente favorável para a formação de hábitos alimentares saudáveis por meio de ações de EAN com crianças e jovens, incluindo àquelas para a promoção do desenvolvimento sustentável (TEO; MONTEIRO, 2012; BRASIL, 2013).

De forma similar, Moçambique vivencia a estruturação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PRONAE), aprovado pelo Governo em 2010, com inúmeros desafios, algumas vezes muito próximos daqueles já vivenciados pelo PNAE em sua execução no decorrer de sua trajetória. Por esta razão, parece oportuno estudar ambos programas de AE, de forma a identificar limites, possibilidades, aproximações e desafios. Esta é a perspectiva deste estudo, cuja finalidade é estudar a inserção da AF no PNAE, com vistas a compartilhar esta experiência com o PRONAE.

2 REVISÃO DE LITERATURA

O presente tópico abordará aspectos relacionados à Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil e em Moçambique, com vistas a estudar este tema sob o olhar de indicadores utilizados nestes países. A Alimentação Escolar (AE) e a Agricultura Familiar (AF) são sub tópicos apresentados ao longo da revisão bibliográfica, em que se realizou uma contextualização no campo de políticas, programas e estratégias destes dois países em estudo.

2.1 SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

O campo da SAN é amplo e compreende tanto os aspectos da oferta (produção, desenvolvimento sustentável, abastecimento e comercialização), quanto de demanda (aquisição e utilização dos alimentos). Articula ainda a fome/desnutrição com a Insegurança Alimentar e Nutricional (InSAN), porém mantendo clareza quanto a outros componentes deste processo, onde se incluem a obesidade, o sobrepeso, as doenças causadas pela alimentação inadequada e a qualidade inadequada dos alimentos (COSTA; BÓGUS, 2012; CUSTÓDIO et al., 2011).

Devido à crescente busca pela qualidade de vida e o aumento da conscientização dos consumidores sobre seus direitos quanto a adquirirem alimentos de qualidade, a segurança dos alimentos se tornou um tema bastante relevante e discutido globalmente (SPISSO; NÓBREGA; MARQUES, 2009).

O conceito de Segurança Alimentar (SA) teve origem na Europa do início do século XX e representava a capacidade de cada país de produzir o seu próprio alimento, evitando, dessa forma, as vulnerabilidades. Sua importância ganhou força no pós-guerra, com o surgimento da Organização das Nações Unidas (ONU) e da *Food Agriculture Organization* (FAO) (CUSTÓDIO et al., 2011).

O Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC) é um marco neste assunto, pois estabelece em seu Artigo nº 11.1 ser “direito de todos de usufruir um padrão de vida adequado para si mesmo e sua família, incluindo moradia, vestuário e alimentação adequada” (BRASIL, 1992).

É possível traçar uma linha do tempo com os marcos referenciais da SAN (Apêndice A), onde se observa que a construção do conceito de SAN deu-se de maneira gradual, mostrando sintonia com outros aspectos do alimento, da alimentação e da nutrição que foram merecendo destaque ao longo dos anos. A teoria Malthusiana que defendia a verdade de que a população crescia em progressão geométrica e a produção de alimentos em proporção aritmética é um marco da SA (ALENCAR, 2001).

O final da primeira grande guerra, tinha-se claramente definido como era necessário aos países alimentar grandes contingentes de pessoas famintas, pela destruição provocada por este evento histórico. Nesta perspectiva, trouxe a discussão da produção de alimentos pelos países com vistas a recuperar contingentes populacionais desnutridos (ALENCAR, 2001).

A ONU no final da Segunda Guerra Mundial chamou atenção para o Direito Humano à Alimentação, focando na qualidade dos alimentos a serem consumidos. Já em 1953, com a FAO, a SA passa a abarcar o Princípio da Suficiência, justificando ser a insegurança alimentar decorrente da produção insuficiente de alimentos (LEÃO, 2013).

Na sequência, a Conferência Mundial de Alimentação (1974) discutiu a crise mundial na produção de alimentos e o Princípio da Estabilidade na oferta dos alimentos (HIRAI; ANJOS, 2007).

Os anos 1980 foram destaque com a produção de um documento pela FAO, onde se reconhece ser a fome muito mais um produto da demanda e distribuição (acesso) do que da produção de alimentos. Esta premissa traz mudanças no conceito de SA, que inclui então três objetivos: a oferta adequada de alimentos; a estabilidade de oferta e dos mercados de alimentos e a segurança no acesso aos alimentos ofertados (MANIGLIA, 2009).

Com foco no estabelecido pela FAO, o Banco Mundial, em 1986, traz uma nova definição de SA, considerada então como o acesso por parte de todos, a todo o tempo, a quantidade suficiente de alimentos para levar uma vida ativa e saudável (VALENTE, 2002).

Esta discussão foi-se ampliando, em nível internacional, sendo que nos anos 1990, a SA incorpora ao seu conceito a noção de acesso a alimentos seguros (compreendidos como alimentos não contaminados biológica ou quimicamente) e de qualidade (nutricional, biológica, sanitária e tecnológica) (LEÃO, 2013).

O marco histórico desta trajetória é o ano de 1992, com a Conferência Internacional de Nutrição (FAO/OMS), que incorpora o aspecto nutricional e sanitário à SA, passando então a denominar-se SAN (LEÃO, 2013).

E foi no ano de 1993, com a Cúpula Mundial da Alimentação (FAO), que se associa o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) à garantia da SAN. Trata-se de fazer uma interface do direito à alimentação como princípio da equidade e justiça: é a SAN vinculada à cidadania (MACEDO et al., 2009)

No Brasil, a discussão mais consistente deste assunto data da década de 1980, com a I Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição (I CNAN). Historicamente era o momento da redemocratização do país, e da discussão que posteriormente levou à vigência da Constituição Brasileira (1988). A I CNAN definiu a SA como a garantia, a todos, de condições de acesso a alimentos básicos de qualidade, em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades básicas, com base em práticas alimentares que possibilitem a saudável reprodução do organismo humano, contribuindo, assim, para uma existência digna (BRASIL, 1988; LEÃO, 2013).

Posteriormente, em 1994, a I Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (I CNSAN) promoveu uma articulação entre as duas dimensões: a alimentar (produção e disponibilidade de alimentos) e a nutricional (incorporando as relações entre o Homem e o alimento). Este evento histórico guarda sintonia cronológica com o ocorrido durante a conferência da FAO, em 1992 (LEÃO, 2013).

A II CNSAN, em 2004 incorporou a soberania alimentar ao conceito, defendendo que cada nação tem o direito de definir políticas que garantam a SAN de seus povos, incluindo o direito à preservação de práticas de produção e alimentares tradicionais de cada cultura (CONTI, 2009).

Já a III CNSAN, em 2007, traz um questionamento sobre os componentes do modelo hegemônico no Brasil, que são geradores de desigualdade, pobreza e fome e com impactos negativos sobre o meio ambiente e a saúde. Dentre suas diretrizes, destaca-se a estruturação de sistemas justos, de base agroecológica e sustentáveis de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos (CONSEA, 2007).

Um dos aspectos de grande relevância na SAN é a vigilância sanitária dos alimentos, atribuição dos governos dos países, com vistas à proteção da saúde das pessoas. Sua meta é tornar mais eficaz, abrangente e flexível, a implementação de

normas técnicas que acompanham a evolução científica e tecnológica (BADARÓ; AZEREDO; ALMEIDA, 2007).

Na Europa, a agência *European Food Safety Authority* (EFSA) é estratégica na avaliação do risco relacionado a alimentos e à segurança alimentar, no âmbito da União Europeia (UE). Em estreita colaboração com as autoridades europeias e em consulta aberta com as partes interessadas, a EFSA fornece pareceres científicos independentes e comunica, de forma clara, os riscos existentes e emergentes naquele continente (EU, 2015).

A EFSA construiu um diálogo e cooperação com as agências de alimentos em diferentes partes do mundo e com organizações internacionais de vários países (Austrália, Canada, Japão, Nova Zelândia, Estados Unidos da América, Brasil China, Chile, Malásia, Coreia, Tailândia). Isso inclui o apoio científico e técnico que a EFSA fornece à UE em seus compromissos internacionais, bem como as atividades relacionadas com o *Codex Alimentarius* (EU, 2015).

A Comissão do *Codex Alimentarius* executa o programa em conjunto com a *Food and Agriculture Organization/World Health Organization* (FAO/WHO) sobre normas alimentares, cujo objetivo é proteger a saúde dos consumidores e garantir práticas equitativas no comércio de alimentos. O *Codex Alimentarius* é uma coletânea de normas alimentares adotadas internacionalmente que inclui disposições de natureza consultiva na forma de códigos de práticas, diretrizes e outras medidas recomendadas (ANVISA; OPAS, 2006).

Em 2011, os estados-membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) aprovaram a Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (ESAN-CPLP) que tem como objetivo reforçar a coordenação entre os estados-membros para a governança das políticas públicas e programas com impacto direto na SAN. Esta estratégia se baseia no DHAA e dá visibilidade aos pequenos agricultores produtores de alimentos (FAO, 2013a).

De forma articulada a estas questões relativas aos alimentos, em 2015, a FAO publicou documento que apresenta a prevalência de pessoas subnutridas no mundo. O Brasil apresentou uma redução no número de pessoas nesta situação nutricional, com percentagem inferior ao 5%, o que retirou este país do mapa mundial da fome (FAO, 2015). Na Figura 1 está evidenciado que tal condição não ocorreu com Moçambique e outros estados-membros africanos da CPLP,

demonstrando ser necessário e urgente o fortalecimento das ações que garantam a SAN e o DHAA naquele continente.

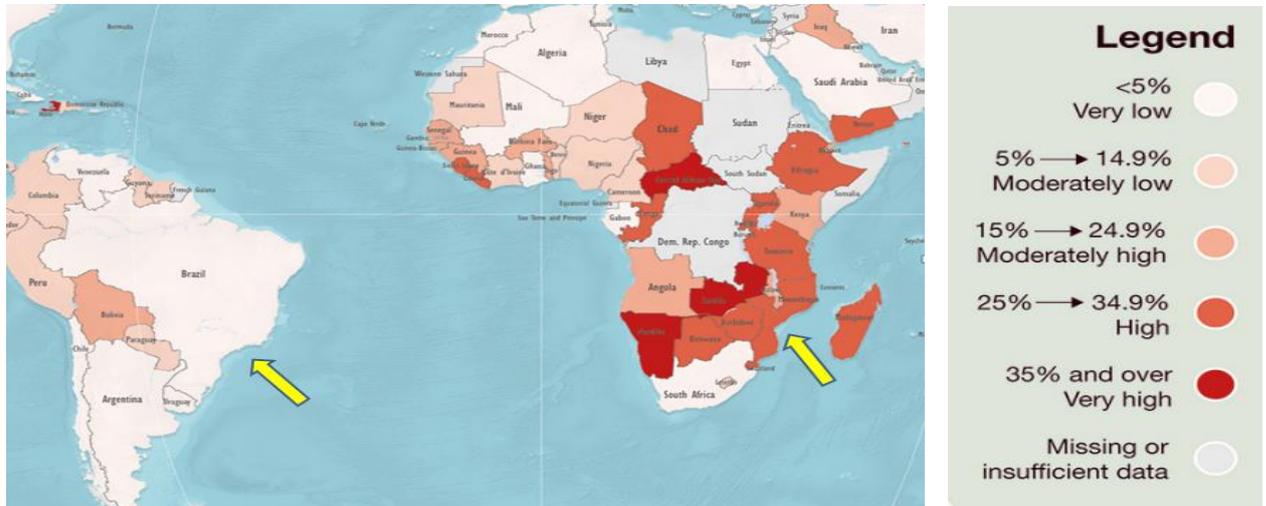


Figura 1. Mapa mundial da fome (Fonte: FAO, 2015).

2.1.1 Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil

No Brasil, a definição de SAN foi construída pelo Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional (FBSAN) e aprovada em 2004 na II CONSAN (CNSAN). Posteriormente, foi incorporada na Lei nº 11.346/2006 (LOSAN), que além de tratar das questões alimentares da população, engloba toda a dimensão nutricional, abrangendo a disponibilidade (*food security or insecurity*) e a segurança dos alimentos (*food safety*) (COSTA; BÓGUS, 2012).

De acordo com a LOSAN, o conceito de SAN consiste na:

“...realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis” (BRASIL, 2006a, p. 4).

A LOSAN é o marco legal, que por sua vez possibilitou a estruturação do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), em uma gestão intersetorial com a participação de vários segmentos da sociedade. Além disso, articula-se visando a implementação e execução das políticas promotoras da SAN, com o foco

na possibilidade de complementação e melhoria das potencialidades de cada setor. (BRASIL, 2006a).

Do ponto de vista político, no Brasil, a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) estruturou-se a partir da promulgação da LOSAN, agregando todos os ministérios e órgãos governamentais que têm interlocução com a SAN e construiu o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN, 2012-2015). O PLANSAN representa a política de SAN no Brasil e nele ele estão contidos todas as ações voltadas para a produção, para o fortalecimento da AF, o abastecimento alimentar e a promoção da alimentação saudável (CAISAN, 2011; COSTA, BÓGUS, 2012).

Este Plano apresenta como diretrizes: promoção do acesso universal à alimentação saudável; promoção do abastecimento e estruturação de sistemas descentralizados de base agroecológica e sustentáveis; instituição permanente de processos de Educação Alimentar e Nutricional (EAN), pesquisa e formação nas áreas de SAN e DHAA; promoção, universalização e coordenação das ações de SAN com foco nos povos e comunidades tradicionais; fortalecimento das ações de alimentação e nutrição em todos os níveis de atenção à saúde; promoção do acesso universal à água de qualidade e em quantidade suficiente; apoio a iniciativas de promoção da soberania alimentar, SAN e DHAA, em âmbito e negócios internacionais; e monitoramento da realização do DHAA (CAISAN, 2013).

Ainda no contexto do PLANSAN, foi criado o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), com caráter permanente e representativo em nível estadual e municipal. Foi criado também o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), cuja missão é formular e implementar políticas e planos de SAN, estimular a integração dos esforços entre governo e sociedade civil, bem como promover o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação da SAN no País (BRASIL, 2006a; COSTA, BÓGUS, 2012).

O conjunto de ações da CAISAN, SISAN e do CONSEA representam o arcabouço da SAN e do DHAA no território brasileiro. Dentre os compromissos assumidos nessa perspectiva, encontra-se o de promover o acesso universal à alimentação adequada. Isso ocorre por um lado devido a ampliação da rede de cooperação técnica internacional para a implementação de Programas de Alimentação Escolar (PAE) em países Latino-Americanos, Africanos e Asiáticos, aprovado na III CNSAN, realizada em 2007 (CONSEA, 2007).

Uma avaliação longitudinal dos resultados desta rede política de apoio à SAN e o DHAA, está contida em relatório da FAO que tratou da avaliação do cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) na CPLP, indicando que o Brasil cumpriu o ODM1, de reduzir pela metade o número de pessoas vivendo em extrema pobreza até 2015 (redução de 25,5% para 3,5% entre 1992 a 2012). Já em relação ao estado nutricional, observou-se a redução pela metade da prevalência de déficit de altura (desnutrição crônica) em crianças menores de cinco anos, entre 1996 à 2006 (de 13,4% para 6,7%) (FAO, 2014a).

Já a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) revelou que a população extremamente pobre (*per capita* de até R\$ 75) caiu de 7,6 milhões de pessoas para 6,5 milhões, enquanto que a população pobre (até R\$ 150) foi reduzida de 19,1 milhões para 15,7 milhões (IBGE, 2012).

Em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o Brasil ocupava em 2013, a posição 79 (0,703), e em 2014 ocupou a posição 75 (0,755), tendo se observado uma pequena melhoria no indicador, apesar de ter ficado abaixo de alguns países da região sul americana ao exemplo da Venezuela (posição 71), Chile (posição 42) e Argentina (40) (PNUD, 2013; PNUD, 2015).

Por outro lado, um desafio mais recente na área de SAN no Brasil, trata de aprimorar a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) atual com vistas a atuar sobre os problemas provenientes da nova vertente da insegurança alimentar: a obesidade e o sobrepeso. Os indicadores apontam um crescimento preocupante, com graves consequências à saúde pública, em especial para o Sistema Único de Saúde (SUS) e para o desenvolvimento do país (CUSTÓDIO et al., 2011).

No Brasil, como mecanismos de enfrentamento da InSAN, são implementados os programas de distribuição de alimentos. Dentre estes, merece destaque o PNAE, fundamental no processo de garantia do DHAA aos escolares beneficiários. Cenário diferente do encontrado no Brasil, se pode observar no tópico a seguir, onde será apresentada a situação de SAN em Moçambique, bem como as estratégias adotadas pelo Governo para ultrapassá-las.

2.1.2 Segurança Alimentar e Nutricional em Moçambique

Em Moçambique, a InSAN afeta 35,0% da população e a desnutrição crônica atinge 43,0% das crianças menores de cinco anos (IDS, 2013). A taxa de pobreza foi de 52,0% em 2009, sendo este considerado um dos países mais pobres do continente africano, o que coloca grandes desafios ao Governo e à sociedade civil moçambicana (MPD, 2010).

Entretanto, o crescimento econômico e a existência de recursos naturais são uma oportunidade no combate à pobreza. Além disso, a agricultura de um modo geral, é fator impulsionador da economia nacional, com cerca de 20,0% do Produto Interno Bruto (PIB), em 2011. Por isso, essa área merece uma atenção especial, pois, a produção de alimentos contribui positiva e significativamente para a redução da pobreza em Moçambique (IDS, 2013).

Em relação ao IDH, Moçambique em 2013 se encontrava na posição 178 (0,327) entre os 186 países analisados, tendo sido considerado um dos países mais pobres do mundo. Já em 2014, o país ocupou a posição 180 (0,416) entre os 188 países analisados, porém continua pertencendo entre os países com maior taxa de pobreza (PNUD, 2013; PNDU, 2015).

Com vistas a planejar e monitorar este cenário, o governo de Moçambique e o Ministério da Agricultura, por meio do Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional (SETSAN), propôs em 2007, a Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional II (ESAN II) (SETSAN, 2007). Essa proposta dá sequência à ESAN I (1998), elaborada a partir das recomendações da Conferência Mundial de Alimentação (CMA), realizada em Roma em 1996, quando os diversos países se comprometeram a reduzir a fome em 50,0% até 2015. A ESAN II se distingue da anterior por considerar a concretização do DHAA prioritário para a população moçambicana, proclamado na Declaração Universal dos Direitos do Homem e no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (SETSAN, 2007).

Deste modo, são objetivos da ESAN II: garantir a autossuficiência alimentar do país; contribuir na melhoria do poder de compra dos agricultores familiares; reduzir os novos casos de desnutrição (aguda e crônica), por meio do melhoramento das condições de saúde, água, saneamento e EAN; garantir de forma progressiva a realização do direito humano à alimentação adequada para todos os cidadãos; aumentar a capacidade dos agricultores familiares em responder às variações sazonais quanto à produção e ao acesso físico e económico à alimentos adequados,

além de criar e desenvolver uma estrutura adequada para uma intervenção intersetorial (FAO, 2013b; SETSAN, 2007).

Na ESAN II, a SAN é definida como:

“O direito de todas as pessoas, a todo o momento, ao acesso físico, econômico, e sustentável a uma alimentação adequada, em quantidade, qualidade, e aceitável no contexto cultural, para satisfazer as necessidades e preferências alimentares, para uma vida saudável e ativa” (SETSAN, 2007, p. 4).

A ESAN II reconhece, como sendo pilares da SAN: a produção e a disponibilidade suficiente de alimento; o acesso físico e econômico aos alimentos; o uso e a utilização adequados dos alimentos; a adequação dos alimentos para que sejam social, ambiental e culturalmente aceitáveis, incluindo a absorção dos nutrientes pelo organismo e a estabilidade do consumo alimentar a todo o momento (SETSAN, 2007).

Não há nenhuma legislação que apoie o controle sanitário de alimentos e da água no país, estando o controle da produção, distribuição e comercialização de gêneros alimentícios nos estabelecimentos comerciais sob a tutela do Ministério da Indústria e Comércio (MIC) por meio do Instituto Nacional de Atividades Econômicas (INAE) (MIC, 2014).

O INAE tem como atribuição: fiscalizar os locais onde ocorre qualquer atividade industrial, comercial, ou de prestação de serviços; verificar a legalidade dos empreendimentos capazes de causar danos ao meio ambiente e zelar pela observância das leis relativas ao ambiente; combater a produção e venda de produtos pirateados; e embargar o exercício ilegal das atividades econômicas (MIC, 2014).

Durante a inspeção feita pelo INAE, caso seja necessário, são recolhidas amostras de alimentos e água, posteriormente encaminhadas para o Laboratório Nacional de Higiene da Água e Alimentos (LNHAA), órgão pertencente ao Ministério da Saúde (MISAU). Salienta-se que este Laboratório não está acreditado com às normas ISO usuais. Os resultados são devolvidos ao INAE que toma as providências necessárias em casos de inadequação dos resultados (MIC, 2014).

Para a efetivação desse controle, Moçambique se apoia nos códigos e princípios do *Codex Alimentarius* (comissão a qual esse país faz parte desde 1984), sempre adequando à realidade do país (CODEX ALIMENTARIUS, 2015).

A descrição resumida da situação de SAN no Brasil e Moçambique, bem como as políticas de SAN nos dois países estão apresentadas nos Quadros 1 e 2, respectivamente.

Quadro 1. Indicadores de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil e em Moçambique

Indicadores	Brasil (%)	Moçambique (%)
População Geral ²	205.571.144 (2016)	26.423.623 (2016)
Índice de Desenvolvimento Humano (2013)	0,70	0,33
Índice de Desenvolvimento Humano (2014)	0,76	0,41
Proporção de pessoas desnutridas (1990/1992)	14,9	57,1
Proporção de pessoas desnutridas (2010/2012)	6,9	39,2
Intensidade de déficit alimentar (Kcal/pessoa/dia) (1990/1992)	96,0	446,0
Intensidade de déficit alimentar (Kcal/pessoa/dia) (2010/2012)	55,0	292,0
População abaixo da linha de pobreza	21,4	54,7
Crianças < 5 anos com retardo de crescimento	7,1	43,7
Crianças < 5 anos com baixo peso ao nascer	1,6 (2007)	4,2 (2008)
População com acesso a fonte de água melhorada (2010)	98,0	47,0
População com acesso a saneamento(2010)	79,0	18,0
Taxa de dependência de importação de cereais (2010/2012)	14,2	30,5

Fonte: FAO, 2013a; PNUD, 2013; PNUD, 2015 (elaborado pela autora, em dezembro de 2015).

O Quadro 1 permite observar que os indicadores de SAN melhoraram ao longo dos anos, em ambos os países, porém Moçambique ainda possui dados expressivos de alguns indicadores com forte impacto na SAN da população, como por exemplo o percentual de crianças menores de cinco anos com retardo de crescimento, assim como o acesso à água potável e ao saneamento básico.

Observa-se no Quadro 2 que nos dois países as estratégias nacionais preveem o trabalho intersetorial como a formação de conselhos de SAN. No entanto, em Moçambique a estratégia de SAN ainda se encontra vinculada ao Ministério da Agricultura contando com um conselho técnico interministerial, e a participação social ocorre por iniciativa do Governo, demonstrando a necessidade da criação de conselhos de SAN que envolvam a sociedade civil para a participação contínua nas

²Valores estimados pelo IBGE (Brasil) e INE (Moçambique)

discussões relacionadas à questões da garantia da SAN e do DHAA do povo moçambicano.

Quadro 2. Políticas, programas e estratégias de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil e em Moçambique

	Brasil	Moçambique
Instrumento de Política	- Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN); 2006 - Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PlanSAN); 2011	- Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional (ESAN); 2007
Coordenação Política	Intersetorial (CONSEA)	Atualmente: Setorial (SETSAN) Previsão: Intersetorial (CONSAN)
Coordenação Executiva	Intersetorial (CAISAN)	Intersetorial (SETSAN)
Vínculo institucional	CONSEA: vinculado diretamente à Presidência da República CAISAN: Ministerial (MDS)	Atualmente: Ministerial (Ministério da Agricultura) Previsão: Supra-ministerial (Primeiro Ministro)
Nível Territorial	Central (CONSEA e CAISAN) e descentralizado	Central (SETSAN) e descentralizado (SETSAN provinciais/estaduais e municipais)
Participação social	Por meio do CONSEA e da Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional	Atualmente: Por meio de consultas públicas e grupos de trabalhos Previsão: Por meio do CONSAN

Fonte: FAO, 2013a (elaborado pela autora, em dezembro de 2015).

Nesse sub tópico sobre a SAN, observou-se um enorme avanço conceitual nos aspectos relativos à SAN. Os resultados deste progresso são bem mais evidentes no Brasil, mostrando que cabe ao governo moçambicano buscar estruturar estratégias para melhoria dos indicadores de SAN. Dentre estas estratégias, destaca-se aqui o fornecimento de alimentação saudável nas escolas, por meio de programas de alimentação escolar, que serão objeto de estudo no tópico seguinte.

2.2 ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

A escola é um espaço privilegiado para o desenvolvimento de ações de melhoria das condições de saúde e nutrição das crianças, sendo um setor estratégico para a concretização de iniciativas de promoção de saúde. É espaço privilegiado para a execução de políticas e ações em saúde, em especial incluindo programas de EAN (SCHMITZ et al., 2008).

Mais do que um espaço de educação formal, a escola é local de conquista da cidadania, pela possibilidade de desenvolvimento individual e coletivo. Permite também que o aluno, desde o princípio de sua experiência formadora, assumase como sujeito da produção do saber e se convença que ensinar não é apenas transmitir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção e construção (FREIRE, 2002).

Por ser local onde grande parte das crianças e dos adolescentes permanecem por um período ou tempo integral, a escola também desempenha papel determinante na formação dos hábitos alimentares. Os educadores devem estimular os alunos a optar por uma alimentação saudável, instruindo-os sobre o papel dos alimentos na promoção e manutenção da saúde com vistas a evitar que um alimento menos nutritivo se transforme na principal refeição da criança (DANELON; DANELON; SILVA, 2006).

2.2.1 Alimentação escolar no contexto brasileiro

As primeiras ações do Governo Brasileiro voltadas à AE reportam aos anos de 1930, quando as doenças nutricionais relacionadas à fome e à miséria constituíam graves problemas de saúde pública (MINAYO, 2013).

As ações sistematizadas para combate a este evento tiveram seu início em 1950, com a criação da Comissão Nacional de Alimentação (CNA) vinculada ao setor de Saúde Pública do Ministério da Saúde. Na sequência, foram estruturadas como Campanha Nacional da Merenda Escolar (1955), vinculada ao Ministério da Educação e Cultura (MEC), cujo objetivo era reduzir a deficiência nutricional de estudantes carentes por meio de doações de alimentos da FAO. Em um salto histórico chega-se ao ano de 1979, quando passa a denominar-se Programa

Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (BELIK; CHAIM, 2009; MINAYO, 2013; PEIXINHO et al., 2011).

O PNAE tem por objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de práticas alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de EAN e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo. O Programa estrutura-se a partir de seis diretrizes: o emprego da alimentação saudável e adequada; a inclusão da EAN no processo de ensino e aprendizagem; a universalidade do atendimento; a participação da comunidade no controle social; o apoio ao desenvolvimento sustentável e o direito à alimentação escolar (BRASIL, 2009).

A AE no Brasil é um direito da população garantido pela Constituição Federal no seu Artigo 208 inciso VII:

“O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de atendimento ao educando, no ensino fundamental, a partir de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde” (BRASIL, 1988, p. 2).

Desde a sua criação até 1993, o sistema de gestão do PNAE era centralizado, com todas as etapas desde o planejamento do cardápio, a aquisição dos gêneros alimentícios, o controle da qualidade até a distribuição das refeições aos alunos sendo coordenadas pelo Governo Federal (PEIXINHO et al., 2011).

A partir de 1994 ocorreu a descentralização, pela promulgação da Lei nº 8.913/1994, que indicou a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE/MEC), como responsável por estabelecer parcerias com os estados e os municípios no repasse de recursos financeiros para a gestão e execução do PNAE (BRASIL, 1994).

Desde o ano de 1997, a gestão está sob a responsabilidade do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que responde pelo repasse dos recursos financeiros aos estados e municípios, desde que estes possuam um Conselho de Alimentação Escolar (CAE) estruturado, a quem cabe fiscalizar e controlar a aplicação dos recursos financeiros destinados à AE (BELIK; CHAIM, 2009; PEIXINHO et al., 2011).

Atualmente o PNAE é regulamentado pela Lei nº11.947 de 16 de junho de 2009 e pela Resolução CD/FNDE nº 26 de 17 de junho de 2013, pautando-se na universalidade e na equidade, atendendo aos alunos da educação básica de escolas públicas, filantrópicas e comunitárias de todo território brasileiro (BRASIL, 2009; BRASIL, 2013).

Segundo a Resolução CD/FNDE nº 26, Capítulo III, Artigo 5, participam do PNAE: o FNDE/MEC (autarquia vinculada ao MEC que é responsável pela transferência dos recursos financeiros); a Entidade Executora (Estado, Distrito Federal e escolas federais, como responsável pela execução do PNAE); o CAE (órgão colegiado de caráter fiscalizador, permanente, deliberativo e de assessoramento) e a Unidade Executora (responsável pela recepção dos recursos financeiros transferidos) (BRASIL, 2013).

Os recursos repassados pelo FNDE/MEC para a AE devem ser utilizados exclusivamente na aquisição de gêneros alimentícios e obedecer ao cardápio planejado pelo nutricionista, observando as diretrizes da Resolução/CD/FNDE nº 26/2013. Cabe salientar, que essa aquisição deve ser realizada sempre que possível no mesmo ente federativo em que se localizam as escolas, priorizando os alimentos orgânicos e/ou agroecológicos produzidos na região (BRASIL, 2013).

Para a execução do PNAE é destinado o valor *per capita*³ de R\$ 0,30 (U\$ 0,08) para os alunos matriculados no ensino fundamental, ensino médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA) e R\$ 0,50 (U\$ 0,13) para alunos matriculados na pré-escola e R\$ 0,90 (U\$ 0,23) para os alunos do Programa Mais Educação⁴. Para aqueles alunos matriculados em escolas localizadas em áreas indígenas e remanescentes de quilombos o valor repassado é de R\$ 0,60 (U\$ 0,16) por dia letivo. Para os alunos matriculados em escolas de tempo integral com permanência mínima de sete horas na escola ou em atividade escolares, bem como para os alunos matriculados em creches, inclusive as localizadas em áreas indígenas e remanescentes de quilombos, o valor repassado é de R\$ 1,00 (U\$ 0,26) (BRASIL, 2013).

O nutricionista é o responsável técnico (RT) pelo PNAE nos estados ou municípios, e responde ética, civil e administrativamente por todas as atividades

³ Valores monetários referentes a janeiro de 2016 (Nota da autora)

⁴ Programa Mais Educação propõe a oferta de educação básica em tempo integral (Decreto nº 7.083/2010)

definidas na legislação do PNAE e pelas normas do Conselho Federal de Nutricionistas (CFN). A Resolução CFN nº 465/2010 estabelece parâmetros numéricos mínimos de referência quanto ao número de profissionais na Entidade Executora (EEx) apoiando a AE, bem como as atividades obrigatórias e complementares a serem exercidas por esse profissional (CFN, 2010; PEIXINHO et al., 2011).

A oferta de refeições saudáveis e adequadas, com alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares e que cubram as necessidades nutricionais dos estudantes no período letivo, contribui para a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de práticas alimentares saudáveis dos alunos (BRASIL, 2013; SCHIRMER; FONTOURA; NUNES, 2007; VEIGA et al., 2013).

A AE garante a SAN para os alunos, já que oferece acesso igualitário, com respeito às diferenças biológicas, respeita as especificidades de cada faixa etária e das condições de saúde, valoriza a cultura, contribui para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial (BRASIL, 2006a; PEGOLO; SILVA, 2010).

Os cardápios devem ser elaborados pelo nutricionista, que deve pautar-se na sustentabilidade, sazonalidade, diversificação agrícola da região. Na composição do cardápio, são proibidos alimentos pouco saudáveis, ao exemplo de bebidas com baixo valor nutricional e restritos alimentos enlatados, embutidos, doces, preparações semiprontas ou prontas para o consumo, concentrados ou em pó. É obrigatória a oferta de frutas e hortaliças no mínimo, três porções por semana (BRASIL, 2013).

Com vistas a atender ao preceito da sustentabilidade, o PNAE incentiva a aproximação da AE com a AF. A visibilidade da AF no Brasil ocorreu a partir dos estudos desenvolvidos pela FAO juntamente com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), na década de 1990, o qual demonstrou que a agricultura brasileira apresentava características e condições peculiares em dois modelos distintos: a agricultura patronal e a AF (AZEVEDO; PESSOA, 2011).

Na AE, a Lei nº 11.947/2009 consolida a articulação da AF com o PNAE, ao estipular no Artigo 14 que:

“Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo

30,0% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição dos gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas” (BRASIL, 2009, p. 3).

Esta ação para além de promover o desenvolvimento sustentável por meio do incentivo da aquisição e do consumo de alimentos produzidos localmente, respeita a cultura, os hábitos e as práticas alimentares de cada região (PEIXINHO et al., 2011).

Nos estados ou municípios, o responsável pela articulação com os agricultores familiares para a inserção dos seus gêneros alimentícios na AE é o nutricionista. Ainda se observam diversas barreiras que dificultam a entrada desses alimentos no PNAE, como é o caso dos aspectos burocráticos, fiscais, ambientais, estruturais, organizacionais, sanitários, exigidos para a formalização de seus estabelecimentos e de seus produtos (TRICHES; SCHNEIDER, 2012).

Um dos grandes avanços e diferenciais do PNAE foi a instituição do CAE nos estados e municípios, pois permite a participação de membros da comunidade escolar e da sociedade civil como mecanismo de controle social. Assim, o CAE tem a capacidade de mobilizar esforços junto a gestão da AE, para melhorar a articulação da gestão e da AF, com vistas ao cumprimento do Artigo 14 da Lei nº 11.947/2009 (BRASIL, 2009).

É da responsabilidade do CAE acompanhar e fiscalizar o cumprimento das diretrizes estabelecidas pelo programa; zelar pela garantia da qualidade dos alimentos, especialmente quanto às condições higienicosanitárias, bem como a aceitabilidade dos cardápios oferecidos aos alunos; receber o relatório anual de gestão do PNAE e emitir parecer conclusivo, aprovando ou reprovando a execução do programa no estado/município e acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos destinados à AE (BRASIL, 2009).

Com isso, a participação da comunidade deve ser promovida, para que seja efetivado o disposto na legislação, garantindo dessa forma, o controle social no PNAE (BRASIL, 2009; GALLINA et al., 2012).

Neste contexto, a responsabilidade da execução do PNAE é assumida coletivamente pelos gestores da educação de estados e municípios brasileiros.

Razão pela qual, é de suma importância a articulação entre diretores, coordenadores e secretarias municipais de educação para a efetivação do Programa. O bom funcionamento do PNAE também depende das condições administrativas municipais para desenvolvê-lo, bem como do modo como os gestores o concebem e a responsabilidade com que tratam o repasse do recurso do Governo Federal (BRASIL, 2009; FREITAS et al., 2013).

2.2.2 Alimentação escolar no contexto moçambicano

Uma das estratégias para reduzir o impacto dos problemas de InSAN e da desnutrição no setor da educação adotada em alguns países africanos (Malawi, Quênia, Cabo Verde, Lesotho, Gana, Uganda, Botswana, Nigéria) é a estruturação de programas de AE (PCD, 1999).

As experiências mostram que os programas de AE, quando bem desenhados e implementados, podem contribuir efetivamente para o alívio da fome e da desnutrição; motivar os pais a matricularem os seus filhos e a mantê-los na escola; melhorar as deficiências em micronutrientes e aumentar a participação da sociedade civil no controle social (MINED, 2014).

Especificamente em Moçambique, as ações vinculadas à AE têm sido implementadas desde 1977, com o apoio internacional dos parceiros de cooperação, representados pelo Programa Mundial de Alimentos (PMA). Essas ações são voltadas à distribuição de alimentos nas famílias e casas de estudantes de todo o país. A partir de 1982, mantendo o apoio de parceiros, iniciou-se a distribuição de alimentos em escolas primárias, com a disponibilização de pão, leite, queijo, suco e fruta aos alunos de algumas regiões do país, com uma cobertura de 855 escolas primárias e aproximadamente 571.822 alunos (MINED, 2012).

Apesar deste tratado de cooperação ter se encerrado em 2010, as iniciativas de disponibilização da AE pelos parceiros do governo em algumas escolas primárias, localizados em distritos com elevados índices de InSAN continuam, porém tendo o Governo como principal fonte de financiamento para a disponibilização de alimentos aos alunos residentes nas casas de estudantes no país (MINED, 2014).

Em 2008, avaliação realizada pelo PMA, concluiu que o modelo de AE usado em Moçambique, apesar de trazer bons resultados quanto à melhoria dos indicadores educacionais, era insustentável do ponto de vista financeiro, pois tinha

forte dependência de recursos externos e de gêneros alimentícios importados, o que pouco contribuía na promoção da agricultura local e gerava elevados custos de importação, armazenamento e distribuição dos produtos às escolas (MINED, 2012).

A partir de 2012, uma nova abordagem da AE em Moçambique tem sido proposta, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PRONAE), gerenciado pelo Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano (MINEDH). O PRONAE consiste na garantia do alcance das necessidades nutricionais dos alunos matriculados no sistema público, por meio da administração de uma refeição diária por aluno, ao longo do ano letivo, de forma articulada com ações de EAN. O PRONAE se sustenta em três pilares: na melhoria do estado nutricional e saúde dos alunos; na educação nutricional nas escolas e desenvolvimento de habilidades para a produção agropecuária (MINED, 2012).

O objetivo principal do PRONAE é reduzir de uma forma sustentável, o impacto negativo que os problemas da insegurança alimentar e da desnutrição provocam no setor da educação, nomeadamente o fraco ingresso ao ensino, o abandono escolar, o absentismo e o insucesso escolar. O PRONAE é executado a partir de sete diretrizes: a universalidade de atendimento básico ao ensino médio; a intersectorialidade; a implementação gradual; a descentralização; a participação comunitária; a compra local de gêneros alimentícios e a sustentabilidade (MINED, 2014).

Também é objetivo do PRONAE que sejam fortalecidas as capacidades físicas e cognitivas dos alunos, tornando-os deste modo concentrados durante o processo de ensino e de aprendizagem e que haja um impulso no desenvolvimento da economia local, por meio da criação de oportunidades de mercado aos produtores, processadores e comerciantes locais, com impacto no aumento da renda familiar, da produtividade e na redução da pobreza (MINED, 2014).

Em Moçambique, o PRONAE tem uma estruturação recente, em fase piloto, iniciada em 2013 e já terminada a avaliação por consultores externos. Embora estes concluíssem do insucesso da Fase Piloto, o MINEDH decidiu corrigir os pontos fracos da 1ª fase e iniciar em 2016 uma 2ª Fase Piloto (MINED, 2014).

Espera-se que, no entanto, com a sua implementação, seja melhorada a taxa de escolarização e de conclusão do nível de ensino, a assiduidade diária dos alunos

em particular das meninas⁵, reduzindo dessa forma o absentéismo escolar (MINED, 2014).

Mesmo reconhecendo a importância da implementação do PRONAE em nível nacional, devido aos elevados custos para a sua implementação, na primeira fase os atendidos seriam apenas os alunos das casas de estudantes e os alunos que frequentam o ensino básico (pré-primário e primário), pois este grupo é composto, em sua maioria, por crianças e adolescentes (entre os cinco e 13 anos) (MINED, 2014).

Em relação as outras modalidades de ensino, a garantia de uma alimentação saudável e segura está prevista por meio das cantinas escolares (visa geração de lucro), que devem estar organizadas de forma a garantir o lanche escolar aos alunos de baixa renda, como uma medida de proteção social (MINED, 2014).

Dos mais de seis milhões de crianças moçambicanas a serem introduzidas no PRONAE, na Fase piloto e através de outros programas de parceiros internacionais (USAID, ADPP, World Vision, Nestlé) foram já abrangidos cerca de 400.000 mil crianças (e docentes das escolas), em períodos letivos (MINEDH, 2015).

Estudo realizado em Moçambique (2015), analisou a cooperação brasileira no campo da AE e buscou identificar os principais aprendizados, características e desafios desta nova experiência de cooperação. Os resultados revelaram que apesar do caminho trilhado desde a implementação do piloto do PRONAE, a cooperação apresenta-se frágil frente ao desafio a ser enfrentado, isso porque esse processo de cooperação não foi acompanhado de adequações legais, institucionais e orçamentárias para uma resposta de qualidade (SANTARELLI, 2015).

Já o relatório da implementação da 1ª fase do PRONAE revelou um crescente envolvimento multisetorial no Programa; uma boa participação dos agricultores familiares em um dos distritos onde decorria o piloto; falta da definição das formas de compra de gêneros alimentícios da AF; e a necessidade de divulgação do Programa nas instituições envolvidas (MINEDH, 2015).

A descrição resumida dos aspectos relevantes do Programa Nacional de Alimentação Escolar do Brasil e de Moçambique, está apresentada no Quadro 3.

⁵ As taxas de abandono escolar na zona rural são mais elevadas no sexo feminino devido ao casamento precoce (nota da autora).

Quadro 3. Aspectos da gestão do Programa Nacional de Alimentação Escolar brasileiro e moçambicano

	PNAE	PRONAE
Órgão responsável	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) – Ministério da Educação.	Direção Nacional de Nutrição e Saúde (DNUSE) - Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano.
Arcabouço legal	Lei nº 11.947/2009 e Resolução nº 26/2013.	Inexistente
Objetivos	Contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de práticas alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo.	Reduzir de uma forma sustentável, o impacto negativo que os problemas da insegurança alimentar e da desnutrição provocam no sector da educação. Nomeadamente o fraco ingresso ao ensino, o abandono escolar, o absentismo e o insucesso escolar.
Público alvo	Alunos da educação básica de escolas públicas, filantrópicas e comunitárias.	Alunos do ensino básico de escolas públicas e das casas de estudantes.
Tipo de Gestão	Pode ser centralizada, descentralizada ou mista.	Descentralizada
Recurso Financeiro	Do FNDE para o município, estado ou DF, a quem cabe repassar as suas respectivas unidades executoras (com complementação).	A DNUSE repassará o valor para as contas dos Secretariados Distritais da Alimentação Escolar que, por sua vez, transferirão as escolas (sem complementação).
Valor per capita	Em valores para o ano de 2015, R\$ 0,30 para ensino fundamental, ensino médio e na Educação de Jovens e Adultos (EJA); R\$ 0,50 para pré-escola, exceto para aqueles alunos matriculados em escolas localizadas em áreas indígenas e remanescentes de quilombos; R\$ 0,60 para escolas de educação básica localizadas em áreas indígenas e remanescentes de quilombos; R\$ 1,00 para escolas de tempo integral com permanência mínima de 7h na escola ou em atividade escolares; R\$ 1,00 para creches, inclusive as localizadas em áreas indígenas e remanescentes de quilombos; R\$ 0,90 para alunos do Programa Mais Educação.	Valor estabelecido para o câmbio da moeda oficial de Moçambique, o Metical (MT), em 5,00 MT/aluno de todas as modalidades de ensino = R\$ 0,40 = U\$ 0,11*

Quadro 3. (cont.)

Conselho de Alimentação Escolar	Sete membros: um representante do Poder Executivo; dois representantes das entidades de trabalhadores da educação e de discentes, dois representantes de pais de alunos matriculados na rede de ensino e dois representantes indicados por entidades civis organizadas.	Cinco membros: um representante da Zona de Influência Pedagógica (ZIP), um representante da escola, dois membros da comunidade (um representando conselho de pais e um líder local) e um aluno.
Compra de gêneros alimentícios	Licitação e chamada pública. Valor repassado pelo FNDE deve ser utilizado exclusivamente para a compra de gêneros alimentícios.	Concursos públicos e/ou ajuste direto (três recibos/notas fiscais) dando-se prioridade aos estabelecimentos comerciais locais.
Agricultura familiar	Utilização mínima de 30% do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE na compra de gêneros alimentícios produzidos por agricultores familiares e/ou empreendedores familiares rurais.	Objetiva-se o incentivo a compra da agricultura familiar local.
Elaboração de Cardápio	Nutricionista responsável técnico (RT) do município ou estado.	Departamento de nutrição da DNUSE
Educação Alimentar e Nutricional	Promoção da alimentação saudável, formação de indivíduos ligados a AE, dinamização do currículo escolar tendo a Alimentação e Nutrição no eixo temático; utilização dos alimentos como ferramenta pedagógica, promoção da utilização de produtos orgânicos e/ou agroecológicos.	Inserção do tema Alimentação e Nutrição no currículo escolar, formação dos professores, CAE e manipuladores de alimentos, hortas escolares, oficinas culinárias.
Monitoria e Avaliação	FNDE e órgãos de controle interno e externo.	O Secretariado Provincial de Alimentação Escolar em parceria com a DNUSE deverão realizar auditorias internas trimestralmente e uma auditoria externa anualmente.

*Valor oscila conforme a taxa de câmbio do dia (taxa utilizada do dia 05/03/2016).

Fonte: Brasil, 2009; MINED, 2014 (elaborado pela autora em dezembro de 2015).

Conforme se observa no Quadro 3, Moçambique não possui políticas públicas diretamente relacionadas à alimentação e nutrição, e tão pouco referentes à AE, indicando a necessidade de ações que levam a elaboração dessas políticas, que sustentarão várias estratégias e programas de nutrição e saúde, incluindo o PRONAE.

Uma síntese possível deste item permite afirmar que no Brasil, o marco legal da AE é forte e, mesmo necessitando de ajustes, mostra muitos aspectos coerentes com a SAN e seus objetivos. Já em Moçambique, há um longo caminho a trilhar pela

AE ainda se encontrar em fase piloto. E o modelo brasileiro, bem como a interlocução que se dá entre os dois países pode e deve ser aproveitada buscando progressos mais consistentes e objetivos naquele país.

O próximo sub tópico busca fazer uma interlocução com algumas ferramentas públicas que sustentam a AE nos países estudados.

2.2.3 Políticas públicas de apoio à Alimentação Escolar

A Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), vigente desde 1999 e reformulada em 2010, integra os esforços do Estado brasileiro buscando respeitar, proteger, promover e prover os direitos humanos à saúde e à alimentação (MS, 2012).

A PNAN tem como propósitos a melhoria das condições de alimentação, nutrição e saúde dos brasileiros, por meio da promoção de práticas alimentares saudáveis e adequadas; a vigilância alimentar e nutricional; a prevenção e o cuidado integral dos distúrbios e doenças relacionados à alimentação e nutrição. Esta política tem como princípios: a alimentação como elemento de humanização das práticas de saúde; o respeito à diversidade e à cultura alimentar; o fortalecimento da autonomia dos indivíduos; a determinação social e a natureza interdisciplinar e intersetorial da alimentação e nutrição; e a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) com soberania alimentar (MS, 2012).

Neste contexto, é possível identificar a interface da PNAN com a AE, presente da concepção até sua execução, com destaque para a Diretriz 2 (Promoção da Alimentação Adequada e Saudável) e a Diretriz 9 (Cooperação e Articulação para a Segurança Alimentar e Nutricional), com vistas à criação de ambientes favoráveis à saúde e que possibilite o exercício do comportamento saudável, tendo a escola como “lócus” de atuação primordial (MS, 2012).

De forma complementar, vale registrar o papel importante que teve a Portaria interministerial nº 1.010, instituída em 2006, pelo MEC e MS como forma de promover a alimentação saudável nas escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas no Brasil. (MS/MEC, 2006).

No seu Artigo 2, essa Portaria reconhece que alimentação saudável deve ser tratada como:

“...um direito humano, compreendendo um padrão alimentar adequado às necessidades biológicas, sociais e culturais dos indivíduos, de acordo com as fases do ciclo da vida e com base em práticas alimentares saudáveis que respeitem os significados socioculturais dos alimentos” (MS/MEC, 2006, p. 2).

A Portaria nº 1.010 também prioriza as ações de EAN, considerando os hábitos alimentares como expressões culturais; estimula a produção de hortas escolares juntamente com os alunos e a inclusão desses alimentos na AE; restringe o comércio e a promoção comercial no ambiente escolar de alimentos e de preparações com alto teor de gordura saturada, gordura *trans*, açúcar livre e sal e incentiva o consumo de frutas, legumes e verduras. Essas ações vão ao encontro àquelas propostas na legislação do PNAE (BRASIL, 2009; BRASIL, 2013; MS/MEC, 2006).

Outro Marco legal de forte interface com o PNAE é a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN). A LOSAN representa a realização de uma concepção ampla e intersetorial da SAN e de seus princípios (DHAA e soberania alimentar) (BRASIL, 2006a). Segundo a LOSAN, o DHAA é o direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e é indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público adotar as políticas e ações que façam necessárias para promover e garantir a SAN da população (BRASIL, 2006a).

A implementação dessas políticas e ações deverá abranger as dimensões ambientais, culturais, econômicas, regionais e sociais. No seu Artigo 2, a LOSAN refere que:

“...é dever do poder público respeitar, proteger, promover, prover, informar, monitorar, fiscalizar e avaliar a realização do direito humano à alimentação adequada, bem como garantir os mecanismos para sua exigibilidade” (BRASIL, 2006a, p. 5).

Em relação à soberania alimentar, o Artigo 5 da LOSAN reitera que a consagração do DHAA e da SAN requer o respeito à soberania, que confere aos países a prioridade de tomada de suas decisões sobre a produção e o consumo dos alimentos (BRASIL, 2006a).

É importante ressaltar nesse contexto, a valorização da PNSAN (2012/2015), que estabelece relação direta da promoção da SAN, DHAA e da AE. A oferta de alimentos aos estudantes vinculada ao fortalecimento da AF, destaca-se nas ações do PNSAN, com ênfase na interlocução da SAN, em suas Diretrizes 1, 3 e 5, e pela promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável (CAISAN, 2011).

Vale também destacar a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS), como um dos instrumentos que sustentam o PNAE, tendo em vista seu objetivo de promover a equidade e a melhoria das condições e modos de viver, ampliando a potencialidade da saúde individual e coletiva, reduzindo vulnerabilidades e riscos à saúde, decorrentes dos determinantes sociais, econômicos, políticos, culturais e ambientais (MS, 2006).

A PNPS tem como foco a prevenção das doenças crônicas no Brasil, com planejamento de ações voltadas para prevenção dos fatores de risco, como tabagismo, sedentarismo e má alimentação e investimentos na qualificação da atenção do cuidado em saúde aos pacientes. Dentre os temas transversais dessa política, têm destaque as ações de apoio à AE, em consonância com os princípios e valores do SUS, a criação de territórios e de ambientes saudáveis, com ênfase nas coletividades, com identificação de oportunidades nesses espaços de desenvolvimento de atividades participativas e dialógicas de promoção da saúde (MS, 2014).

Já em Moçambique não existe uma política nacional de alimentação e nutrição, assim como não há uma legislação que se traduza na garantia da AE para os escolares. Porém, o PRONAE corrobora com a Política do Setor Saúde (PSS) na abordagem da promoção de hábitos alimentares saudáveis, cujos objetivos são proporcionar melhor qualidade de vida aos alunos, garantindo a SAN e o DHAA, e conseqüentemente o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) (MINED, 2012; MOÇAMBIQUE, 1995a).

A PSS foi aprovada em 11 de julho de 1995, pelo Conselho de Ministros de Moçambique. O objetivo principal dessa política é promover, preservar e melhorar o estado de saúde da comunidade em colaboração como os esforços desenvolvidos por outros setores. A prioridade da PSS é contribuir para a melhoria do estado nutricional da população em particular das crianças, por meio da prevenção e do tratamento das deficiências de micronutrientes (MOÇAMBIQUE, 1995a).

Cabe salientar que, no âmbito do programa *The New Partnership for Africa's Development* (NEPAD), em 2003, os governos africanos reconheceram a AE como um meio para o alívio da fome, para a melhoria dos indicadores educacionais e nutricionais e desenvolvimento comunitário. Desta forma, aprovaram o início da implementação de programas de AE baseados na produção local, designados por *Home Grown School Feeding Programme* (HGSFP), integrado no *Africa Agriculture Development Programme* (CAADP) (MINED, 2014).

No quadro 4 estão sintetizadas as políticas, programas e estratégias da AE no Brasil e em Moçambique.

Quadro 4. Políticas e programas de apoio à Alimentação Escolar no Brasil e em Moçambique

Políticas e Programas	
Brasil	Moçambique
Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS)	Política do Setor Saúde (PSS)
Portaria Interministerial nº 1.1010/2006	<i>Home Grown School Feeding Programme</i> (HGSFP)
<ul style="list-style-type: none"> - Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) - Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PlanSAN) - Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) 	-

Fonte: Elaborado pela autora, em dezembro de 2015.

No presente tópico pode-se constatar que existe um esforço dos Governos em incentivar a aquisição e o consumo de alimentos saudáveis nas escolas, especialmente os providos da AF. Esse incentivo se encontra evidente na Lei brasileira da AF (Lei nº 11.947/2009) que apresenta a AF como um dos pilares do PNAE (BRASIL, 2009). No próximo tópico, procura-se contextualizar a AF no Brasil e em Moçambique, bem como as políticas públicas utilizadas como instrumento basilar de promoção desse modelo de agricultura.

2.3 AGRICULTURA FAMILIAR

A produção de alimentos no mundo é um dos grandes desafios de governos e políticas de forma global. São várias as possibilidades da mesma ocorrer. O sistema agroalimentar moderno tem como meta a alta produtividade e a inevitável subordinação de agricultores a empresas detentoras de tecnologia agrícola. Este sistema prioriza a monocultura, o uso de insumos sintéticos em larga escala, a comercialização em grandes redes e a venda para exportação. Para além da indiferença com o DHAA, esse sistema tem gerado crises sucessivas, com repercussões sociais, culturais, ambientais e, até mesmo, sobre a saúde humana (SOUSA et al., 2015).

Um dos modelos de produção se dá por meio da AF. Do ponto de vista conceitual, a FAO refere que:

“A agricultura familiar consiste em um meio de organização das produções agrícola, florestal, pesqueira, pastoril e aquícola que são gerenciadas e operadas por uma família e predominantemente dependente da mão-de-obra familiar, tanto de mulheres quanto de homens” (FAO, 2014b, p.1).

A AF desempenha um papel fundamental na manutenção da paisagem natural, conservação do patrimônio genético das plantas e defesa do patrimônio cultural das comunidades locais (FAO, 2012).

A modernização da agricultura contribuiu nas modificações no processo de produção agrícola, com expansão do agronegócio. Porém, esse novo modelo da agricultura convencional tem-se mostrado social e ambientalmente insustentável (causam um desequilíbrio biológico no ecossistema e feitos colaterais na saúde humana), levando vários países, incluindo os desenvolvidos como os Estados Unidos e Japão, ao incentivo da reforma agrária e apoio à AF (GUANZIROLI, 2001; SANTOS et al., 2014).

Existem diferenças mesmo entre os agricultores familiares, estando elas relacionadas à diversificação das culturas; de experiências profissionais e de vida de cada agricultor; de acesso aos recursos naturais, capital humano e mercado; bem como às condições socioeconômicas e acesso às políticas públicas. Essas variáveis podem sofrer influência de diversos fatores envolvidos desde a localização

geográfica até as condições meio-ambientais onde os agricultores familiares estão inseridos (IICA, 2006).

Em muitos países da CPLP, grande parte da produção agrícola e pecuária familiar é da responsabilidade dos agricultores familiares (mais de 80,0% em Angola e São Tomé e Príncipe e mais de 90,0% em Cabo Verde, Guiné-Bissau e Moçambique). Em Portugal e Brasil onde a produção da AF são inferiores a outros países da CPLP, observa-se a utilização predominante de mão-de-obra familiar. No Brasil, 84,0% dos estabelecimentos rurais são de natureza familiar, enquanto que em Portugal mais de 90,0% da produção agrícola utiliza predominantemente mão-de-obra familiar (FAO, 2012).

No conjunto dos Estados-Membros da CPLP (tendo em conta as suas diferentes realidades) os agricultores familiares, representam mais de 75% das explorações agrícolas e ocupam menos de 6% da área agrícola total utilizada (FAO, 2012).

Ainda no âmbito da CPLP, está em análise projeto para a construção das Diretrizes para o apoio à AF nos Estados-Membros da CPLP, que se inserem nos marcos da Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (ESAN-CPLP). A construção destas Diretrizes refletem a visibilidade dos Estados-Membros da CPLP da importância dos agricultores familiares para o desenvolvimento das nações (dados não publicados).

São propostas sete diretrizes, cuja finalidade é a proposição de ações que fortaleçam a participação social e econômica da AF, bem como demonstrar a importância dessa agricultura na melhoria da situação de SAN. Para que sejam realmente efetivadas as Diretrizes, é necessária a adesão efetiva dos Estados-Membros, devendo estar em conformidade com outras políticas, programas e estratégias nacionais (dados não publicados).

2.3.1 Agricultura familiar no Brasil

A visibilidade da AF no Brasil ocorreu devido a três fatores: o primeiro está relacionado ao retorno do movimento sindical após o fim da ditadura militar; o segundo ao papel dos cientistas e intelectuais que debateram o tema por volta dos anos 1990; e o terceiro está relacionado ao reconhecimento do Estado por meio da criação das políticas públicas específicas da AF (SCHNEIDER; CASSOL, 2013).

Os estudos desenvolvidos pela FAO, juntamente com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), mostraram que a agricultura brasileira apresenta características de dois modelos distintos: a agricultura patronal e a AF (AZEVEDO; PESSOA, 2011).

A AF brasileira é diversificada, incluindo tanto famílias que vivem em condições de extrema pobreza, como também de produtores inseridos no moderno agronegócio que geram renda superior àquela que delimita a linha da pobreza (IICA, 2006).

A proposição do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em 1996, representa um Marco teórico no processo de intervenção na agricultura e no mundo rural brasileiro. O PRONAF responde ao impacto de dois grandes vetores: a pressão dos movimentos sociais em favor de transformações estruturais e da democratização das políticas públicas, e o indiscutível reconhecimento do seu *status* científico enquanto categoria analítica por parte da intelectualidade brasileira (ANJOS et al., 2004; BRASIL, 1996).

A Política Nacional de Agricultura Familiar define o agricultor familiar como sendo aquele que possui uma área de até quatro módulos fiscais⁶, que utiliza predominantemente a mão-de-obra da própria família e que tem renda familiar proveniente das atividades econômicas desenvolvidas no estabelecimento (BRASIL, 2006b).

Em 2006, o Censo Agropecuário revelou que os estabelecimentos da AF representavam 84,36% do total dos estabelecimentos agrícolas brasileiros, porém ocupando apenas 24,0% da área agrícola. Estes números evidenciam que 15,64% dos estabelecimentos não familiares ocupavam uma área agrícola média de 313,3 hectares⁷ contra uma área média de 18,41 hectares dos agricultores familiares (IBGE, 2006).

Segundo o Censo Agropecuário (2006), a AF representa 70,0% da produção nacional de feijão, 87,0% da mandioca, 34,0% da produção de arroz, 46,0% da produção do milho, 58,0% do leite, 50,0% de aves e ovos e 16,0% de soja, fornecendo a maior parte dos gêneros alimentícios para a população. Por isso, é de

⁶Módulo fiscal é uma unidade de medida agrária que representa a área mínima necessária para as propriedades rurais serem consideradas economicamente viáveis. O tamanho dos módulos fiscais variam de 5 a 110 hectares conforme o município.

⁷ 1 hectare=10.000 m²

fundamental importância que se crie e fortaleça parcerias junto a esse ator social para que o agricultor familiar participe efetivamente do PNAE (IBGE, 2006; FRANÇA; DEL GROSSI; MARQUES, 2009).

A articulação entre AF e o PNAE se dá por meio da Lei 11.947/2009, que estipula um mínimo de 30,0% dos recursos financeiros repassados pelo FNDE devem ser utilizados na compra de gêneros alimentícios oriundos da AF e do empreendedor familiar rural (BRASIL, 2009).

Verifica-se, portanto, a necessidade de planejar os cardápios do PNAE com vistas à integração de diferentes dimensões: alimento saudável, que respeite a cultura alimentar local e que seja proveniente da AF, preferencialmente agroecológico (PEIXINHO et al., 2011; TEO; MONTEIRO, 2012).

Neste contexto, o PNAE, tornou-se um importante segmento institucional para aquisição de alimentos da AF. Para que isto seja concretizado, é necessária à articulação entre quem compra (alimentos para as escolas) e quem vende (produzidos pelos agricultores familiares). Nesse espaço de articulação, destaca-se que o planejamento dos cardápios da AE, devem se basear na promoção da saúde, garantindo a sustentabilidade ambiental, cultural, econômica e social (SILVA; SOUSA, 2013).

2.3.2 Agricultura familiar em Moçambique

O país possui 10 províncias e a cidade de Maputo com estatuto de província e 148 distritos. Desde sua independência em 1975 e a posterior guerra civil que perdurou até 1992, o país tem apresentado um forte crescimento econômico, mas ainda encontra-se em processo de recuperação (IDS, 2013).

Moçambique é composto essencialmente de trabalhadores rurais, sendo que 70,0% da população são dependentes da agricultura como principal meio de subsistência. Observam-se no país, algumas características do sistema agrícola, que desempenham um papel significativo nas taxas de pobreza e de desenvolvimento social. Como por exemplo, o desenvolvimento limitado da agricultura em geral, o acesso limitado ao mercado e a baixa produtividade das culturas alimentares (FAO, 2013a).

As mulheres são as mais propensas a viver em situação de pobreza, pois têm menos acesso à educação, menos oportunidades de emprego formal, renda

financeira mais baixa e menos oportunidades de diversificar suas fontes de renda (UNICEF, 2011).

A AF em Moçambique é definida como sendo aquela feita em áreas com menos de um hectare, onde o cultivo da terra⁸ é realizado por pequenos produtores rurais, usado mão-de-obra familiar, ou, aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo (SITOE, 2005).

Tem se observado um crescimento substancial da produção alimentar no país. Apesar deste crescimento, Moçambique ainda é um importador de produtos agrícolas. As exportações agrícolas correspondem a 16% do total das exportações, e o mercado interno desempenha um papel importante na absorção da produção nacional. Ainda há a dependência de mercados regionais e internacionais para acessar produtos que o país não produz em quantidade suficiente, ao exemplo do arroz, trigo e batata. Moçambique já foi autossuficiente em açúcar, arroz, caju e chá e hoje importa esses produtos (MINAG, 2011).

A produção de alimentos no país é diversificada. O milho e a mandioca são produzidos em todo o país. No norte, a cultura amplamente cultivada é o sorgo (*Sorghum bicolor*) e a mandioca. Já no centro, o foco é a batata-doce e no sul o milho, o arroz e o amendoim. A produção de culturas de rendimento se concentra principalmente no centro e no norte, onde os principais cultivos são do algodão, tabaco, caju, cana-de-açúcar e milho. A soja e o gergelim são culturas de rendimento emergentes (UNSCN, 2013).

O uso de fertilizantes e pesticidas é muito limitado nas culturas agrícolas em Moçambique, esses são geralmente utilizados nas plantações de tabaco e algodão. A criação de animais é realizada principalmente por pequenas e médias famílias, sendo as aves o principal produto. A pecuária está concentrada no sul e no centro do país, onde os suínos são afetados regularmente por surtos de peste suína africana (MINAG 2011; ORAM/ROSA, 2010).

Mesmo com alta produtividade, o país possui alto índice de INSAN (35,0% da população). Nota-se que um dos principais fatores que contribui para esta insegurança alimentar e a pobreza no país, é o frequente aumento internacional dos

⁸A Lei da terra em Moçambique determina em seu Artigo 3 que a terra é propriedade do Estado e não pode ser vendida ou hipotecada (Lei nº 17/1997).

preços dos alimentos e do combustível, a valorização do dólar em relação à moeda nacional, além do surgimento de indústrias extrativistas e culturas de rendimento, que aumentam a pressão sobre o uso da terra (UNSCN, 2013).

Apesar deste cenário, as prioridades em SAN no país, continuam focadas no aumento da produção de alimentos, com vistas à redução da vulnerabilidade a choques climáticos extremos, e as variações sazonais, melhorando desta forma o acesso aos alimentos de qualidade e quantidade suficiente (IEH/FAO, 2012).

Moçambique possui dez zonas agroecológicas diferenciadas, caracterizadas por diferenças de precipitação e tipos de solo. As condições naturais em alguns momentos são favoráveis à agricultura no país, pois, existem mais de 36 milhões de hectares de terra adequada para o cultivo, dos quais apenas 10,0% estão em uso. A cobertura florestal é estimada em 54,8 milhões de hectares (70,0% da área total), sendo que 26,9 milhões de hectares consistem de floresta produtiva. O país também possui 15 bacias hidrográficas, que têm potencial de apoiar a produção agrícola e diminuir os impactos negativos das mudanças climáticas (MINAG, 2011).

Mesmo com essas condições ao seu favor, devido à sua localização geográfica, o país é frequentemente afetado por desastres naturais (geralmente secas, cheias e ciclones). Com isso, vê-se a necessidade de investir em tecnologias que possibilitam o aproveitamento da água para irrigação das plantações, como parte de uma estratégia para o desenvolvimento do sector agrário (SITOE, 2005).

A baixa produtividade é um desafio na maioria das regiões do país, que enfrenta problemas relacionados à infraestrutura de estocagem, processamento e conservação de alimentos, bem como sistemas e redes de distribuição e comercialização dos mesmos. O transporte é outro grande problema estrutural no país, e devido às más condições das vias de acesso, o custo de distribuição dos alimentos para o mercado doméstico, é muito elevado, fazendo com que grande parte do que é produzido em Moçambique, seja comercializado em países vizinhos como o Malawi (UNSCN, 2013).

Outro desafio encontrado no país é a falta de indústria de processamento e armazenamento. Esta situação, leva à deterioração e perda do excedente da produção, que poderia gerar mais renda para pequenos agricultores. Maior parte das famílias armazenam a sua colheita em celeiros tradicionais, onde parte delas, não usa nenhum produto para conservar a colheita, quer seja, por indisponibilidade do

produto no mercado, ou por falta de conhecimento da eficácia desses produtos (UNSCN, 2013).

Desafios adicionais encontrados no setor agrícola no país são a falta de tecnologia adequada, de insumos agrícolas de qualidade e de recursos humanos qualificados. O Vírus de Imunodeficiência Humana/Síndrome de Imunodeficiência Humana Adquirida (HIV/SIDA) tem sido um dos fatores que afeta a produtividade. A mortalidade/enfermidade devido à doença afeta a capacidade de produção dos agricultores familiares, e não só, aumenta o número de crianças órfãs, comprometendo dessa forma a transmissão de conhecimento sobre sementes e técnicas agrícolas, entre as gerações, para além de agravar a situação de pobreza e insegurança alimentar e nutricional das famílias (UNSCN, 2013).

As estratégias para enfrentar os desafios da produção agrária nas zonas áridas e mais vulneráveis, não são claras em Moçambique. O efeito das calamidades naturais no país é agravado pelas más condições das infraestruturas, fragilidade dos agentes económicos e das instituições económicas e sociais, públicas, privadas e da sociedade civil. Apesar do fraco desenvolvimento da agricultura, o país possui um grande potencial para desenvolver a médio e longo prazo, uma agricultura que assegura um crescimento sustentável (SITOE, 2005).

Na AE, o PRONAE se propõe ao incentivo de gêneros alimentícios provenientes de agricultores rurais locais, garantindo assim o desenvolvimento sustentável, renda para os agricultores e o desenvolvimento da economia local. Mesmo com esse incentivo, o PRONAE não especifica qual percentagem do recurso financeiro mínimo deve ser utilizado para o cumprimento dessa ação (MINED, 2014). No Quadro 5, é apresentada uma relação de alguns indicadores que revelam a situação da agricultura em geral e da AF em Moçambique e no Brasil.

Quadro 5. Perfil estatístico da agricultura no Brasil e em Moçambique

Indicadores	Brasil (%)	Moçambique (%)
Área cultivável pela agricultura familiar	24,0	98,0
Valor do PIB acrescentado pela agricultura (2010)	5,0	32,0
População ativa na agricultura	19,0	75,0
População feminina ativa na agricultura	33,0	65,0
População ativa na agricultura familiar - 2006	74,0	Dados não disponíveis
Número de explorações agrícolas	84,0	99,0
Produção agrícola familiar na produção nacional	38,0	95,0

Fonte: FAO, 2013b (elaborado pela autora, em dezembro de 2015).

Como pode-se observar no Quadro 5, Moçambique possui uma boa participação da agricultura principalmente da AF e também da mulher no processo de produção de alimentos, quando comparado ao Brasil. Mesmo com essas características positivas, Moçambique não possui políticas públicas de apoio à AF. Este assunto será desenvolvido no próximo sub tópico que fará referência de algumas políticas, programas e estratégias públicas do setor agrário do Brasil e de Moçambique.

2.3.3 Políticas públicas de apoio à Agricultura Familiar

Em relação às políticas de suporte à AF no Brasil, destacam-se o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER) e a Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (PRONATER) (FAO, 2012).

A institucionalização do PRONAF ocorreu em 1996, pelo Decreto Presidencial nº 1.946/1996, que foi revogado pelo Decreto nº 3.508 de 2000, posteriormente revogado pelo Decreto nº 3.992 de 2001 e revogado pelo Decreto nº 4.854 de 2003 que dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF), e dá outras providências (BRASIL, 1996; BRASIL, 2000, BRASIL, 2001, BRASIL, 2003a).

O PRONAF tem como objetivo fortalecer a AF mediante apoio técnico e financeiro, promovendo dessa forma o desenvolvimento sustentável. Com isso consiste em fortalecer a capacidade produtiva da AF e contribuir para geração de emprego e renda nas zonas rurais, melhorando a qualidade de vida dos agricultores familiares rurais (BRASIL, 2000).

Para isso, o programa se operacionaliza em quatro vertentes: obtenção de créditos de investimento destinada a atividades produtivas rurais; obtenção de financiamento de infraestruturas e serviços de municípios que a economia seja proveniente predominantemente das unidades agrícolas familiares; capacitação e profissionalização dos agricultores familiares responsáveis pela implementação de

desenvolvimento rural; e obtenção de financiamento para pesquisas e extensão rural (BRASIL, 2000).

O PAA foi criado pelo artigo 19 da Lei nº 10.696 de 2003 e pela Lei nº 12.512 de 2011, tem como finalidade promover o acesso a alimentação e incentivar a AF. Este programa consiste praticamente na criação de estoques de alimentos e distribuição de produtos alimentares para pessoas em situação de InSAN (BRASIL, 2003b; BRASIL, 2011).

Este programa se encontra estruturado em quatro modalidades: compra por doação simultânea, incentivo à produção e ao consumo do leite; compra direta; apoio à formação de estoques; e compra institucional (despensa do processo licitatório). O PAA tem contribuído para o aumento da produção agrícola, diversificação da produção, maior uso de mão de obra, insumos e equipamentos e melhor controle da qualidade (CHMIELEWSKA, SOUZA, LOURETE, 2010; MDS, 2014).

Alguns municípios adquirem os seus gêneros alimentícios direto do PAA pela modalidade compra institucional, sendo isento da participação do processo licitatório, reforçando desse modo o preconizado na Lei nº 11.947/2009 no que se refere na utilização de no mínimo 30,0% dos recursos financeiros repassados pelo FNDE na compra de gêneros alimentícios provindos da AF, garantindo dessa forma a SAN, o DHAA e a sustentabilidade (BRASIL, 2009).

Com o passar dos anos, observou-se a necessidade de criação de outras políticas de apoio à AF. Com isso foi aprovado em 2010 a Lei nº 12.188/2010, que institui a criação do PNATER e o PRONATER, sendo este último instrumento principal para a implementação do PNATER. Esses programas têm como princípios: o desenvolvimento rural e sustentável; gratuidade, qualidade e acessibilidade aos serviços de assistência técnica e de extensão rural; construção da cidadania e democratização da gestão das políticas públicas por meio de metodologias participativas; desenvolvimento de sistema de produção sustentável com base ecológica; equidade de gênero, geração, raça e etnia; e contribuição para SAN e para a soberania alimentar (BRASIL, 2010).

Já em Moçambique, o setor agrário implementou algumas iniciativas pelo Ministério da Agricultura (MINAG). Em 1995, a Resolução nº 11/1995, de 31 de outubro, aprovou a Política Agrária e as respectivas estratégias de implementação. Esta política reconhece a relevância dos fatores exógenos na influência da produção

agrária, que condicionam o desenvolvimento deste sector. Os fatores destacados nesta política, são as insuficientes vias de comunicação, deficientes redes de comercialização, transporte, infraestruturas e serviços de apoio a produção agrícola (MOÇAMBIQUE, 1995b).

Os objetivos dessa política são os de garantir a SAN; o desenvolvimento sustentável; a redução dos níveis de desemprego e a redução da taxa de pobreza. Ela também aborda aspectos relacionados à importância da conservação dos solos e da biodiversidade, por meio da aplicação de normas e técnicas de manejo e conservação, utilização adequada de agroquímicos, disseminação de tecnologias apropriadas de agroecologia e ecoturismo, o envolvimento das comunidades e líderes locais nestes esforços (MOÇAMBIQUE, 1995b).

Além da Política Agrária, está sendo implementada em Moçambique, a Estratégia Revolução Verde. O objetivo principal dessa estratégia governamental é de proporcionar o aumento da produção e produtividade dos pequenos produtores, garantindo desta forma maior oferta de alimentos de forma competitiva e sustentável (MINAG, 2008).

As culturas alimentares priorizadas nesta estratégia são os cereais (milho, arroz, sorgo e trigo), leguminosas (feijões, amendoim e soja), raízes e tubérculos (mandioca e batata) e hortícolas, cultivadas nas áreas verdes dos centros urbanos. Mesmo com o seu objetivo ligado à SAN, a Estratégia Revolução Verde em Moçambique, associou-se ao agronegócio, incluindo a promoção de biocombustíveis, particularmente a jatrofa⁹ (VUNJANHE; ADRIANO, 2015).

Também estão sendo implementados dois planos no setor agrário. Um deles é o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Setor Agrário (PEDSA, 2011-2020), proposto pelo Ministério da Agricultura, em 2011, apresentando uma visão a médio e longo prazos, com base em diretrizes nacionais para a agricultura e nas prioridades estabelecidas no CAADP (MINAG, 2011).

O PEDSA sistematiza as orientações para desenvolvimento do setor agrícola, de uma agricultura predominantemente de subsistência evoluindo para um modelo mais competitivo no mercado internacional, e mesmo visando atrair investidores. Seu objetivo é contribuir na garantia da SAN, por meio do acesso à comercialização

⁹Jatrofa é um gênero de planta da família Euphorbiaceae. Seu óleo é convertido em biodiesel para uso em máquinas a diesel.

e renda dos produtores agrários, de forma competitiva e sustentável, garantindo a equidade social e de gênero (MINAG, 2011).

Um outro é o Plano Nacional de Investimento do Sector Agrário (PNISA, 2013-2017), cujo objetivo é operacionalizar as diretrizes pautadas no PDSA. O PNISA, representa a harmonização das prioridades de investimento dos diferentes segmentos do sector agrário. No entanto, a sua implementação, acontece num momento em que Moçambique tem sido alvo de grandes investimentos voltados para o agronegócio, setor de mineração e hidrocarbonetos (MINAG, 2013; VUNJANHE; ADRIANO, 2015).

As metas do PNISA são: atingir um crescimento médio de produção (pelo menos 7,0% ao ano, nos próximos 10 anos); reduzir a desnutrição crônica em menores de cinco anos (de 44,0% em 2008 para 30,0% em 2015 e 20,0% em 2020); e reduzir pela metade a proporção das pessoas que sofrem de fome até 2015. Para isso, as culturas alimentares priorizadas pelo PNISA são o milho, o arroz, o trigo, o feijão, a mandioca, o tomate, a batata e a batata-doce; além de algumas culturas de alto lucro como o caju, algodão, soja, gergelim e tabaco (MINAG, 2013).

Outro instrumento político utilizado em Moçambique para a redução da desnutrição crônica é o Plano de Ação Multisetorial para a Redução da Desnutrição Crônica (PAMRDC). O quarto objetivo estratégico deste plano, que é o de fortalecer as atividades relacionadas às famílias com vistas à melhoria do acesso e utilização de alimentos de alto valor nutricional, incentivando pequenos agricultores familiares rurais a produzirem e comercializarem os alimentos localmente, de forma a garantir o acesso permanente dos alimentos na região (MOÇAMBIQUE, 2010).

Por fim, observa-se o incentivo da AF no PRONAE, onde se prevê a aquisição de gêneros alimentícios de agricultores rurais das localidades mais próximas das escolas, favorecendo e garantindo a alimentação saudável, o desenvolvimento sustentável e o crescimento econômico local (MINED, 2012). Essas políticas, programas e estratégias da AF no Brasil e Moçambique se encontram resumidas no Quadro 6.

Quadro 6. Políticas, programas e estratégias de apoio à Agricultura Familiar no Brasil e em Moçambique

Políticas, Programas e Estratégias	
Brasil	Moçambique
Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	–
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)	–
- Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PRONATER)	- Plano Nacional de Investimento do Setor Agrário (PNISA) - Plano Estratégico de Desenvolvimento do Setor Agrário (PEDSA)
Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	Programa Nacional de Alimentação Escolar (PRONAE)
–	Estratégia Revolução Verde
–	Política Agrária
–	Plano de Ação Multisectorial para a Redução da Desnutrição Crônica (PAMRDC)

Fonte: Elaborado pela autora, em dezembro de 2015.

Mesmo com as políticas e planos estratégicos supracitados, percebe-se que a base legal para sustentar o PRONAE, bem como incentivar a participação dos agricultores familiares nesse processo ainda é escassa. Por esta razão, é oportuno a proposição de instrumentos e documentos que sirvam de base legal para o avanço das ações de alimentação e nutrição em Moçambique.

Este estudo se propõe a apoiar a discussão de uma proposta de estruturação do programa de AE moçambicano. Com isso, espera-se contribuir com a estruturação e monitoramento no âmbito da AE, cujo produto seja a garantia da SAN e do DHAA das crianças e adolescentes durante sua permanência na escola. Busca-se com isso, assegurar uma maior frequência escolar, com diminuição da taxa de analfabetismo, dentre outros.

Pretende-se também, por meio desse estudo, sensibilizar os governantes moçambicanos em relação à importância da elaboração e implementação de uma Política Nacional de Alimentação e Nutrição e de uma Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Estas políticas trazem a base legal para vários programas e estratégias, com vistas à garantia da SAN e DHAA.

Por essa razão, é oportuno buscar apoiar a construção do modelo de articulação entre a gestão programa de AE e a AF a partir das experiências

vivenciadas em um município brasileiro. A finalidade deste estudo é responder à seguinte questão:

- ✓ Como a experiência da articulação da alimentação escolar com a agricultura familiar que ocorre no Brasil pode contribuir para a melhor execução do PRONAE em Moçambique?

Justificativa

Em função da experiência do Brasil no campo da AE, o FNDE/MEC assinou um acordo internacional com a ONU e a FAO, instituindo projetos de fortalecimentos dos programas de alimentação em países africanos, visando compartilhar a experiência brasileira no campo da AE, do DHAA e da SAN, bem como a inserção da AF no contexto de AE (WFP, 2013).

Por Moçambique ser um país localizado na costa leste de África, este está predisposto à ocorrência cíclica de desastres naturais (secas, cheias, e ciclone), e tem sido vítima constante de enormes perdas humanas e retrocessos na economia devido a esses desastres. As secas frequentes, predominantemente nas zonas semiáridas, resultam em situação de InSAN (MINED, 2014).

Com cerca de 70,0% da população vivendo nas zonas rurais e com uma economia predominantemente baseada na agricultura, as variações climáticas exercem um grande impacto na qualidade de vida e no bem-estar das populações, pois a InSAN eleva desproporcionalmente os custos de saúde. Além disso, diminui por sua vez a produtividade no trabalho, os níveis de desenvolvimento do capital humano, incluindo os níveis de aproveitamento escolar, principalmente nos grupos mais vulneráveis (mulheres e crianças). Ao nível social, a InSAN aumenta os custos sociais e econômicos, eleva os riscos para o investimento e constitui uma privação ao DHAA (MINED, 2014).

É neste contexto que o Governo Moçambicano pretende implementar o PRONAE, usando-o como uma das estratégias de garantia da SAN e do DHAA. Entre 2014 e 2015 desenvolveu-se o Estudo Piloto do PRONAE em 12 escolas públicas escolhidas sob critérios de serem mais susceptíveis a vulnerabilidade. O Relatório de Avaliação dessa fase piloto já foi apresentado pelos consultores ao MINEDH em Fevereiro de 2016, havendo sido validado por um conselho misto (82 pessoas envolvendo incluindo diversos parceiros de cooperação) a que presidiu o Ministro.

Portanto, o presente estudo teve como propósito conhecer como ocorre a articulação entre a AF e a AE em um município brasileiro, com o propósito final de discutir alguns aspectos que possam servir de suporte ao PRONAE para a sua eficaz implementação.

A proposta inicial do projeto matriz intitulado “*O Programa Nacional de Alimentação Escolar e a Agricultura Familiar: apoio técnico e científico à uma entidade executora goiana*”, foi de realizar do estudo no município de Senador Canedo, pela facilidade de articulação dos pesquisadores com a gestão da alimentação escolar deste município, incluindo à sua localização geográfica e a viabilidade de deslocamento. Foi possível realizar o estudo neste município, porém constatou-se que o município não possuía informação suficiente sobre a articulação entre a AF e a AE necessária para a discussão dos dados que serão apresentados na presente dissertação do mestrado.

Com isso, utilizando-se a informação sobre a compra da AF nos municípios brasileiros, disponível no *website* do FNDE/MEC, selecionou-se outro município que apresentava uma das maiores percentagens de compra da AF para a AE. A partir de então, selecionou-se o município goiano de Sanclerlândia que apresentou 93,65% de compra da AF (MEC, 2014), sendo os gestores convidados a participar deste estudo.

3 OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

Construir uma interlocução teórica da agricultura familiar na alimentação escolar do Brasil e de Moçambique, a partir de vivência em município brasileiro de pequeno porte.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Descrever alguns aspectos da gestão municipal do Programa Nacional de Alimentação Escolar na perspectiva dos atores sociais envolvidos diretamente com a agricultura familiar;
- Descrever os aspectos referentes ao fornecimento dos gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação escolar;
- Propor uma interlocução teórica entre Brasil e Moçambique sobre o papel da agricultura familiar na alimentação escolar.

4 METODOLOGIA

4.1 REFERENCIAL METODOLÓGICO

O presente estudo é uma pesquisa social exploratória de abordagem qualitativa com análise documental apoiada em um estudo de caso.

A pesquisa social exploratória tem o objetivo de proporcionar uma visão geral sobre um fenômeno ou fato no campo da realidade social e geralmente envolve um levantamento bibliográfico e documental, entrevistas e estudos de caso. Nesse tipo de pesquisa não é frequente a utilização de procedimentos de amostragem e técnicas quantitativas de coleta dos dados (GIL, 2008).

A abordagem qualitativa de uma pesquisa não se preocupa com a representatividade numérica, mas sim, com o aprofundamento sobre a compreensão de um grupo social ou fenômeno (GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

A análise documental busca encontrar informações factuais no conjunto de documentos, a partir de hipóteses ou questões de interesse. O uso de documentos em uma pesquisa, possibilita aumentar a compreensão de fenômenos que precisam de uma contextualização histórica e sociocultural (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009). Existem situações em que as informações encontradas sobre o fenômeno ainda não estão bem exploradas na literatura; quando então as fontes documentais são muito úteis para explicar ou exemplificar o objeto de estudo (GIL, 2008).

O estudo de caso propõe-se a conhecer com profundidade o “como” e o “porque” de um determinado fenômeno que se supõe ser único, demonstrando dessa forma o mais essencial e característico do fenômeno. O estudo de caso pode ter, tanto uma abordagem qualitativa, quanto uma quantitativa; podendo ter foco em uma unidade/individuo ou em uma coletividade (FONSECA, 2002). O presente estudo tem uma abordagem qualitativa com foco em uma coletividade: os atores sociais do PNAE envolvidos com a AF.

4.2 CAMPO DE ESTUDO

Estar presente no campo de estudo possibilita conhecer o mundo do sujeito sob o seu ponto de vista, onde o pesquisador se insere ao contexto, aprende, interage desenvolvendo algumas atividades, para que assim contribua reflexivamente a partir do seu olhar frente ao fenômeno estudado (BOGDAN; BIKLEN, 1994).

O presente estudo de caso descreve aspectos da gestão escolar do município de Sanclerlândia, que se situa a 165km da capital de Goiás, Goiânia, numa área territorial de 496,825km², com população estimada de 7.783 habitantes, sendo 6.287 da população residente alfabetizada e 1.996 frequentam creche ou escola. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal foi de 0,736 (2010), e o PIB *per capita* de R\$ 12.025,15 (2012) (IBGE, 2014b).

O município de Sanclerlândia possui três escolas, sendo uma do ensino fundamental, uma do ensino médio e uma da pré-escola. Em 2012, estavam matriculados no ensino fundamental 960 alunos, no ensino médio 337 alunos e na pré-escola 155 alunos (IBGE, 2014b).

O critério de escolha desse município foi devido a forte participação da AF na AE, onde o valor repassado para o município pelo FNDE/MEC, no ano de 2014, foi de R\$ 57.888,00; com um gasto de R\$ 54.214,79 para a aquisição de gêneros alimentícios da AF, que representa 93,65% (MEC, 2014).

4.3 TRABALHO DE CAMPO E POPULAÇÃO ALVO

O campo do estudo é o local onde o sujeito investigado realiza suas tarefas, trabalha e/ou reside. É de grande importância na pesquisa, por representar o momento que o pesquisador se aproxima do sujeito de pesquisa e cria laços, na expectativa de que este compartilhe suas experiências de vida em relação ao fenômeno estudado. É neste momento que, de fato, ocorre a colheita dos dados (BOGDAN; BIKLEN, 1994).

É no trabalho de campo que o pesquisador constrói um retrato composto por depoimentos pessoais e visões subjetivadas dos interlocutores, em que as falas de

uns se acrescentam às dos outros e se compõem/contrapõem às observações (MINAYO, 2012).

Para a presente dissertação, o trabalho de campo compreendeu o estudo de caso, com as entrevistas aos atores sociais municipais do PNAE envolvidos com a AF: agricultores familiares; gestor municipal da alimentação escolar; secretário de compras da prefeitura e o técnico agropecuário da Agência Goiana de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária (EMATER). A nutricionista Responsável Técnica (RT) pelo PNAE no município teve seu contrato com a prefeitura encerrado em momento imediatamente anterior ao estudo, razão pela qual não concordou em participar da entrevista.

O levantamento de informações se deu por meio de três questionários semiestruturados: agricultores familiares (Apêndice B); gestores municipais da alimentação escolar (Apêndice C) e técnico agropecuário da EMATER (Apêndice D).

Esses questionários foram divididos por blocos de informações que atendessem à legislação vigente, com ênfase no conhecimento e na execução do PNAE e a interlocução das informações entre os atores sociais. Antes da sua aplicação, os questionários foram avaliados por um grupo de três professores *experts* no assunto e uma mestranda da Universidade Federal de Goiás (UFG), com experiência em pesquisa de campo na área de AE, buscando corrigir possíveis equívocos.

A coleta de dados foi realizada em duas visitas, em dezembro de 2015 e janeiro de 2016, quando ocorreu o deslocamento da equipe de pesquisadores até o município. Nestas ocasiões, foram feitas entrevistas por duas nutricionistas terinadas, e visitas a três propriedades de agricultores familiares onde eram cultivados os alimentos fornecidos às escolas. As entrevistas foram gravadas e as falas transcritas para análise.

De forma adicional, realizou-se a análise documental das políticas, programas e estratégias da AE, da AF e da SAN do Brasil e de Moçambique, buscando identificar similaridades e contradições. Em sua maioria esses documentos se encontravam disponíveis no *website* dos órgãos governamentais de ambos os países. Os documentos não disponíveis *on-line*, foram obtidos mediante solicitação aos autores. Foram selecionados 50 documentos de consulta pública referente aos temas estudados e na sua maioria em língua Portuguesa (88%), seguido da língua Inglesa (12%).

4.4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Para os aspectos qualitativos, os dados coletados nas entrevistas tiveram como trilha metodológica a análise e interpretação dos dados coletados. A análise permite organizar e sumarizar os dados possibilitando o fornecimento de respostas ao proposto pela pesquisa. Já a interpretação procura o sentido mais amplo das respostas por meio da ligação com acontecimentos anteriores (GIL, 2008).

Os dados do estudo de caso foram analisados por meio da análise do conteúdo na modalidade temática, conforme adaptação proposta por Minayo (2014), com vistas a melhor compreender e explorar as informações obtidas no trabalho de campo. A análise temática consiste em descobrir os núcleos de sentido que constituem uma comunicação, cuja presença signifique algo para o objeto analítico em estudo (MINAYO, 2014).

A análise temática utilizada neste estudo (Figura 2), desenvolveu-se em três etapas: 1) pré-análise: por meio da leitura flutuante, constituição do corpus, e formulação e reformulação de hipóteses e objetivos; 2) exploração do material: determinação de categorias (expressões ou palavras significativas em relação ao conteúdo de uma fala ou documento) com o intuito de encontrar os núcleos de compreensão do texto; 3) tratamento dos resultados obtidos e interpretação: os resultados brutos sofreram inferência e interpretações ligadas ao referencial teórico selecionado a partir das suas interpretações, buscando dar respostas às hipóteses e objetivos sugeridos, possibilitando a compreensão adequada do objeto do estudo (MINAYO, 2014).

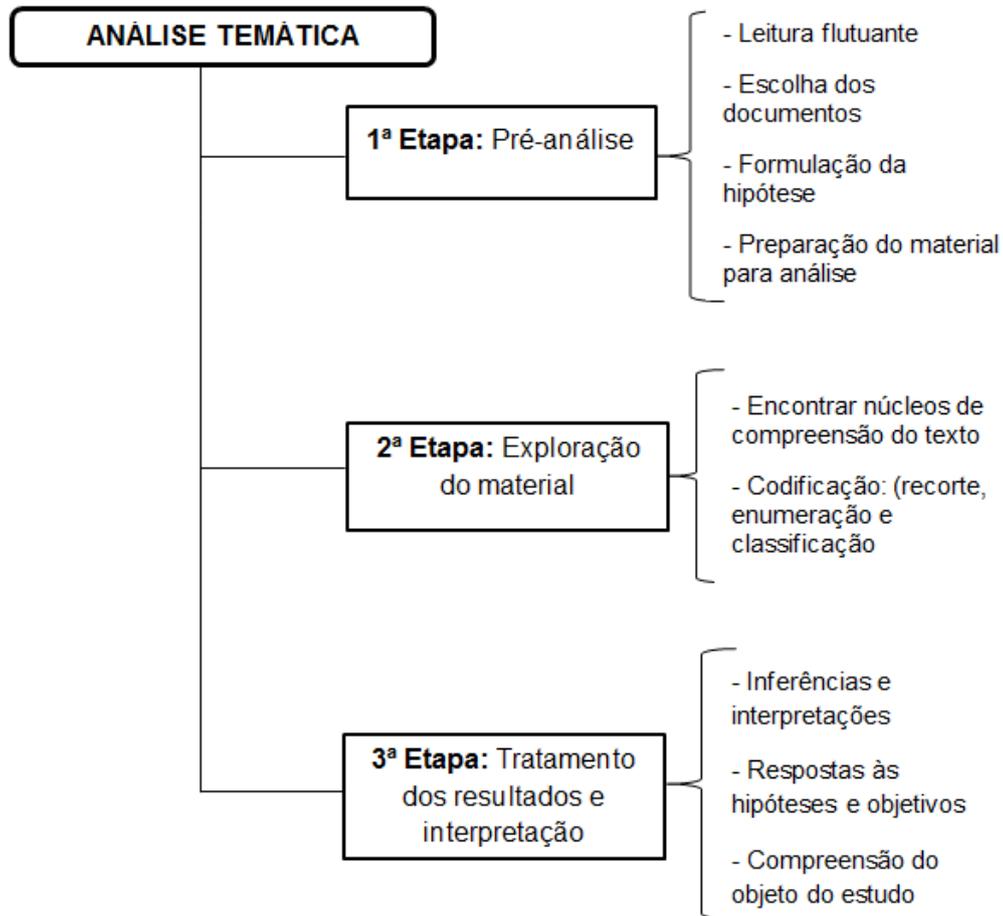


Figura 2. Etapas da análise temática (Fonte: Minayo, 2014).

4.5 ASPECTOS ÉTICOS

A presente dissertação faz parte do projeto matriz intitulado “*O Programa Nacional de Alimentação Escolar e a Agricultura Familiar: apoio técnico e científico à uma entidade executora goiana*”, que foi aprovado junto ao Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal de Goiás (CEP/UFG) com o parecer número 1.103.074 (Anexo 1).

Antes da coleta dos dados todos os participantes foram esclarecidos sobre a pesquisa e sobre a possibilidade de desistência de participação a qualquer momento, do sigilo das informações e da utilização destas apenas para fins desse estudo. Foram obedecidos os princípios e postulados éticos, com vistas a evitar qualquer possível risco e/ou constrangimento ao participante, de acordo com a Resolução CNS nº 466/2012 (BRASIL, 2012).

A confirmação do aceite de participação foi mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice E) pelo entrevistado e Carta de apresentação do projeto à Gerência Municipal de Alimentação Escolar (Anexo 2).

REFERÊNCIAS

ALENCAR, A.G. Do conceito estratégico de segurança alimentar ao plano de ação da FAO para combater a fome. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 44, n. 1, p. 137-144, 2001.

ANJOS, F.S.; GODOY, W.I.; CALDAS, N.V.; GOMES, M.C. Agricultura familiar e políticas públicas: impacto do PRONAF no Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 42, n. 3, p. 529-548, 2004.

ANVISA/OPAS - Agência Nacional de Vigilância Sanitária/Organização Pan-Americana da Saúde; Organização Mundial da Saúde. **Codex Alimentarius: Higiene dos Alimentos** – Textos Básicos, 2006.

AZEVEDO, F.F.; PESSOA, V.L.S. O Programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar no Brasil: uma análise sobre a distribuição regional e setorial dos recursos. **Sociedade e natureza**, Uberlândia, v. 23, n. 3, p. 483-496, 2011.

BADARÓ, A.C.L.; AZEREDO, R.M.C.; ALMEIDA, M.E.F. Vigilância Sanitária de Alimentos: Uma Revisão. **Nutrir Gerais-Revista Digital de Nutrição**, Ipatinga, v. 1, n. 1, 2007.

BELIK, W.; CHAIM, N.A. O Programa Nacional de Alimentação Escolar e a gestão municipal: eficiência administrativa, controle social e desenvolvimento local. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 22, n. 5, p. 595-607, 2009.

BODGAN, R.C.; BIKLEN, S.K. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto editora: Porto, 1994. 333 p.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília, DF: 2012. Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento de Educação. **Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Brasília, DF: FNDE, 2009. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/fnde/legislacao/resolucoes/item/4963-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-38,-de-8-de-outubro-de-2013>>. Acesso em: 31 mai. 2015.

BRASIL. Organizações das Nações Unidas. **Decreto nº 591, de julho de 1992**. Atos Internacionais - Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0591.htm>. Acesso em: 15 fev. 2016.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Casa Civil, 1988. Disponível em:<

http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/con1988_05.10.1988/con1988.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2015.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 1.946 de 28 de Junho de 1996**. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e dá outras providências. Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1946.htm>. Acesso em: 20 nov. 2015.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 3.508 de 14 de Junho de 2000**. Dispõe sobre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável - CNDRS, e dá outras providências. Brasília, 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3508.htm>. Acesso em: 20 nov. 2015.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 3.992 de 30 de Outubro de 2001**. Dispõe sobre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável - CNDRS e dá outras providências. Brasília, DF: Casa Civil, 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/D3992.htm>. Acesso em: 20 nov. 2015.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 4.854 de 8 de Outubro de 2003**. Dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável - CONDRAF, e dá outras providências. Brasília, DF: Casa Civil, 2003a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4854.htm#art14>. Acesso em: 20 nov 2015.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994**. Dispõe sobre a municipalização da merenda escolar. Brasília, DF: Casa Civil, 1994. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8913.htm>. Acesso em: 15 ago. 2015.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 10.696 de 2 de Julho de 2003**. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. Brasília, DF: Casa Civil, 2003b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.696.htm>. Acesso em: 20 nov. 2015.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 11.346 de 15 de Setembro de 2006**. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Brasília, DF: Casa Civil, 2006a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm>. Acesso: 30 mai. 2015.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional de Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, DF: Casa Civil, 2006b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm>. Acesso em: 22 jun. 2015.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nºs 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Brasília, DF: Casa Civil, 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm> Acesso em: 28 mai. 2015.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 12.188 de 11 de Janeiro de 2010**. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências. Brasília, DF: Casa Civil, 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12188.htm>. Acesso em: 20 nov. 2015.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 12.512 de 14 de Outubro de 2011**. Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais; altera as Leis nº 10.696, de 2 de julho de 2003, 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e 11.326, de 24 de julho de 2006. Brasília, DF: Casa Civil, 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/Lei/L12512.htm>. Acesso em: 20 nov. 2015.

CAISAN - CÂMARA INTERMINISTERIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (Brasil). **Balanco das Ações do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – 2012/2015**. Brasília, DF: MDS. 2013. 130p. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/balanco_caisan_2012_2015.pdf>. Acesso em: 29 fev. 2016.

CAISAN - CÂMARA INTERMINISTERIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (Brasil). **Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – 2012/2015**. Brasília, DF: CAISAN, 2011. 132p. Disponível em: <<http://www.stds.ce.gov.br/phocadownload/segalimentar/legislacao/estadual/decretoderesolucaodaCAISAN.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2015.

CFN - CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS. **Resolução CFN nº 465/2010**. Dispõe sobre as atribuições do Nutricionista, estabelece parâmetros numéricos mínimos de referência no âmbito do Programa de Alimentação Escolar (PAE) e dá outras providências. Brasília, DF: CFN, 2010. Disponível em: <<http://www.cfn.org.br/novosite/arquivos/Resol-CFN-465-atribuicao-nutricionista-PAE.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2015.

CHMIELEWSKA, D.; SOUZA, D.; LOURETE, A.A. **O Programa De Aquisição De Alimentos Da Agricultura Familiar (PAA) e as práticas dos agricultores participantes orientadas ao Mercado: Estudo de caso no Estado de Sergipe**.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_1510.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2015.

CODEX ALIMENTARIUS. **List of Codex members**. 2015. Disponível em: <http://www.fao.org/fao-who-codexalimentarius/members-observers/members/en/?no_cache=1>. Acesso em: 29 fev. 2016.

CONSEA - CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. **Documento final da III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/consea/3conferencia/Static/Documentos/Documento_%20Final.pdf>. Acesso em: 07 mai. 2015.

CONTI, I.L. **Segurança Alimentar e Nutricional: noções básicas**. Passo Fundo: IFIBE, 2009. 62p. Disponível em: <https://www.pjf.mg.gov.br/conselhos/seguranca_alimentar/documentos/conceitosbasicos%20SAN.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2016.

COSTA, C.A.; BÓGUS, C.M. Significados e apropriações da noção de segurança alimentar e nutricional pelo segmento da sociedade civil do conselho nacional de segurança alimentar e nutricional. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 103-114, 2012.

CUSTÓDIO, M.B., FURQUIM, N.R.; SANTOS, G.M.; CYRILLO, D.C. Segurança Alimentar e Nutricional e a construção: uma visão histórica. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 18, n. 1, p. 1-10, 2011.

DANELON, M.A.S.; DANELON, M.S.; SILVA, M.V. Serviços de alimentação destinados ao público escolar: análise da convivência do Programa de Alimentação Escolar e das cantinas. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 13, n. 1, p. 85-94, 2006.

EU - EUROPEAN UNION. **European Food Safety Authority**: Committed to ensuring that Europe's food is safe. Disponível em: <<http://www.efsa.europa.eu/>>. Acesso em 10 Apr. 2015.

FAO - FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION. **Ano Internacional da Agricultura Familiar: o que é agricultura familiar?**. Itália, 2014b. Disponível em: <<http://www.fao.org/family-farming-2014/home/what-is-family-farming/pt/>>. Acesso em: 03 fev. 2016.

FAO – FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION. **Consulta electrónica. Agricultura Familiar e Segurança Alimentar e Nutricional na CPLP**. Relatório final. 2012. Disponível em: <http://www.fao.org/fsnforum/cplp/sites/cplp/files/files/CPLP_final-report_PORT.pdf>. Acesso em: 05 set. 2015.

FAO - FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION. **Direito à Alimentação e Segurança Alimentar e Nutricional nos Países da CPLP: Diagnóstico de base**. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. Roma, 2013b.

Disponível em: < <http://www.fao.org/docrep/018/i3348p/i3348p.pdf>>. Acesso em: 31 mai. 2015.

FAO - FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION. **FAO Hunger Map 2015**. FAO: Economic and Social Development Department, 2015 Disponível em: < <http://www.fao.org/3/a-i4674e.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2016.

FAO - FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION. **O Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil: Um retrato multidimensional**. Relatório, 2014a. Disponível em: < https://www.fao.org.br/download/SOFI_p.pdf >. Acesso em: 29 jan. 2016.

FAO - FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION. **Situação da Governança da Segurança Alimentar e Nutricional e o papel da Agricultura Familiar nos países da CPLP**. Março, 2013a. Disponível em: <<https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=3&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwiFncqj9pTKAhXHtRoKHcVCCTMQFggrMAI&url=http%3A%2F%2Fwww.cplp.org%2FAdmin%2FPublic%2FDownload.aspx%3Ffile%3DFiles%252FFiler%252Fcpip%252FFAO%252FEstudo-CPLP-Mar-2013-verso-longa.pdf&usg=AFQjCNF6hxOrdiev9KHL6LWcTeOz6risew&sig2=FT3vJmSMMvd6A1SaVXaQnA&bvm=bv.110151844,d.ZWU>>. Acesso em: 12 jan. 2016.

FONSECA, J.J.S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Disponível em: <<http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2012-1/1SF/Sandra/apostilaMetodologia.pdf>>. Acesso em: 05 fev. 2016.

FRANÇA, C.G.; DEL GROSSI, M.E.; MARQUES, V.P.M.A. **O Censo Agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2009. 96p.

FREITAS, M.C.S.; MINAYO, M.C.S.; RAMOS, L.B.; FONTES, G.V.; SANTOS, L.A.; SOUZA, E.C.; SANTOS, A.C.; MOTA S.E.; PAIVA, J.B.; BERNARDELLI, T.M.; DEMÉTRIO, F.; MENEZES, I. Escola: lugar de estudar e de comer. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.18, n. 4, p. 979-985, 2013.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25. ed., São Paulo: Paz e Terra, 2002. 24-25 p.

GALLINA, L.S.; TEO, C.R.P.A.; MUNARO, P.S.; OLIVEIRA, V.S.H. Representações sobre Segurança Alimentar e Nutricional nos discursos de um Conselho de Alimentação Escolar. **Revista Saúde e Sociedade**, São Paulo, v.12, n.1, p.89-102, 2012.

GERHARDT, T.E.; SILVEIRA, D.T. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: < <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acesso em: 13 fev. 2016.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Altas, 2008. 220 p.

GUANZIROLI, C.E. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2001. 15 p. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=en&lr=&id=fzCJFVodiN0C&oi=fnd&pg=PA15&ots=bdfRQtnbyO&sig=ugvbwvH9Mxbl8N5RUGPL6oJBcg8&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 22 nov. 2015.

HIRAI, W.G.; ANJOS, F.S. Estado e Segurança Alimentar: alcances e limitações de políticas públicas no Brasil. **Revista Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 335-353, 2007.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2006: Agricultura Familiar, Primeiros Resultados, Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação**. Rio de Janeiro, p. 20, 2006. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri_familiar_2006/familia_censoagro2006.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2015.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Goiás. Sanclerlândia. 2010. IBGE 2014b. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=521900&search=goias|sanclerlandia>>. Acesso em: 03 dez. 2015.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio**, Rio de Janeiro, v. 32, p. 100-114, 2012. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_anual/2012/Volume_Brasil/pnad_brasil_2012.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2015.

IDS - **Inquérito Demográfico e de Saúde. Moçambique**, 2011. Instituto Nacional de Estatística. Ministério da Saúde. 2013. Disponível em <<http://dhsprogram.com/pubs/pdf/FR266/FR266.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2014.

IEH/FAO - INSTITUTO DE ESTUDIOS DEL HAMBRE/FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. **A comparative study on institutional frameworks for food security and nutrition at national level**. 2012. Disponível em: <<http://www.nfpensp.org/agridrupal/sites/default/files/Comparative%20Study%20FSN%20Frameworks.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2015.

IICA – INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA. Série Desenvolvimento Sustentável. **Agricultura Familiar, Agroecologia e desenvolvimento sustentável**. 1ª ed. vol 5, 2006. Disponível em: <<http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/Serie-DRS-vol-5-Agricultura-familiar-agroecologica-e-desenvol-sustentavel.pdf>>. Acesso em: 08 set. 2015.

LEÃO, M. **O Direito Humano à Alimentação Adequada e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília - DF: ABRANDH, 2013. 263p.

MACEDO, D.C.; TEIXEIRA, E.M.B.; JERÔNIMO, M.; BARBOSA, O.A.; OLIVEIRA, M.R.M. A construção da Política de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil. **Revista Simbio-Logias**, Botucatu, v.2, n.1, maio 2009.

MANIGLIA, E. **As interfaces do direito agrário e dos direitos humanos e a segurança alimentar**. São Paulo - SP: Cultura Acadêmica, 2009. 280p.

MEC - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. **Dados da agricultura familiar**. 2014. Disponível em: <<http://www.fnede.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-consultas/dados-da-agricultura-familiar>>. Acesso em: 03 dez. 2015.

MDS – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional. **Programa de Aquisição de Alimentos: Manual operativo modalidade compra com doação simultânea operação por meio de termo de adesão**. Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/manualPAA.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2015.

MINAG – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. **Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Setor Agrário 2011 – 2020** (PEDSA). Maputo, 2011. Disponível em: <<http://www.open.ac.uk/technology/mozambique/sites/www.open.ac.uk.technology.mozambique/files/pics/d130876.pdf>>. Acesso em: 09 set. 2015.

MINAG – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. **Plano Nacional de Investimento do Setor Agrário (PNISA) 2013 – 2017**. Maputo, 2013. Disponível em: <http://fsg.afre.msu.edu/mozambique/caadp/Final_PNISA_Draft_Report_ver_08-4.pdf>. Acesso em: 11 set. 2015.

MINAYO, M.C.S. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 621-626. 2012.

MINAYO, M.C.S. Programa Nacional de Alimentação Escolar: Limites e Possibilidades Para uma Alimentação Saudável. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.18, n. 4, 2013.

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: HUCITEC, 2014. 407 p.

MIC – MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO. **Instituto Nacional de Inspeção Económica: Atribuições**. 2014. Disponível em: <<http://www.mic.gov.mz/index.php/instituicoes-tuteladas/inae>>. Acesso em: 23 mar. 2015.

MINED - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (Moçambique). **Avaliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar -2014**. Maputo, 2014. 6-9 p.

MINED - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (Moçambique). **Programa Nacional de Alimentação Escolar (PRONAE)**. Maputo, 2012. 5-8 p.

MINEDH – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO HUMANO. **Encontro de Troca de Experiências Sobre Compras Locais Governamentais: boas práticas e sinergias entre o PRONAE e o PAA África**. Tete, 2015. 20p.

MPD - MINISTÉRIO DA PLANIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO. **Pobreza e bem-estar em Moçambique: Terceira Avaliação Nacional**. Setembro 2010. Disponível em:

<http://www.mpd.gov.mz/index.php?option=com_docman&task=doc_details&Itemid=50&gid=103&lang=en>. Acesso: 12 maio 2014.

MS - MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição**. Brasília-DF, 2012. Disponível em: <<http://189.28.128.100/nutricao/docs/geral/pnan2011.pdf>>. Acesso em: 25 mai. 2015.

MS - MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Política Nacional de Promoção da Saúde**. Brasília, DF, 2006. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_promocao_saude.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2015.

MS - MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Política Nacional de Promoção da Saúde**. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/prt2446_11_11_2014.html>. Acesso em: 18 ago. 2015.

MS/MEC - MINISTÉRIO DA SAÚDE/MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Portaria Interministerial nº 1.010, de 8 de maio de 2006**. Institui as diretrizes para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional. Brasília, DF: 2006. Disponível em: <ftp://ftp.fnnde.gov.br/web/resolucoes_2006/por1010_08052006.pdf>. Acesso em: 22 jun 2015.

MOÇAMBIQUE. Boletim da República. Publicação Oficial da República. Conselho de Ministros: **Resolução nº 4/95 de 11 de Julho**. Aprova a Política do Setor Saúde. Maputo, 1995a. Disponível em: <http://www.nationalplanningcycles.org/sites/default/files/country_docs/Mozambique/politica_saude.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2015.

MOÇAMBIQUE. Conselho de Ministros. **Política Agrária e Estratégias de Implementação. Resolução nº11/95 de 31 de Outubro**. Aprova a Política agrária e as respectivas estratégias de implementação. Maputo, 1995b Disponível em: <<http://www.lexlink.eu/codigo-simples/angola/451485/politica-agraria-e-estrategias-de-implementacao-resolucao-no-1195-de-31-de-outubro/20562/por-tema>>. Acesso em: 11 set. 2015.

MOÇAMBIQUE. **Plano de Ação Multisectorial para a Redução da Desnutrição Crônica em Moçambique**. Departamento de Nutrição, Setembro, 2010. Disponível em: <http://www.unicef.org/mz/online-files/protection/PAMRDC_Portugues_2011-2015.pdf>. Acesso em: 03 fev. 2016.

ORAM/ROSA - ORGANIZAÇÃO DE AJUDA MÚTUA/REDE DAS ORGANIZAÇÕES PARA SEGURANÇA ALIMENTAR. **Estudo sobre o impacto da política agrária em Moçambique.** Maputo, 2010. Disponível em: <<http://fsg.afre.msu.edu/mozambique/caadp/IMPACTO%20POLITICAS%20AGRARIA S.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2015.

PCD - PARTNERSHIP FOR CHILD DEVELOPMENT. **School Feeding Programs: improving effectiveness and increasing the benefit to education**, 1999. Disponível em: <<http://portal.unesco.org/education/en/files/37434/11029402593School-feeding-programs.pdf/School-feeding-programs.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2015.

PEIXINHO, A.; BALABAN, D.; RIMKUS, L.; SCHWARTZMAN, F.; GALANTE, A.P. Alimentação escolar no Brasil e nos Estados Unidos. **O Mundo da Saúde**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 128-136, 2011.

PEGOLO, G.E.; SILVA, M.V. Consumo de energia e nutrientes e a adesão ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) por escolares de um município paulista. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 17, n. 2, p. 50-62, 2010.

PNUD - PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Resumo Relatório do Desenvolvimento Humano 2013: A Ascensão do sul: Progresso Humano num Mundo Diversificado.** Communications Development Incorporated, Washington DC. 2013. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/arquivos/rdh-2013-resumo.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2015.

PNUD - PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Síntese Relatório do Desenvolvimento Humano 2015: O trabalho como motor do desenvolvimento humano.** Disponível em: <http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr15_overview_pt.pdf>. Acesso em: 29 fev. 2016.

SANTARELLI, M. **Cooperação Sul-Sul Brasileira: A Experiência do Programa Nacional de Alimentação Escolar em Moçambique.** ACTIONAID, 2015. Disponível em: <<http://www.actionaid.org.br/publications/cooperacao-sul-sul-brasileira-experiencia-do-programa-nacional-de-alimentacao-es>>. Acesso em: 03 fev. 2016.

SANTOS, C.F.; SIQUEIRA, E.S.; ARAUJO, I.T.; MAIA, Z.M.G. A agroecologia como perspectiva de sustentabilidade na agricultura familiar. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 33-52, 2014.

SÁ-SILVA, J.R.; ALMEIDA, C.D.; GUINDANI, J.F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, São Leopoldo, s/v, n. 1, p. 1-14, 2009.

SCHIRMER, C.R.; FONTOURA, D.R.; NUNES, M.L. Distúrbios da linguagem e da aprendizagem. **Jornal de Pediatria**, Rio de Janeiro, v. 80, n. 2, p. 95- 103, 2007.

SCHMITZ, B.A.S.; RECINE, E.; CARDOSO, G.T.; SILVA, J.R.M.; AMORIM, N.F.A.; BERNARDON, R.; RODRIGUES, M.L.C.F. A escola promovendo hábitos

alimentares saudáveis: uma proposta metodológica de capacitação para educadores e donos de cantina escolar. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 312 – 322, 2008.

SCHNEIDER, S.; CASSOL, A. **A Agricultura Familiar no Brasil**. Série documentos de Trabajo nº 145. Grupo de Trabajo: Desarrollo con Cohesión Territorial para el Desarrollo. Rimisp, Santiago, Chile. 2013. 93p. Disponível em: <http://rimisp.org/wp-content/files_mf/1438617722145AgriculturaFamiliarBrasil_ShneiderCassol_editado.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2016.

SETSAN - SECRETARIADO TÉCNICO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (Moçambique). **Estratégia e Plano de Acção de Segurança Alimentar e Nutricional 2008-2015: Segurança Alimentar e Nutricional, um Direito para Moçambique Sem Fome e Saudável**. 2007. Disponível em <<http://www.setsan.gov.mz/index.php/politicas-e-estrategias/esan-ii>>. Acesso em: 12 de Maio 2015. 2-7 p.

SILVA, A.P.F.; SOUSA, A.A. Alimentos orgânicos da agricultura familiar no Programa Nacional de alimentação Escolar do Estado de Santa Catarina, Brasil. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 26, n. 6, p. 701-714, 2013.

SITOE, T. A. **Agricultura Familiar em Moçambique: Estratégias de desenvolvimento sustentáveis**. Maputo, 2005. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0CCIQFjAAahUKEwiZk4fSpPDHAhWFDZAKHZNFDPY&url=http%3A%2F%2Fwww.mpd.gov.mz%2Findex.php%2Fdocumentos%2Finstrumentos-de-gestao-economica-e-social%2Fplanos-estrategicos%2Fplanos-estrategicos-sectoriais%2Fministerio-da-agricultura-minag%2F89-agricultura-em-mocambique%2Ffile%3Fforce_download%3D1&usg=AFQjCNEYIAOfioCLeq1aNI5gtunz8uz_gA&bvm=bv.102537793,d.Y2I>. Acesso em: 11 set. 2015.

SOUSA, A. A.; SILVA, A.P.F.; AZEVEDO, E.; RAMOS, M. O. Cardápios e sustentabilidade: ensaio sobre as diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 28, n. 2, p. 217-229, 2015.

SPISSO, B. F.; NÓBREGA, A.W.; MARQUES, M.A.S. Resíduos e contaminantes químicos em alimentos de origem animal no Brasil: histórico, legislação e atuação da vigilância sanitária e demais sistemas regulatórios. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 6, p. 2091-2106, 2009.

TEO, C.R.P.A.; MONTEIRO, C.A. Marco legal do Programa Nacional de Alimentação Escolar: uma releitura para alinhar propósitos e prática na aquisição de alimentos. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 25, n. 5, p. 657-668, 2012 .

TRICHES, R.M.; SCHNEIDER, S. Desestruturar para construir: Interfaces para agricultura familiar acessar o programa de alimentação escolar. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 66-106, 2012.

UNICEF - THE UNITED NATIONS CHILDREN'S FUND. **Child poverty and disparities in Mozambique**. Summary Report. UNICEF, Maputo, Mozambique,

2011. Disponível em: <<http://www.unicef.org/mz/cpd/documents/CPD-Summary.pdf>>. Acesso em: 09 set. 2015.

UNSCN – UNITED NATIONS SYSTEM STANDING COMMITTEE ON NUTRITION. **Análise de Políticas Nacionais: Impacto dos sistemas agrícolas e alimentares na nutrição.** Moçambique. Maputo, 2013. Disponível em: <http://www.unscn.org/files/Publications/Country_Case_Studies/MZ_CASE_STUDY_REPORT_FINAL_PT_April2014.pdf>. Acesso em: 08 set. 2015.

VALENTE, F.L.S. **Direito Humano à Alimentação: desafios e conquistas.** São Paulo - SP: Ed Cortez, 2002, 272p.

VEIGA, G.V.; COSTA, R.S.; ARAÚJO, M.C.; SOUZA, A.M.; BEZERRA, I.N.; BARBOSA, F.S.; SICHIERI, R.; PEREIRA, R.A. Inadequação do consumo de nutrientes entre adolescentes brasileiros. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 47, n. 1, p. 212-221, 2013.

VUNJANHE, J; ADRIANO, V. **Segurança Alimentar e Nutricional em Moçambique: um longo caminho por trilhar.** Textos para discussão. CERESAN, CPDA-UFRRJ, MNS-UFF, 2015. Disponível em: <http://r1.ufrrj.br/cpda/ceresan/docs/Estudo_de_caso_SAN_em_Mocambique.pdf>. Acesso em: 06 set. 2015.

WFP - WORLD FOOD PROGRAMME. **Learning from experience good practices from 45 years of school feeding.** 2013. Disponível em: <<http://documents.wfp.org/stellent/groups/public/documents/communications/wfp223424.pdf>>. Acesso em: 05 ago. 2015.

CAPÍTULO 2 - ARTIGO CIENTÍFICO

O manuscrito será submetido ao periódico Public Health Nutrition (ISSN 1475-2727), cujo Qualis – Capes 2014 na área de Nutrição é B1, e o fator de impacto 2014, segundo JCR Science Edition é 2.679. As instruções aos autores para submissão de manuscritos neste periódico estão apresentadas no Anexo 3.

Título completo: O papel da agricultura familiar na alimentação escolar: uma interlocução teórica entre Brasil e Moçambique

Short title: Papel da agricultura familiar na alimentação escolar.

Autores: Lucinda Carolina Manjama¹, Estelamaris Tronco Monego², Karine Anusca Martins², Tito Fernandes³.

¹Mestranda do Programa de Pós Graduação em Nutrição e Saúde da Universidade Federal de Goiás.

²Professora da Faculdade de Nutrição da Universidade Federal de Goiás.

³Professor Doutor Catedrático da Universidade Lúrio de Moçambique e assessor no Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano (MINEDH).

Endereço institucional: Programa de Pós Graduação em Nutrição e Saúde. Faculdade de Nutrição da Universidade Federal de Goiás. Rua 227, qd. 68, s/nº Setor Leste Universitário. CEP: 74605-080. Goiânia – GO, Brasil.

Endereço para correspondência: Lucinda Carolina Manjama - E-mail: lucindamanjama@gmail.com. Faculdade de Nutrição da Universidade Federal de Goiás. Rua 227, qd. 68, s/nº Setor Leste Universitário. CEP: 74605-080. Goiânia – GO, Brasil.

Agradecimento: À gerência da alimentação escolar da Secretaria Municipal de Educação do município de Sanclerlândia.

Financiamento: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Conflito de interesses: Não há potencial conflito de interesses.

Contribuição dos autores: Lucinda Carolina Manjama participou da coleta e análise dos dados e redação do manuscrito. Estelamaris Tronco Monego e Karine Anusca Martins participaram da elaboração do projeto, supervisionaram a coleta e análise de dados e participaram da redação e correção do artigo. Tito Fernandes participou da redação e revisão crítica do manuscrito.

Aspectos Éticos: Aprovado junto ao Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal de Goiás (Parecer nº 1.103.074).

Resumo

Objetivo: Descrever o processo de inserção da agricultura familiar na alimentação escolar refletindo sobre como essa experiência pode contribuir para o fortalecimento do Programa de Alimentação Escolar de Moçambique.

Método: Pesquisa social exploratória de abordagem qualitativa com análise documental associada a um estudo de caso.

Local: Município da região central do Brasil.

População-alvo: Atores sociais do Programa Nacional de Alimentação Escolar envolvidos diretamente com a compra da agricultura familiar.

Resultados: Dez atores sociais participaram da pesquisa, sendo sete agricultores familiares, dois gestores da alimentação escolar e um técnico agropecuário. O município adquire gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar por meio de chamada pública. Antes da elaboração do cardápio não é realizado o mapeamento agrícola da região. Os agricultores concorrem ao Edital apresentando projetos de venda. Após a seleção, os agricultores familiares cultivam os alimentos e entregam por meios próprios na escola. Já na escola os alimentos são submetidos ao controle de qualidade realizado pelo supervisor da alimentação escolar sem formação técnica na área de alimentação e nutrição. Feito o controle, os alimentos são redistribuídos às escolas e armazenados para posterior utilização e distribuição junto aos escolares.

Conclusão: Ocorre compra da agricultura familiar na alimentação escolar, porém evidencia-se uma falta de conhecimentos dos atores sociais sobre os marcos legais do Programa; o não seguimento das Boas Práticas de Produção; a falta de certificação sanitária dos agricultores familiares para fornecerem seu produtos para a alimentação escolar e o uso de agrotóxicos na produção. A interlocução teórica permitiu constatar que a experiência do Brasil no campo da alimentação escolar apresenta algumas possibilidades para a melhoria da implementação do Programa de Alimentação Escolar Moçambicano.

Palavras-chave: Alimentação escolar, Agricultura familiar; Segurança Alimentar e Nutricional, Políticas públicas.

Abstract

Objective: Describing the process of insertion of family farming in school feeding reflecting on how this experience can contribute to strengthen the School Feeding Program in Mozambique.

Design: Social exploratory research of qualitative approach with document analysis associated with a study case.

Setting: Municipal district from central region of Brazil.

Subjects: Stakeholders of the National School Feeding Program directly involved with the purchase family farming.

Results: The case study was conducted with seven family farmers, two managers of school feeding and one agricultural technician. The municipality buys foodstuff from family farm to school feeding through a public call. Prior to the drafting of the menu is not performed an agricultural mapping of the region. Farmers compete to the public call announcement presenting sales projects, which, when selected, direct the cultivation of food that are delivered by own resources at school. In the school, the food is assessed for quality by the supervisor of school feeding, who has no technical training in food and nutrition area. Done control, the food is distributed to schools and stored for further use and distribution to the schoolchildren.

Conclusions: Happens purchase of family farming in school meals, but there is evidence of a lack of knowledge of stakeholders on the legal frameworks of the Program; failure to follow Good Manufacturing Practices; the lack of health certification of family farmers to supply their products to school feeding and the use of agrotoxics in production. The theoretical interlocution allowed establishing that Brazil's experience in school feeding area presents some possibilities for improving the implementation of the Mozambican School Feeding Program.

Keywords: school feeding, family farm, food security and nutrition, public policy.

Introdução

A inclusão da alimentação como um direito social é considerado um dos principais avanços observados no Brasil no seu processo histórico de combate à fome e à pobreza e na promoção da alimentação adequada e saudável que perdura a décadas⁽¹⁾.

Este processo está articulado com o amadurecimento de uma concepção ampla e intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e da soberania alimentar, que se traduziram na Lei nº 11.346/2006 (Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN). De acordo com a LOSAN, é papel do poder público optar por políticas e ações capazes de promover, garantir e concretizar

a SAN, incluindo a possibilidade de tomada de decisões sobre a produção e o consumo dos alimentos que melhor beneficia a sua população⁽¹⁾.

No Brasil, a Alimentação Escolar (AE) é dever do Estado e direito dos alunos da educação básica pública, e tem como diretrizes a oferta da alimentação saudável e adequada; apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios produzidos localmente e de preferência pela Agricultura Familiar (AF), com vistas à garantia da SAN dos alunos, com acesso igualitário; e, inclusão da Educação Alimentar e Nutricional (EAN) no processo de ensino e aprendizagem do aluno⁽²⁾.

É neste contexto que o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é considerado um programa de grande impacto social e importância^(2,3). Este Programa é o maior e mais antigo na área de alimentação e nutrição no país, tanto pela quantidade de recursos alocados, quanto em número de alunos atendidos⁽³⁾.

O PNAE é regido pela Lei nº 11.947/2009 (Lei da Alimentação Escolar) e evidencia em seu Artigo 14, que no mínimo 30,0% dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/Ministério da Educação (FNDE/MEC) deverão ser utilizados para aquisição de gêneros alimentícios oriundos da AF ou do empreendedor familiar rural, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas⁽²⁾.

Partindo dessa obrigatoriedade da compra da AF, a lei auxilia o produtor quanto à aquisição dos alimentos e estabelece um meio para a comercialização dos seus produtos, por meio da dispensa do processo licitatório. Neste sentido, o apoio à AF representa o resgate do patrimônio alimentar cultural, reintegrando as dimensões da produção e do consumo alimentar, contribuindo para a inclusão social e geração de emprego e mercado para aos agricultores familiares, ao mesmo tempo reduz a pobreza e o êxodo rural⁽²⁾.

Este incentivo à aquisição de alimentos produzidos localmente, também possibilita uma parceria entre a AF, a saúde e a escola, e ao mesmo tempo possibilita a transformação do espaço escolar em um ambiente favorável para a formação de hábitos alimentares saudáveis por meio de ações de EAN com os escolares^(4,5).

Em função da experiência do Brasil no campo da AE, o FNDE/MEC assinou um acordo internacional com a Organização das Nações Unidas (ONU) e a *Food and Agriculture Organization* (FAO), instituindo projetos de fortalecimento dos programas de alimentação em países africanos, com vistas a compartilhar a experiência brasileira no campo da AE, do DHAA e da SAN, bem como a inserção da AF no contexto de AE⁽⁶⁾.

Por Moçambique ser um país localizado na costa leste de África, está predisposto à ocorrência cíclica de desastres naturais (secas, cheias, e ciclone), e tem sido vítima constante de enormes perdas humanas e retrocessos na economia devido a tais eventos. As secas frequentes, predominantemente nas zonas semiáridas, resultam em situação de Insegurança Alimentar e Nutricional⁽⁷⁾.

De forma similar ao Brasil, Moçambique vivencia a estruturação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PRONAE), com inúmeros desafios, algumas vezes muito próximos daqueles já vivenciados pelo PNAE em sua execução no decorrer de sua trajetória. Por esta razão, parece oportuno estudar ambos programas de AE, de forma a identificar limites, possibilidades, aproximações e desafios. Esta foi a perspectiva desta pesquisa, cuja finalidade é descrever o processo de inserção da AF no PNAE em um município de pequeno porte na região central do Brasil, com vistas a compartilhar esta experiência com o PRONAE que se encontra em fase piloto.

Métodos

Tratou-se de uma pesquisa social exploratória de abordagem qualitativa com análise documental apoiada em um estudo de caso⁽⁸⁾. O campo de estudo foi o município de Sanclerlândia, localizado a 165km da capital de Goiás, Goiânia, Brasil, com 7.783 habitantes sendo que 1.996 frequentam a creche ou escola⁽⁹⁾.

Foi realizada uma análise documental das políticas, programas e estratégias da AE, da AF e da SAN do Brasil e de Moçambique, buscando levar a superfície aspectos similares e contraditórios em ambos os países. Em sua maioria esses documentos se encontravam disponíveis no *website* dos órgãos governamentais (setor da educação, saúde e agricultura) de ambos os países. Foram selecionados 50 documentos relacionados aos temas em estudo, estando eles na língua portuguesa (88%) e inglesa (12%).

O trabalho de campo compreendeu o estudo de caso com entrevistas aos atores sociais municipais do PNAE envolvidos com a AF. Participaram do estudo de caso todos os atores sociais municipais do PNAE envolvidos diretamente com a AF, sendo: o agricultor familiar, o gestor municipal da alimentação escolar, o secretário de compras da prefeitura e o técnico agropecuário da Agência Goiana de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária (EMATER).

O levantamento de dados foi realizado por meio de entrevistas com aplicação de três questionários semiestruturados no mês de dezembro do ano 2015 e no mês de janeiro do ano

2016. Os dados do estudo de caso foram analisados por meio da análise do conteúdo na modalidade temática em três etapas: 1) pré-análise; 2) exploração do material; 3) tratamento dos resultados obtidos e interpretação, conforme adaptação proposta pela Minayo ⁽¹⁰⁾.

Este estudo integra a pesquisa intitulada “O Programa Nacional de Alimentação Escolar e a Agricultura Familiar: apoio técnico e científico à uma entidade executora goiana”, que foi aprovada junto ao Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal de Goiás (Parecer nº 1.103.074).

Resultados

Participaram do estudo sete agricultores familiares que fornecem gêneros alimentícios para a AE, dois gestores da AE (o secretário de compras da prefeitura e supervisor municipal da AE), um técnico agropecuário da EMATER, totalizando 10 entrevistados.

Após as transcrições das entrevistas, os dados foram divididos em 10 núcleos de sentido (atuação do nutricionista; chamada pública; produção local; mapeamento agrícola; fonte de água; agentes químicos; transporte e armazenamento; controle higiênicosanitário; conhecimento da legislação e dificuldades encontradas) e posteriormente agrupados em três categorias de análise: 1) Gestão da alimentação escolar; 2) Produção local: do campo à escola; 3) Conhecimento da legislação e dificuldades encontradas.

Gestão da alimentação escolar

O município possui duas escolas e uma creche municipal urbanas que atendem em média 660 estudantes beneficiários do PNAE por dia.

O tipo de gestão do PNAE adotada no município é a centralizada. O recurso financeiro é repassado regularmente pelo FNDE/MEC para uma conta corrente específica para a AE do município, sem casos de interrupção ou atraso no envio. A prefeitura faz a complementação do valor repassado pelo FNDE, porém o valor é desconhecido pelos gestores.

O recurso é utilizado apenas para compra dos gêneros alimentícios da AE, e só o recurso repassado pelo FNDE/MEC sem a complementação do município foi considerado insuficiente para garantir uma alimentação adequada para os escolares:

“[...]se for só o que vem da alimentação não dá, o recurso federal que vem não dá não.” (E₈)

Segundo relato dos gestores, o Conselho de Alimentação Escolar (CAE) municipal fiscaliza a aplicação dos recursos do PNAE, realiza visitas às escolas onde verificam a

aceitação do cardápio, as condições de armazenamento dos alimentos, as condições gerais das Unidades de Alimentação e Nutrição (UAN) escolares, e presta contas ao FNDE/MEC.

O responsável pela elaboração do cardápio das escolas era o nutricionista, que enviava por e-mail o cardápio mensal para as escolas. Em dezembro de 2015, o contrato de trabalho com o nutricionista se encerrou, ficando a cargo do supervisor da alimentação escolar a tarefa de elaboração do cardápio:

“[...] porque aí ela não tá aqui pra ver o quê que a gente tem pra fazer né, aí as vezes a gente complementa, a gente muda, sempre tem alteração [...]”
(E₈)

A gestão municipal articula com os agricultores familiares informais para a inserção dos seus produtos na AE. Essa articulação é realizada por meio de reuniões e cursos envolvendo a gestão, a EMATER e os agricultores familiares, realizadas três vezes por ano, em média. De acordo com o relato dos gestores, no ano de 2014, houveram poucas ações de articulação pois o nutricionista Responsável Técnico pelo Programa não incentivou nenhuma ação com esse propósito:

“[...] só cardápio, apenas cardápio. A primeira nutricionista desenvolvia projeto [...] pesava as crianças, acompanhava altura [...] já deu palestra com merendeira, essa (nutricionista) não fez nada.” (E₈)

“Ela fala assim porque ganha muito pouco e aí não tem como ela trabalhar direito. Aí ela precisa de trabalhar em outra área pra complementar a renda dela, porque a prefeitura não paga bem, isso aí principalmente.” (E₈)

Os agricultores familiares relataram que foram realizadas reuniões com todos os atores sociais do PNAE onde foram discutidas questões de mapeamento da produção, de novos alimentos para composição do cardápio e a necessidade de uma produção de qualidade:

“[...] uma reunião com a turma que entregava, para ver tipo que nós ‘tava’ entregando, se ‘tava’ dentro das normas, tipo da higiene que ‘ocê’ leva o trem, né [...]” (E₄)

A EMATER além de auxiliar no fortalecimento do diálogo entre a AF e a AE, orienta toda a produção local, auxilia na elaboração do projeto de venda dos agricultores familiares para fornecer para a AE e também tem a intenção de desenvolver projetos de cultivos de hortas escolares (em fase de planejamento) garantindo dessa forma assistência técnica aos agricultores familiares e aos gestores.

O processo de compra para a AE é realizado via chamada pública para produtos provenientes da AF. Os agricultores familiares não sabem o que é a chamada pública,

portanto eles são apoiados pela EMATER nesse processo. Para concorrerem ao edital, os agricultores familiares apresentam o projeto de venda, juntamente com a Declaração de Aptidão do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP) e os documentos pessoais (Registo Geral e Cadastro de Pessoa Física).

Outros alimentos que não são providos da AF são adquiridos por compra direta no mercado local estando esta compra isenta do processo licitatório:

“Pois é, o fulano fala que tem licitação, mas eu nunca vi, não vi papel de licitação não, isso aí eu te falo que eu nunca vi mesmo não [...]” (E₈)

Participam da elaboração do edital da chamada pública os responsáveis pelo setor de compra da prefeitura. Já a chamada pública é elaborada pelo técnico da EMATER e pelo gestor municipal da alimentação escolar. Ela é divulgada na rádio local, murais dos sindicatos, prefeitura, EMATER, bancos e alguns agricultores souberam informalmente:

“[...] não sabia, ouvi a chamada pública pela minha sobrinha que trabalha na prefeitura que ouviu com a fulana [...] mas sei que passou na rádio [...].” (E₆)

“Funciona muito no boca-a-boca, também ‘né’... a cidade é pequena.” (E₉)

Os produtos que constam no edital da chamada pública se encontram disponíveis na região, quer sejam produzidos pela AF ou presentes nos estabelecimentos comerciais. O preço dos produtos da chamada pública é calculado pela média aritmética de três valores de produtos comercializados nos estabelecimentos da região. O padrão de qualidade dos produtos a serem adquiridos é especificado no edital. Após a seleção dos projetos de venda, as amostras são apresentadas à gestão municipal para análise física e sensorial dos produtos.

No ano de 2015, foram realizadas duas chamadas públicas (em julho e dezembro). Ainda não existem dados disponíveis do percentual alcançado pela compra de produtos providos da AF. No ano de 2014, o município recebeu do FNDE/MEC R\$65.124,00 (US\$ 16.932,00) e comprou da AF R\$67.602,00 (US\$ 17.577,00) incluindo o valor complementado pelo município. Esse percentual vem aumentando desde 2012 (68,0%) até últimos dados de 2014 (70,0%). Para o ano de 2016, já foi realizada a chamada pública com vigência de seis meses, portanto espera-se que a próxima chamada pública seja lançada em julho referente à aquisição dos produtos para o segundo semestre do ano.

Produção local: do campo à escola

Antes da elaboração do edital de chamada pública não é realizado o mapeamento agrícola da região. Os alimentos que constam na chamada pública são solicitados aleatoriamente e cada agricultor manifesta em produzir, e no caso em que for solicitado algum alimento que não é produzido localmente, a EMATER auxilia na aquisição das sementes e/ou mudas e nos meios de produção:

“Aqui não tem essa atividade (mapeamento agrícola), por exemplo, eles fala que você tem que plantar isso ou plantar aquilo.” (E₂)

“O produtor, quando ele vem atender a chamada pública ele já, como se diz, ele enquadra naquilo que a gente tá precisando né?” (E₉)

A produção é classificada como tradicional, com uso de instrumentos manuais. A semente de todos os produtores é convencional, adquirida em supermercados locais. A água da produção é oriunda da nascente do rio, córrego e poço:

“[...] do córrego. Bem arrumadinha, mas é água do córrego. Água da nascente. Tem água no fundo. Tem água que vem de ‘riba’. Tem água de poço.” (E₄)

Os agricultores fazem o uso de produtos químicos e esterco como adubo para a terra e outros fazem o uso de agrotóxicos para combater as pragas:

“eu não sei bem se é orgânico no fim de tudo não, mas igual o seu fulano, ele não costuma pôr; o seu cicrano, assim, ele não costuma não. Eu não garanto né, a gente não sabe assim [...].” (E₈)

“As vezes eu ponho químico. Mas muito pouco. Mas é natural. É esterco, cama de frango, esterco [...].” (E₄)

“[...] lá no maracujá era vinte quatro horas, por isso que eu larguei. Aí, o meu menino que é novo já ‘tava’ ficando com a barriga inchada [...] nós batia [...] aquele, roundup, evidence (pausa) lors, lors (pausa) lorsban, aquele trem fedido demais [...].” (E₂)

Os agricultores que não utilizam agrotóxicos optam pelo uso do caldo de cinza, cama de frango e fumo para evitar pragas e insetos:

“Ele (técnico da EMATER) me ensinou a fazer um remédio, caldo de cinza. Eu fui lá e eles me ensinou. Acaba com todos os insetos. Tem que usar. É constante. Só que não é igual o defensivo, que você vem e bate hoje e amanhã tá tudo morto.” (E₄)

De forma geral são produzidos no município variedades de hortaliças, frutas e tubérculos:

“Maracujá, banana, mandioca, milho-verde, cheiro-verde, couve, alface, salsa, frutas [...]” (E₁)

“Mandioca, banana, abacaxi, laranja, leite.” (E₂)

“Banana, milho verde, jiló, quiabo, abobrinha, batata-doce, mandioca, laranja, maracujá [...] acerola, alface, couve.” (E₅)

O município não possui agroindústria familiar para processamento de alimentos, quer por falta de incentivo ou estruturação de uma cooperativa de agricultores familiares. Esse fato não impede os agricultores de fornecerem alimentos minimamente processados ou processados para a AE mesmo sem certificação de qualidade:

“[...]couve, cheiro-verde, polvilho, farinha, milho, mandioca.” (E₄)

“[...] mandioca, banana, acerola, tamarindo; isso em polpa né [...]” (E₆)

Para a entrega nas escolas os alimentos são colhidos logo pela manhã no dia da entrega e são pré-higienizados com água, portanto nenhum alimento é acondicionado após a colheita:

“[...] coloca na kombi de madrugada. Tem que ser colhido de madrugada porque não pode armazenar não.” (E₄)

Esses alimentos são transportados em carro ou moto dos próprios agricultores familiares, ou em ônibus escolar juntamente com os escolares. Durante o transporte são dispostos em caixas de plástico ou madeira ou isopor e cobertas por um saco plástico.

Ao chegar na escola, as embalagens de alimentos são dispostas no chão ou na cadeira fora da cantina, até que a supervisora da AE da escola ou as manipuladoras de alimentos façam o controle de qualidade:

“[...] a gente verifica se tá fresquinho, a qualidade se o produto tá bom, quando não tá bom a gente devolve ‘pro’ agricultor [...] é eu mesmo que faço [...] e as merendeiras também. Agora às vezes o conselho olha também né. Igual a menina veio cá do conselho e trouxe esses produtos da agricultura familiar, não pode ficar no chão, aí ela pediu né e tal... ela pode olhar até se o produto tá bom e se não tá né [...]” (E₈)

Após a verificação da qualidade dos alimentos, estes são distribuídos por meio do carro da prefeitura para o restante das duas escolas municipais juntamente com os demais gêneros não alimentícios. A entrega dos alimentos nas escolas ocorre geralmente três vezes por semana dependendo dos alimentos, pois as escolas não possuem espaço físico e estrutura suficiente para armazenar grandes quantidades de alimentos.

Conhecimento da legislação e dificuldades encontradas

Dos gestores, apenas um possuía conhecimento sobre as legislações que regem o PNAE. O técnico agropecuário também não possuía conhecimento sobre o assunto. Já os agricultores familiares, todos os sete entrevistados não possuíam conhecimento das legislações que regem o PNAE e não sabiam referir o valor mínimo estipulado pela Lei nº 11.947/2009 (Lei da Alimentação Escolar) para a utilização dos recursos financeiros na aquisição de gêneros alimentícios diretamente dos agricultores familiares ou empreendedores rurais:

“Não. Assim, às vezes eu conheço se você falar. Assim, qual que é? Fala. É eu que tenho que falar?” (E₂)

“Mais ou menos, a gente conhece né? O que é isso, o que é aquilo. Por nome não, não.” (E₄)

“Não estou muito por dentro não, mas acho que é 50%.” (E₃)

Os agricultores familiares passam por algumas dificuldades para fornecer seus produtos para o PNAE, dentre elas o transporte, às pragas, o baixo estímulo e incentivo por parte do município e a dificuldade de produzir os alimentos em dependência do clima:

“Eu, até o que eu não tenho, é mais a dificuldade de levar [...] transporte é mais a minha dificuldade. O cara que leva os meninos, ele leva pra mim, quando eu não ‘dô’ conta de levar cedo ele leva [...]”. (E₄)

“[...] custos, pragas [...] sei lá, agricultor familiar sofre demais, é. Eu que sou aposentado, só faço pra inteirar a minha aposentadoria”. (E₂)

“Várias dificuldades, não é só uma não. Falta de verba, dinheiro e [...] tem uma certa parte do ano que o clima não ajuda não.” (E₃)

Na escola a dificuldade encontrada foi a falta de espaço físico para o armazenamento dos alimentos. Não existe participação da vigilância sanitária municipal no processo de controle de qualidade e certificação dos subprodutos dos agricultores familiares:

“[...] a gente não queria leite do tanquinho ‘cê’ entendeu? A gente queria leite das caixinhas né? porque aí é mais seguro[...] ‘pra cê’ armazenar esse leite é o maior problema [...] aí os produto chega a gente distribui, mas aí falta o que? lugar de colocar direitinho né?” (E₈)

“Tem a coordenadora, ela inspeciona tudo. Olha tudo, a higiene, se está impróprio para a alimentação, se está estragado.” (E₃)

Desta forma, após a interpretação das categorias de análise, foi possível traçar um fluxograma do fornecimento dos gêneros alimentícios provindos da agricultura familiar para a alimentação escolar do município caso (Figura 1).

Discussão

Os resultados do presente estudo se assemelham aos resultados encontrados por pesquisadores que avaliaram a modalidade de gestão do PNAE adotada pelos municípios brasileiros, em que demonstram que a forma predominante de gestão é a centralizada, sendo que em 87,7% e 83,2% dos municípios avaliados no ano 2004 e 2005 apresentavam esse tipo de gestão. A gestão centralizada é aquela em que prefeitura recebem, administram, adquirem os gêneros alimentícios, elaboram o cardápio e prestam conta do recurso repassado pelo Governo Federal⁽³⁾.

Um estudo que avaliou a situação dos municípios do estado de São Paulo, em relação a compra de gêneros alimentícios da AF para o PNAE, encontrou resultados que vão ao encontro aos apresentados neste estudo, ao demonstrar que 47% (n=613) dos municípios realizavam essa compra⁽¹¹⁾.

Valores menores da percentagem de inserção da AF na AE foram encontrados em dois estados brasileiros, por meio de um estudo que promoveu a inserção da AF na AE demonstrando deste modo, a importância da articulação dos atores sociais do PNAE para a concretização do previsto nas legislações da AE⁽¹²⁾. Em relação ao percentual de compras da AF para a AE, estudo realizado no estado de São Paulo, revelou que o percentual nos municípios estudados variaram entre 1,0 a 70,0%, percentual inferior ao encontrado no município caso⁽¹¹⁾.

O Artigo 3, Inciso VIII da Resolução CFN nº 465/2010⁽¹³⁾, estabelece como atividade obrigatória do nutricionista do PNAE a interação com os agricultores familiares e empreendedores familiares rurais, de forma a conhecer e inserir seus produtos na AE. O presente estudo não observou no município caso esse cenário proposto por esta Resolução⁽¹³⁾,

em que o nutricionista contratado do ano 2015 não realizou nenhuma atividade para fortalecer a inserção dos agricultores familiares na AE.

Estudo realizado na região Sul do Brasil, com o objetivo de conhecer e avaliar o desempenho do PNAE, encontrou resultados semelhantes ao presente estudo onde o baixo incentivo apontava para a necessidade de planejamento da gestão para que as ações de inserção da AF na AE fossem realizadas⁽¹⁴⁾.

De acordo com os Artigos 12 da Lei nº 11.947/2009⁽⁹⁾, 14 da Resolução FNDE nº 26/2013⁽⁵⁾ e o Artigo 3, Inciso III, alínea b da Resolução CFN nº 465/2010⁽¹³⁾, o nutricionista é o responsável pela elaboração do cardápio da AE, respeitando os hábitos alimentares, a cultura alimentar de cada local e a vocação agrícola da região. Observou-se no presente estudo, que o município caso não possui nutricionista Responsável Técnico pelo PNAE, estando suas atribuições a cargo de outros atores sociais sem formação técnica para exercer certas funções.

Um estudo de revisão bibliográfica com objetivo de refletir sobre a atuação do nutricionista no PNAE, demonstrou uma evolução no quantitativo de nutricionistas cadastrados no sistema do FNDE, com um crescimento de 12,0% para 79,0% entre os anos de 2003 a 2011 em todas regiões do Brasil⁽¹⁵⁾. Constatou-se também que 76,4% (n=246) dos municípios do estado de Goiás, possuem nutricionistas atuando no PNAE e existe um decréscimo na quantidade de municípios sem nutricionistas, situação não observada no presente estudo⁽¹⁵⁾.

Os resultados do presente estudo corrobora aos encontrados nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, que demonstraram a existência de municípios que não realizaram a contratação do nutricionista (17%), realçando a necessidade dos gestores e do CAE se mobilizarem com vistas a regularização dessa situação perante ao FNDE/MEC, pois a contratação do nutricionista é a condição básica da execução do PNAE^(5, 12).

Um estudo que avaliou a atuação do nutricionistas no PNAE, enfatizou a importância da existência do quantitativo adequado de nutricionistas atuando no PNAE para o devido cumprimento das suas atribuições técnicas, evitando deste modo o encontrado no presente estudo referente a não realização das atribuições desse profissional estabelecidas na Resolução CFN nº 465/2010^(13, 15).

Conforme disposto no Artigo 4 da Lei nº 11.947/2009⁽²⁾, o município estudado recebe regularmente o recurso financeiro repassado pelo FNDE/MEC para aquisição dos gêneros alimentícios para a AE. Observou-se no município caso que no ano 2014, 70,0% desse recurso repassado, foi utilizado para a aquisição de gêneros alimentícios diretamente dos agricultores familiares, conforme exposto no Artigo 14 desta Lei⁽²⁾.

No presente estudo constatou-se que alguns agricultores familiares utilizam agrotóxicos para o combate às pragas. Ao contrário dessa prática, no município de Pelotas (RS), a prefeitura desenvolve desde 2001 o projeto merenda ecológica pelo qual compra alimentos orgânicos produzidos pela cooperativa local⁽¹⁴⁾. Foi realizado um estudo nos municípios do Rio Grande do Sul, que avaliou a inserção de alimentos orgânicos provindos da AF na AE, onde revelou que 20,5% dos municípios (n=102) afirmaram comprar produtos orgânicos provenientes da AF⁽¹⁶⁾. Em Sanclerlândia o estudo demonstrou que não existem cooperativas dos agricultores familiares, o que pode distanciar a AF da AE pelo fato da cooperativa garantir maior volume de produção e continuidade no fornecimento e também a existência de inspeção sanitária dos seus produtos.

O processo de compra da AF no município estudado é realizado por meio da chamada pública, o que vai ao encontro com o proposto pelo Artigo 20, Inciso II, da Resolução FNDE nº 26/2013⁽⁵⁾. Resultados semelhantes foram encontrados em alguns estudos realizados no território brasileiro^(11, 12, 14).

Em relação ao controle higienicosanitário, tanto a Lei nº 11.947/2009⁽²⁾ (Artigo 1, inciso I) como a Resolução FNDE nº 26/2013⁽⁵⁾ (Artigo 2, inciso D), reforçam a necessidade da oferta de alimentos saudáveis e seguros aos beneficiários do PNAE. Para que esta segurança seja alcançada, a Resolução FNDE nº 26/2013⁽⁵⁾, prevê que os gêneros alimentícios adquiridos para o PNAE, devem atender ao disposto nas legislações referente a alimentos, estabelecidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) do Ministério da Saúde (MS)⁽¹⁷⁾, e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)⁽¹⁸⁾.

A RDC nº 216/2004 da ANVISA⁽¹⁷⁾, determina que todas as matérias-primas, ingredientes e as embalagens devem ser inspecionadas e aprovadas logo na recepção e em área protegida. A temperatura deve estar adequada e as embalagens íntegras e devem ser observadas durante a recepção e armazenamento. Essa atividade de controle é da responsabilidade do proprietário ou funcionário devidamente certificado da participação no mínimo nos cursos de Contaminantes Alimentares, Doenças Transmitidas por Alimentos, Manipulação higiênica dos alimentos e Boas práticas. Os resultados do presente estudo divergem do proposto por esta Resolução, pois se constatou que o controle é realizado por um gestor sem capacitação nos temas referidos.

Com vista à simplificação da regularização das atividades econômicas de interesse sanitário de microempreendedores individuais, agricultores familiares e empreendimentos de economia solidária, foi aprovada a RDC nº 49/2013⁽¹⁹⁾.

Essa legislação permite que os agricultores familiares sejam isentos da taxa sanitária, facilita a regularização perante a vigilância sanitária até mesmo nas residências ou em áreas sem regularização fundiária, e cria condições de pequenos empreendedores que não tem condições de contratar um profissional, de receberem orientação de um responsável no processo de produção e atestarem essa responsabilidade perante a vigilância sanitária, desde que o responsável técnico não seja servidor da vigilância sanitária⁽¹⁹⁾. Para isso é necessário à intervenção e participação dos órgãos de vigilância sanitária do município e a mobilização dos agricultores, fato não observado no município caso.

Cartilhas e manuais contendo o passo-a-passo do processo de inserção da AF na AE foram elaborados pelo FNDE/MEC, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) brasileiro e pelos Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição do Escolar (CECANE) baseados na Resolução FNDE nº 26/2013⁽⁵⁾. Os passos propostos são: 1º Orçamento; 2º Mapeamento agrícola; 3º Construção do cardápio; 4º Chamada Pública; 5º Pesquisa dos preços de referência; 6º Elaboração do projeto de venda; 7º Recebimento e Seleção dos projetos de venda; 8º Amostra para controle de qualidade; 9º Assinatura do contrato; 10º Entrega dos produtos, termo de recebimento e pagamento dos agricultores familiares. Não se constatou no município a execução do 2º passo referente à realização do mapeamento agrícola.

No presente estudo foram relatadas as dificuldades encontradas no processo da inserção da AF na AE. Para que essas dificuldades sejam ultrapassadas é necessário que o desenvolvimento local seja potencializado, e isso acontecerá quando as Entidades Executoras (EEx) conseguirem implementar a compra da AF como uma ação transversal dentro de políticas públicas de vários setores, garantindo a assessoria técnica aos agricultores familiares, infraestruturas de logística e armazenamento, o diagnóstico da realidade local agrícola, e a criação de espaço de debates sobre o planejamento com a participação de todos atores sociais do PNAE envolvendo os gestores, os agricultores, a escola⁽²⁰⁾.

Já em Moçambique, o Comitê Permanente de Nutrição das Nações Unidas⁽²¹⁾ em seu relatório do ano 2013, indicou como uma das principais lacunas das políticas públicas relacionadas à nutrição naquele País, o fato das prioridades do setor agrário não estarem baseadas em critérios da nutrição, isto é, com maior foco nas culturas de alto rendimento e não nas culturas alimentares de alto valor nutritivo. Outra questão relatada foi a falta da transversalidade do tema SAN nas políticas públicas e a falta de legislações que garantam a continuidade e sustentabilidade das políticas, situação observada durante a análise documental do presente estudo.

Com base na análise documental dos materiais estudados, pode-se constatar que ambos os Programas estão sob a responsabilidade do Ministério da Educação. Um fato interessante é que ambos os programas visam à melhoria do estado de saúde garantindo a SAN dos alunos, porém o PRONAE ainda não está pautado na garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada, focalizando principalmente na diminuição das taxas de abandono e absenteísmo escolar das mulheres^(2, 7).

Diferente do PNAE, o PRONAE na sua estrutura atual ainda não conta com a complementação do recurso financeiro por parte do estado ou município. O valor complementado para o PNAE tem se mostrado de grande valia para aquisição de produtos de melhor qualidade e quantidade para a AE. Seria importante se as províncias (estados) e municípios se comprometessem em apoiar o PRONAE (desde que existisse essa possibilidade econômica) na garantia de uma alimentação saudável e adequada e melhoria do estado de saúde e SAN dos alunos matriculados na rede de ensino^(2,7).

No PRONAE o tipo de gestão é a descentralizada com o intuito de empoderar e aproximar os participantes do programa, tendo eles autonomia para conduzi-lo. Notou-se também que nesta primeira fase piloto do PRONAE as escolas atendidas são as primárias (ensino fundamental brasileiro) e lares internados (casa de estudantes). Seria necessário a diferenciação do valor *per capita* repassado aos alunos e o aumento do valor repassado para os alunos dos lares e internados por permanecerem em tempo integral nas escolas⁽⁷⁾.

Em relação à elaboração do cardápio, o PRONAE diferente do PNAE, possui o profissional nutricionista apenas a nível nacional no Departamento de Nutrição da Direção Nacional de Nutrição e Saúde Escolar (DNUSE), porém seria crucial que cada Secretariado Distrital tivesse pelo menos um nutricionista para elaboração de um cardápio mais adequado à realidade local, mas se deve levar em consideração à falta de recursos humanos na área de nutrição que se observa atualmente em Moçambique. Salienta-se que enquanto o Brasil forma nutricionistas desde 1939, Moçambique só iniciou em 2008 e até o ano de 2016 só possui dois cursos de graduação em Nutrição⁽⁷⁾.

Uma solução viável para ultrapassar a dificuldade acima discutida a médio e longo prazo, seria a disponibilização de mais dos cursos de graduação em Nutrição com vistas o aumento dos recursos humanos na área de nutrição. A curto prazo seria a capacitação dos técnicos de nutrição existentes em cada distrito para a elaboração do cardápio com base nos hábitos alimentares locais. Após a elaboração, o mesmo seria enviado ao DNUSE para que o nutricionista fizesse a adequação do cardápio e seria retornado ao Secretariado Distrital de Alimentação Escolar para sua implementação⁽⁷⁾.

É importante que os cardápios sejam executados em ambientes seguros e em condições higienicosanitárias adequadas. Para isso o Governo deve aprovar legislações que protejam a população das situações que possam colocar em risco a qualidade dos alimentos disponibilizados no país, garantindo desta forma a segurança dos alimentos e preservando a saúde da população, para que sejam recursos ativos de geração de renda no país, aumentando também o Índice de Desenvolvimento Humano⁽²²⁾.

Infelizmente Moçambique ainda não possui nenhuma legislação sanitária de alimentos, mas o controle sanitário vem se apoiando nas recomendações do *Codex Alimentarius* (país membro da comissão *Codex* desde 1984)⁽²³⁾. Com os passos largos a caminho da implementação do PRONAE, é crucial que o governo Moçambicano inicie a estruturação de uma legislação sanitária de alimentos, que servirá como base legal para sustentar e garantir a segurança alimentar das crianças que se beneficiarão desse Programa, mas também, para fortificar o sistema de controle de rede de Unidades de Alimentação e Nutrição que fornecem refeições aos demais consumidores.

Um possível obstáculo a ser enfrentado em Moçambique é a escassez de meio de transporte para entrega dos gêneros alimentícios nas escolas, e as vias de acesso para determinadas localidades. Com isso, se devem criar parcerias com outras instituições governamentais atuando no mesmo território no intuito de ajuda mútua por meio do grupo multisetorial, assim como previsto no documento oficial do PRONAE⁽⁷⁾.

Para evitar que o valor repassado pelo MINEDH para escolas seja utilizado para compra de outros produtos que não sejam alimentares, é necessário que essa informação esteja apresentada nos documentos legais do Programa, evitando dessa forma o desvio de fundos para outras atividades escolares não relacionadas com a alimentação⁽⁷⁾.

Observou-se um investimento insuficiente do Governo Moçambicano nas atividades de forte impacto e relacionadas diretamente com o setor agrário. Porém após o ano 2010, notou-se um aumento deste investimento principalmente relacionado às infraestruturas nesse setor, demonstrando desse modo uma preocupação por parte das entidades no poder⁽²⁴⁾.

A criação de uma legislação de apoio aos agricultores familiares se tornará essencial para a inserção destes na AE em Moçambique, pois o PRONAE ainda não estabelece um valor mínimo estipulado que deve ser utilizado na aquisição dos alimentos da AF⁽⁷⁾, ao contrário do PNAE que estabelece que no mínimo 30,0% do recurso financeiro repassado pelo FNDE/MEC, deve ser utilizado para aquisição de produtos provenientes da AF⁽²⁾. Essa ação daria maior estabilidade e confiança aos agricultores em produzir e fornecer seus

produtos ao PRONAE. Com isso, se observa a necessidade de reestruturação do PRONAE, com vista à garantia da SAN e do DHAA dos escolares moçambicanos.

Conclusão

Foi possível realizar a interlocução teórica da agricultura familiar na alimentação escolar do Brasil e Moçambique por meio da análise documental das políticas, programas e estratégias utilizadas nesses países sobre os temas propostos no presente estudo.

O diagnóstico de alguns aspectos da gestão municipal do Programa Nacional de Alimentação Escolar no município caso, revelou que este município realiza a compra dos gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar. Essa inserção da agricultura familiar ocorre por meio da chamada pública onde posteriormente são selecionados os projetos de venda, cultivados os alimentos, entregues na escola com meios de transporte dos próprios agricultores familiares.

Observou-se alguns aspectos negativos na execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar no município caso, especificamente quanto à falta de conhecimentos dos atores sociais sobre os marcos legais do Programa, o não seguimento das Boas Práticas, a não certificação sanitária dos agricultores familiares para fornecerem seu produtos para a alimentação escolar e o uso de agrotóxicos na produção. Portanto, há uma necessidade de capacitar os atores sociais do Programa Nacional de Alimentação Escolar envolvidos com a agricultura familiar sobre a gestão e marcos legais desse Programa. Se faz necessário também a capacitação dos responsáveis pelo controle higienicosanitário bem como a regularização das atividades econômicas sanitárias dos agricultores familiares e promoção de técnicas de cultivo baseada em práticas agroecológicas.

A interlocução teórica entre Brasil e Moçambique demonstrou que mesmo com maior tempo de implementação, o Programa Nacional de Alimentação Escolar Brasileiro apresenta algumas incoerências na sua execução, especialmente em relação à desarticulação entre os gestores e a falta de conhecimento dos mesmo quanto às legislações do Programa.

Mesmo com essas incoerências, o Programa brasileiro vê-se capaz de contribuir para a melhor execução do Programa de Alimentação Escolar Moçambicano, demonstrando a necessidade da reestruturação desse Programa em alguns aspectos referentes ao fortalecimento do incentivo da inserção da agricultura familiar na alimentação escolar, ao ajuste do valor *per capita* do recurso repassado, ao aumento do efetivo de profissionais nutricionistas para o Programa.

Para a melhor execução do Programa de Alimentação Escolar moçambicano faz-se ainda necessário a estruturação de políticas públicas na área de alimentação e nutrição que sirvam de base legal para o Programa, e que visam a garantia da Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito Humano à Alimentação Adequada dos escolares moçambicanos.

Referências

1. Brasil (2006) Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional de Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, DF: Casa Civil. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm (accessed February 2016).
2. Brasil (2009) Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Brasília: MEC. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111947.htm (accessed February 2016).
3. Belik W, Chaim NA (2009) O Programa Nacional de Alimentação Escolar e a gestão municipal: eficiência administrativa, controle social e desenvolvimento local. *Rev Nutr* **22**, 595-607.
4. Teo CRPA, Monteiro CA (2012) Marco legal do Programa Nacional de Alimentação Escolar: uma releitura para alinhar propósitos e prática na aquisição de alimentos. *Rev Nutr* **25**, 657-668.
5. Brasil (2013) Resolução nº 26, de 17 de junho de 2013. Brasília: MEC. https://www.fnnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sgl_tipo=RES&num_ato=00000026&seq_ato=000&vlr_ano=2013&sgl_orgao=FNDE/MEC (accessed February 2016).
6. World Food Programme (2013) Learning from experience good practices from 45 years of school feeding. <http://documents.wfp.org/stellent/groups/public/documents/newsroom/wfp204664.pdf> (accessed February 2016).
7. Ministério da Educação (2014) Avaliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar. Moçambique.
8. Gil AC (2008) Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Altas.
9. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2014) Censo Demográfico 2010. Goiás: Sanclerlândia.

- <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=521900&search=goias|sanclelandia> (accessed February 2016).
10. Minayo MCS (2014) O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 14th ed., São Paulo: Hucitec.
 11. Villar BS, Schwartzman F, Januario BL, Ramos JF (2013) Situação dos municípios do estado de São Paulo com relação à compra direta de produtos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). *Rev bras epidemiol* **16**, 223-226.
 12. Bezerra OMPA, Bonomo É, Silva CAM, Correa MS, Souza AA, Santos PCT, Silva ML, Almeida MR, Carvalho KP, Marques LA, Souza DMS (2013) Promoção da aquisição de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar em Territórios da Cidadania de Minas Gerais e Espírito Santo. *Rev. Nutr* **26**, 335-342.
 13. Conselho Federal de Nutricionistas (2010) Resolução CFN nº 465/2010. Brasília: CFN. <http://www.cfn.org.br/novosite/arquivos/Resol-CFN-465-atribuicao-nutricionista-PAE.pdf> (accessed February 2016).
 14. Ribeiro ALP, Ceratti S, Broch DT (2013) Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a participação da agricultura familiar em municípios do Rio Grande do Sul. *Gedecon* **1**, 36-49.
 15. Chaves LG, Santana TCM, Gabriel CG, Vasconcelos FAG (2013) Reflexões sobre a atuação do nutricionista no Programa Nacional de Alimentação Escolar no Brasil. *Ciênc saúde colet* **18**, 917-926.
 16. Santos F, Fernandes PF, Rockett FC, Oliveira ABA (2014) Avaliação da inserção de alimentos orgânicos provenientes da agricultura familiar na alimentação escolar, em municípios dos territórios rurais do Rio Grande do Sul, Brasil. *Ciênc saúde colet* **19**, 1429-1436.
 17. Brasil (2004). Resolução RDC nº 216 de 15 de Setembro de 2004. Brasília: ANVISA. http://portal.anvisa.gov.br/wps/wcm/connect/4a3b680040bf8cdd8e5dbf1b0133649b/RES_OLU%C3%87%C3%83O-RDC+N+216+DE+15+DE+SETEMBRO+DE+2004.pdf?MOD=AJPERES (accessed February 2016).
 18. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2007) Decreto nº 6.296 de 11 de Dezembro de 2007. Brasília: Casa Civil. <http://sistemasweb.agricultura.gov.br/sislegis/action/detalhaAto.do?method=visualizarAtoPortalMapa&chave=1197672218> (accessed February 2016).

19. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (2013) Inclusão Produtiva com Segurança Sanitária RDC 49/2013 Norma comentada. Brasília: ANVISA. <http://portal.anvisa.gov.br/wps/wcm/connect/5aed88004673f947bdc2bd99223cd76e/RDC+comentada+49+de+2013+vers%C3%A3o+PDF.pdf?MOD=AJPERES> (accessed February 2016).
20. Saraiva EB, Silva APF, Sousa AA, Cerqueira GF, Chagas, CMS, Toral N (2013) Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional da Alimentar. *Ciênc saúde colet* **18**, 927-936.
21. United Nations System Standing Committee On Nutrition (2013) Análise de Políticas Nacionais: Impacto dos sistemas agrícolas e alimentares na nutrição. Moçambique. http://www.unscn.org/files/Publications/Country_Case_Studies/MZ_CASE_STUDY_REPORT_FINAL_PT_April2014.pdf (accessed February 2016).
22. Agência Nacional de Vigilância Sanitária/Organização Pan-Americana da Saúde (2006) *Codex Alimentarius: Higiene dos Alimentos – Textos básicos*. http://www.anvisa.gov.br/divulga/public/alimentos/codex_alimentarius.pdf (accessed February 2016).
23. World Health Organization/Food and Agriculture Organization (2016) List of Codex members. http://www.fao.org/fao-who-codexalimentarius/members-observers/members/en/?no_cache=1 (accessed February 2016).
24. Mosca J (2014) Agricultura Familiar em Moçambique: Ideologias e Políticas. Lisboa: CESA. http://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/files/Doc_trabalho/WP127.pdf (accessed February 2016).

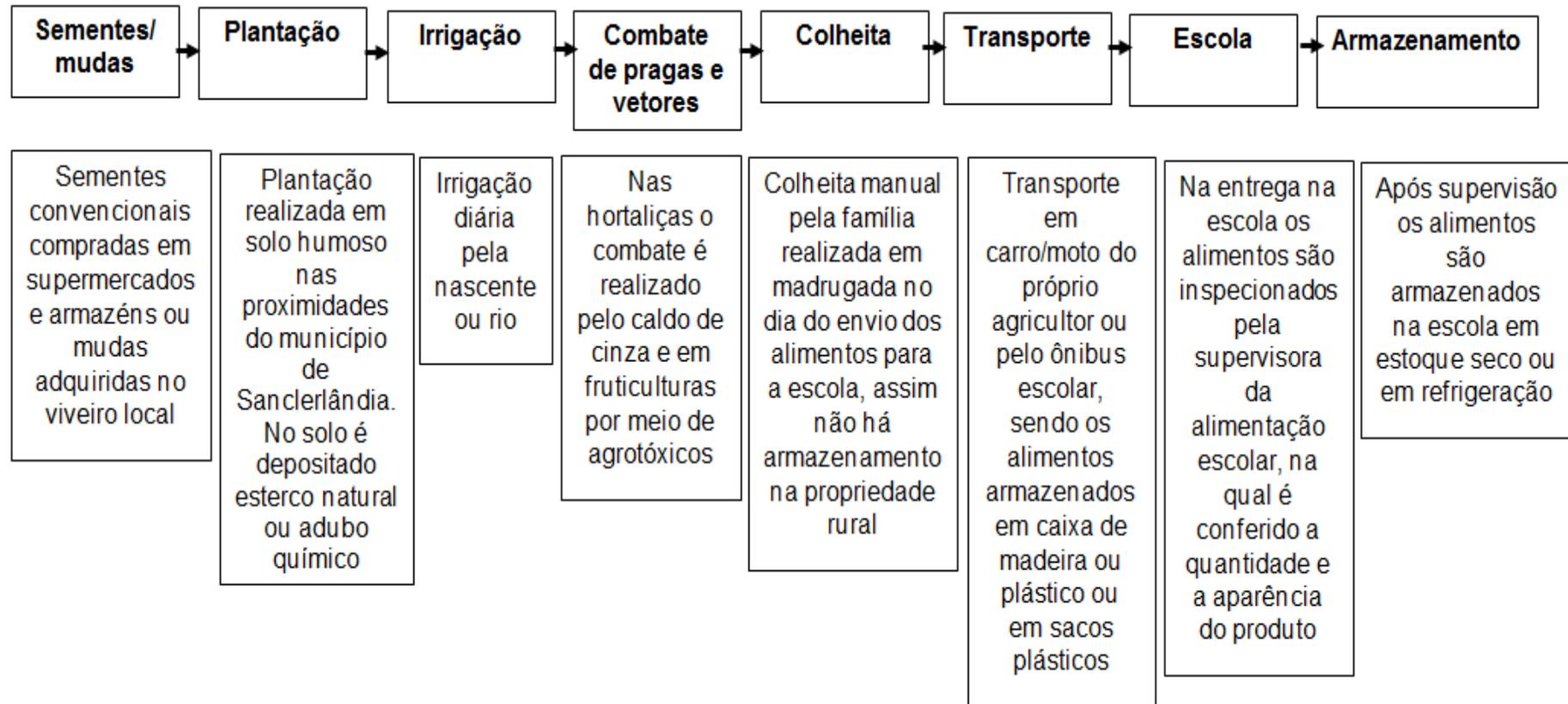


Figura 1. Fluxograma do fornecimento dos gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar para a alimentação escolar (elaborado pela autora, em fevereiro de 2016). Goiânia, 2016.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste estudo proporcionou um grande aprendizado quanto às interfaces e desafios da AF na AE. Para que a pesquisa fosse iniciada, realizou-se um estudo prévio de viabilidade, onde foram visitados quatro municípios em que o PNAE era executado; porém a maioria deles não tinha perfil, uma vez que apresentavam muitas lacunas na execução do Programa.

As lacunas observadas nos municípios visitados, refletiram as dificuldades que o PNAE enfrenta atualmente mesmo com longo período da efetivação das legislações que regem o Programa, demonstrando desta forma que o PNAE precisa de avanços significativos para o cumprimento do proposto pelo marco legal da AE. De forma geral, nos municípios visitados, a equipe teve uma boa interlocução com os gestores e entrevistados, facilitando o processo de aprendizagem e a troca de informações.

Observou-se nesta pesquisa, que os resultados da execução do PNAE se mostram favoráveis para municípios com menor densidade populacional, o que indica que há maior articulação e interação entre os atores sociais, possivelmente porque fazem parte do mesmo espaço social de convivência.

Já em cidades maiores, recomenda-se que o monitoramento e avaliação seja mais rígido e que os gestores sejam mais persistentes na busca da inserção dos gêneros da AF na AE, com vista à garantia da SAN e do DHAA dos escolares.

No Brasil, o PNAE se encontra ancorado em diversas políticas públicas, que dão suporte às ações que buscam garantir a SAN e o DHAA; porém é nítida a desarticulação entre os atores sociais do Programa. Esse estudo demonstra a necessidade da articulação entre os gestores do PNAE com os agricultores familiares da região.

Já em Moçambique, para que o PRONAE tenha uma implementação mais segura, é de fundamental importância que o Governo trace e aprove políticas públicas na área da nutrição, disponibilizando instrumentos legais que auxiliarão no cumprimento das ações propostas pelo Programa.

Porém, antes de se publicarem legislações é necessário que se crie condições para que sejam cumpridas, deixando de serem o que são atualmente

sugestões em Moçambique. A legislação não pode ser uma sugestão ou favorecer à algum segmento social, ela deve ser cumprida na totalidade por todos.

A falta do profissional nutricionista pode comprometer a execução eficaz do PRONAE, portanto sugiro que sejam abertos mais cursos de graduação em Nutrição em Moçambique para suprir a demanda do PRONAE, pois Moçambique só iniciou em 2007 a lecionar o curso de graduação nesta área, e atualmente possui apenas dois cursos em todo país, enquanto que o Brasil forma nutricionistas desde 1939.

Quanto às fontes bibliográficas, lamenta-se a pouca disponibilização digital de documentos e trabalhos científicos de Moçambique, o que dificultou a construção do referencial teórico, a análise documental e a discussão dos resultados.

Chama-se atenção para a qualidade e representatividade dos dados contidos nos relatórios dos parceiros internacionais. Observa-se a necessidade do Governo Moçambicano investir nas pesquisas nacionais de base nas principais áreas de concentração (educação, saúde, agricultura) e criação de indicadores padrões nacionais, garantindo desta forma a confiabilidade dos dados obtidos bem como um acompanhamento da evolução dos dados. É fundamental que os resultados destas pesquisas sejam disponibilizados para a comunidade no geral.

Infelizmente por falta de recursos financeiros do projeto matriz, não foi possível ir a Moçambique entrevistar alguns agricultores familiares que fornecem gêneros alimentícios para o PRONAE.

Com isso, para trabalhos futuros recomenda-se uma pesquisa de campo em Moçambique, conhecendo a realidade da alimentação escolar “*in loco*” e conciliando com experiências de várias regiões brasileiras e até mesmo de outros países africanos que já têm implementado este Programa.

Atualmente está em análise um projeto para a construção das diretrizes para o apoio à AF nos Estados-Membros da CPLP, com o qual espera-se impulsionar a atividade desse grupo alvo. Mesmo com as diretrizes traçadas, para a sua adequada concretização é necessário que cada Estado-Membro crie políticas, programas e estratégias que estejam adequados à realidade de cada região do País. Para isso, é primordial que seja realizado um diagnóstico da realidade local junto aos setores agrário, da educação e da saúde, com vistas a prepara-los para o alcance do preconizado nas diretrizes e na garantia da SAN e do DHAA pautados em várias conferências da CPLP.

Também é oportuno reiterar a necessidade de reconhecer o papel dos Estados-Membros na iniciativa de intensificação da AF e do desenvolvimento sustentável. O alcance destas diretrizes, a interlocução com os agricultores familiares e o fortalecimento do diálogo e participação social devem ser buscadas. O incentivo à criação de núcleos ou organizações de mulheres agricultoras, com vista à inserção desse gênero no mercado econômico são medidas bem-vindas.

Como nutricionista com experiência no campo da alimentação escolar, adquirida neste período de estudos e práticas junto ao Programa de Pós-graduação, espero em Moçambique poder contribuir no processo de reestruturação do PRONAE; na educação continuada dos atores sociais; na interlocução com os órgãos governamentais e em outras ações que busquem a garantia da SAN e do DHAA do povo moçambicano.

A partir dos resultados obtidos nesta pesquisa, também espero sensibilizar os governantes da área de educação, saúde e agricultura por meio de fóruns de debates, para que se desencadeie um processo de discussão para a construção do marco legal do PRONAE como política pública moçambicana.

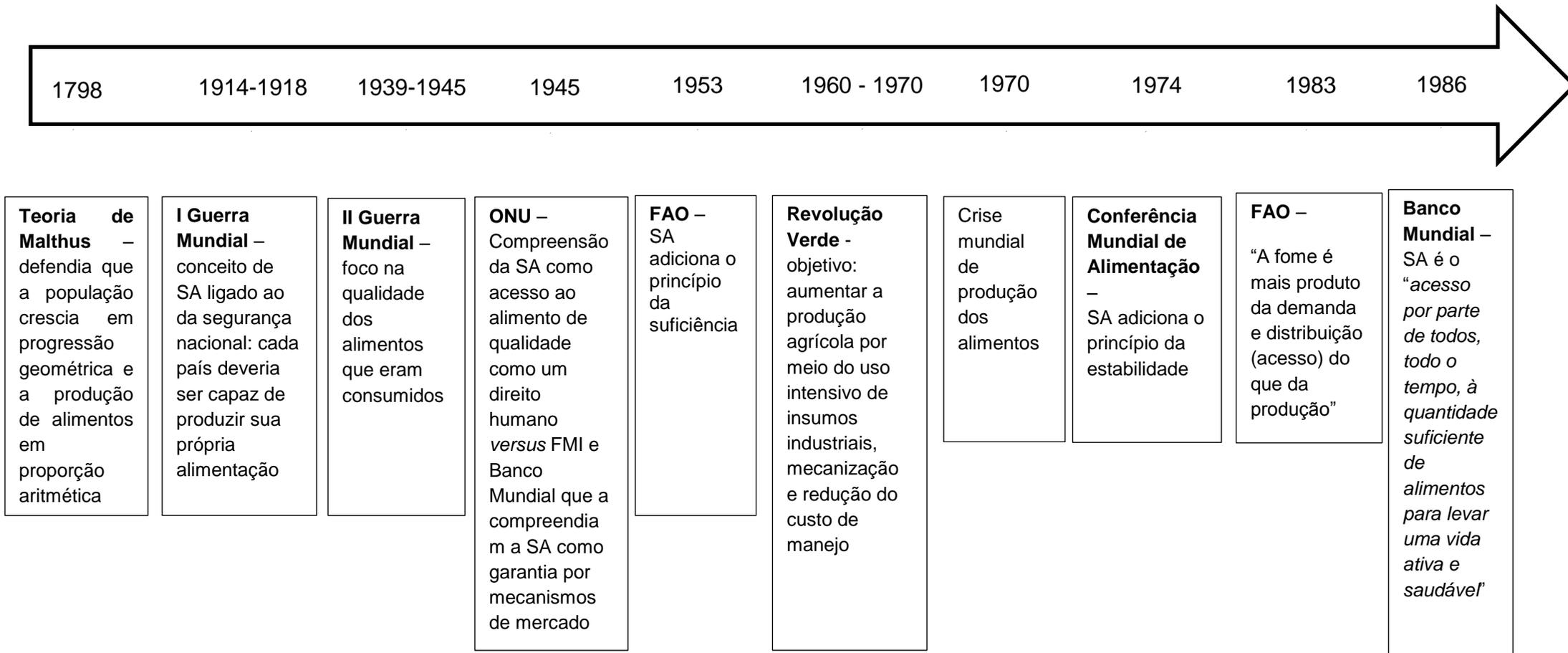
Esta discussão pode ter como elementos desencadeantes do processo:

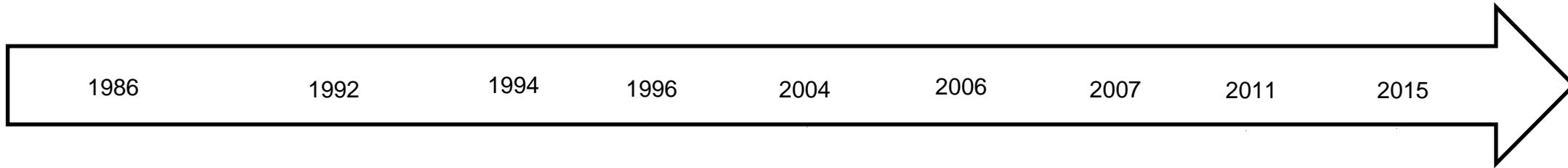
- 1- A obrigatoriedade da aquisição de percentual a ser definido, dos gêneros alimentícios providos da AF;
- 2- A capacitação contínua dos atores sociais envolvidos no PRONAE, em especial os manipuladores de alimentos ligados diretamente à produção escolar dos alimentos;
- 3- A reforma/reabilitação e/ou a construção de novas Unidades de Alimentação e Nutrição (UAN) escolares;
- 4- A garantia do transporte e vias de acesso adequadas para entrega dos gêneros alimentícios, dentre outros.

Espera-se, com estas medidas, contribuir de forma articulada e significativa com a efetiva obtenção da SAN e do DHAA, por meio das ações propostas pelo PRONAE.

APÊNDICES

APÊNDICE A- LINHA DO TEMPO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL





<p>I CNAN – SA é a “<i>garantia, a todos, de condições de acesso a alimentos básicos de qualidade, em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades básicas, com base em práticas alimentares que possibilitem a saudável reprodução do organismo humano, contribuindo, assim, para uma existência digna</i>”</p>	<p>Conferência Internacional de Nutrição (Roma), pela FAO e OMS – SA amplia internacionalmente para SAN, e inclui acesso a alimentos seguros (não contaminados) e de qualidade (nutricional, biológica, sanitária e tecnológica), produzidos de forma sustentável, equilibrada e culturalmente aceitável.</p>	<p>I CNSAN – articulação entre a dimensão alimentar e nutricional</p>	<p>Cúpula Mundial da Alimentação / FAO - associou o DHAA à garantia da SAN</p>	<p>II CNSAN – A SAN passa a incluir a soberania alimentar</p>	<p>LOSAN – considera a promoção e a garantia do DHAA como objetivo e meta da Política de SAN</p>	<p>III CNSAN – A SAN passa a ter como pressupostos a agroecologia e a sustentabilidade</p>	<p>IV CNSAN – Alimentação Adequada e Saudável: Direito de todos</p>	<p>V CNSAN – Comida de verdade no campo e na cidade</p>
---	---	--	---	--	---	---	--	--

APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO PARA AGRICULTORES FAMILIARES

Data: ___/___/___ Horário de início : ___ h ___ min Entrevistador: _____

Nome Entrevistado: _____		
CARACTERIZAÇÃO DO AGRICULTOR FAMILIAR		
1	O sr pertence a qual tipo de fornecedor? [01] Individual [02] Grupo informal [03] Grupo formal	
2	O sr conhece as leis que tratam da Alimentação Escolar? [01] Sim [02] Não [77] Não sabe	
	2.1 Se sim, quais? _____	
3	O sr sabe qual a % indicada de compra de alimentos da AF/EFR para a AE segundo a Lei nº11.947/2009? [01] Sim. Qual? _____ [02] Não	
4	O sr fornece os alimentos para a AE em quais municípios? _____	
5	O nutricionista da AE de Sanclerlândia participa da articulação com os AF para inserção de seus produtos na AE? [01] Sim. De qual forma? _____ [02] Não. Por quê? _____ [77] Não sabe	
PROCESSO DE COMPRA		
6	O Sr (a) sabe como a chamada pública para compra do AF é feita em Sanclerlândia? _____	
7	Os produtos listados na chamada pública são os mesmos produzidos na região (produção local)? [01] Sim [02] Não. Por quê? _____ [77] Não sabe	
CARACTERIZAÇÃO DA PRODUÇÃO LOCAL		
8	Qual(is) alimentos são cultivados/produzidos na região? _____ _____	
9	É feito um mapeamento/levantamento do que é produzido pela AF da região? [01] Sim [02] Não [77] Não sabe [88] NSA	
10	Quais os produtos o sr cultiva? _____	
11	Qual(is) a(s) dificuldade(s) para acesso do AF ao mercado da alimentação escolar? _____ _____	
12	Há no município algum estímulo/ incentivo à produção local da AF? [01] Sim [02] Não [77] Não sabe	
	12.1 Se sim, qual(is)? _____	
13	Há no município alguma agroindústria familiar(es) para processamento de alimentos? [01] Sim [02] Não [77] Não sabe	
	14.1 Se sim, essa agroindústria familiar(es) está em funcionamento? [01] Sim [02] Não. Por quê? _____ [03] Não sabe [88] NSA	

<p>14.2 Se sim, qual(is) o(s) tipo(s) de agroindústria(s) familiar(es) existente(s)?</p> <p>[01] Polpa de fruta [02] Laticínio [03] Casa de farinha [04] Abatedouro [05] Engenho (processamento de derivados da cana-de-açúcar, como rapadura) [06] Outra(s). Especifique: _____ [77] Não sabe [88] NSA</p>
<p>15. O sr classifica a sua produção agrícola como sendo</p> <p>[01] Tradicional (instrumentos manuais) [02] Moderna (mecanizada) [03] Outra _____</p>
<p>16. Onde o sr adquire as sementes/mudas? _____</p>
<p>17. Que tipo de semente é utilizada na produção?</p> <p>[01] Convencional [02] Crioula [03] Transgênica [04] Outra _____</p>
<p>18. Qual tipo de água é utilizada na irrigação da produção?</p> <p>[01] Água de rio [02] Água do poço/cisterna [03] Água SANEAGO [04] Outra _____</p>
<p>19. O sr utiliza agrotóxico na sua produção? [01] Sim [02] Não</p> <p>19.1 Se sim, qual? _____</p> <p>19.2 Em que culturas alimentares _____</p>
<p>20. Como é realizado o transporte da colheita até o local de armazenamento? _____</p>
<p>21. Qual o local onde é armazenada a produção após a colheita?</p> <p>[01] Celeiro [02] Ar livre [03] Em casa [04] Galpão [05] Outros _____</p>
<p>ESCOLA</p> <p>22. Como é realizado o transporte da produção da propriedade para a escola?</p> <p>_____</p> <p>_____</p>
<p>23. É feito algum tipo de controle higiênico sanitário dos alimentos quando da entrega na escola?</p> <p>_____</p> <p>23.1 Se sim porque? _____</p> <p>24.1 Como é realizado? _____</p>

Horário do término da entrevista: ____ h ____ min

OBSERVAÇÕES: _____

APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO PARA GESTORES MUNICIPAIS DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Data: ____/____/____ Horário de início da entrevista: ____h ____ min Entrevistador[a]: _____ IDENTIFICAÇÃO DO MUNICÍPIO Questionário nº: ____ Município: _____ Estado: _____ DADOS PESSOAIS DO ENTREVISTADO Nome: _____ Telefone: (____) _____ / (____) _____ / (____) _____ E-mail: _____	ENT: __ __ QN: __ __ __ MUN: __ __ __ EST: __ __										
AÇÕES DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (Nutricionista RT ou QT / Responsável pela alimentação escolar)											
LEGISLAÇÃO PNAE E REPASSE DE RECURSO											
1. Quais as leis que tratam da Alimentação Escolar você conhece? (Aguardar resposta sem oferecer opções) [01] Lei nº11.947/2009 [02] Resolução FNDE nº 26/2013 [03] Outra(s) _____ [77] Não sabe	CONLEI __ __ OUTRALEI __ __										
2. Qual a modalidade de gestão do PNAE adotada pelo município? [01] Centralizada [02] Descentralizada [03] Terceirizada [04] Mista [77] Não sabe	GEST __ __										
3. O município recebe regularmente o recurso repassado pelo FNDE? [01] Sim. [02] Não. Qual motivo? _____	RECUFNDE __ _ _ QUALMOT __ __										
4. O Sr(a) sabe o valor financeiro investido pelo FNDE, por estudante, para a compra de gêneros alimentícios para a oferta da alimentação escolar? [01] Sim. Qual o valor? <table style="width: 100%; border: none;"> <thead> <tr> <th style="text-align: left;">Modalidades</th> <th style="text-align: left;">Valor R\$</th> </tr> </thead> <tbody> <tr><td>1 Educação básica</td><td></td></tr> <tr><td>2 Creche</td><td></td></tr> <tr><td>3 Quilombola</td><td></td></tr> <tr><td>4 Programa Mais Educação</td><td></td></tr> </tbody> </table> [02] Não [77] Não sabe	Modalidades	Valor R\$	1 Educação básica		2 Creche		3 Quilombola		4 Programa Mais Educação		REPASSEG __ __ MODALREP1 __ __ MODALREP2 __ __ MODALREP3 __ __ MODALREP4 __ __
Modalidades	Valor R\$										
1 Educação básica											
2 Creche											
3 Quilombola											
4 Programa Mais Educação											
5. A Secretaria Municipal de Educação faz a complementação financeira para a compra de gêneros alimentícios da alimentação escolar? [01] Sim. Quanto? _____ <table style="width: 100%; border: none;"> <thead> <tr> <th style="text-align: left;">Modalidades</th> <th style="text-align: left;">Valor R\$</th> </tr> </thead> <tbody> <tr><td>1 Educação básica</td><td></td></tr> <tr><td>2 Creche</td><td></td></tr> <tr><td>3 Quilombola</td><td></td></tr> <tr><td>4 Programa Mais Educação</td><td></td></tr> </tbody> </table> [02] Não [77] Não sabe	Modalidades	Valor R\$	1 Educação básica		2 Creche		3 Quilombola		4 Programa Mais Educação		SMEFINANC __ __ MODALCOMP1 __ __ MODALCOMP2 __ __ MODALCOMP3 __ __ MODALCOMP4 __ __
Modalidades	Valor R\$										
1 Educação básica											
2 Creche											
3 Quilombola											
4 Programa Mais Educação											
6. Os recursos financeiros transferidos pelo FNDE para a execução do PNAE estão sendo mantidos e geridos nas contas correntes específicas abertas pelo FNDE para esse fim? [01] Sim [02] Não [88] NSA	REFICON __ __										
7. Na sua opinião, o total do recurso financeiro utilizado no PNAE do município é suficiente para a oferta da alimentação escolar com qualidade? [01] Sim [02] Não. Por que? _____	RECURSOM __ _										

[77] Não sabe			_ PORQREC __ _																																													
8. O Recurso financeiro repassado pelo FNDE é gasto de outras formas além da compra da alimentação escolar desse município? [01] Sim. Quais formas? _____ [02] Não [77] Não sabe [88] NSA			GASRECUR _ _ _ QUAISFORM _ _ _																																													
9. Existe fiscalização à Entidade Executora, observando se o recurso financeiro está sendo bem empregado? [01] Sim [02] Não [77] Não sabe			FISCALRECU __ _																																													
9.1 Se sim, quem fiscaliza a Entidade Executora? [01] CAE [02] Nutricionista [03] FNDE [04] Ninguém [05] Outros: _____ [77] Não sabe [88] NSA			QUEMFISC _ _ OUTROFISC _ _ _																																													
10. Considerando a contrapartida oferecida pelo município e seu nível de satisfação em relação ao valor do recurso do FNDE, o senhor(a) sugeriria alguma alteração no valor <i>per capita</i>? [01] Sim. Qual(is)? _____ [02] Não			SUGESREC __ _ QUALSUGES _ _ _																																													
PERFIL DAS ESCOLAS ATENDIDAS PELO PNAE																																																
11. O(a) Sr(a) sabe a quantidade de escolas e creches atendidos pelo PNAE nesse município? [01] Sim. Quantos? _____ escolas _____ creches [02] Não [77] Não sabe			ESCOCRECH _ _ _ QUANTESC _ _ _ QUANTCRE _ _ _																																													
12. O(a) Sr(a) sabe qual o número de alunos atendidos pelo PNAE nesse município? [01] Sim. Quantos? _____ [02] Não [77] Não sabe																																																
13. Qual(is) a(as) modalidade(es) da(a)s escola(as) atendidas pelo PNAE existente(es) nesse município? (Falar a modalidade das escolas e aguardar a resposta sobre o número de escolas existentes no município)			ALUNOS __ _ QUANTALU _ _ NESC1 __ _ __ _ NESC2 __ _ __ _ NESC3 __ _ __ _ NESC4 __ _ __ _ NESC5 __ _ __ _ NESC6 __ _ __ _ NESC7 __ _ __ _ NESC8 __ _ __ _																																													
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Modalidade de Escolas</th> <th colspan="3">Existência das escolas</th> <th>Nº de escolas</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>1. Creches em período parcial</td> <td>[01] Sim</td> <td>[02] Não</td> <td>[77] Não sabe</td> <td>_____</td> </tr> <tr> <td>2. Creches em período integral</td> <td>[01] Sim</td> <td>[02] Não</td> <td>[77] Não sabe</td> <td>_____</td> </tr> <tr> <td>3. Educação básica, em período parcial</td> <td>[01] Sim</td> <td>[02] Não</td> <td>[77] Não sabe</td> <td>_____</td> </tr> <tr> <td>4. Mais Educação</td> <td>[01] Sim</td> <td>[02] Não</td> <td>[77] Não sabe</td> <td>_____</td> </tr> <tr> <td>5. Em tempo integral</td> <td>[01] Sim</td> <td>[02] Não</td> <td>[77] Não sabe</td> <td>_____</td> </tr> <tr> <td>6. Educação para Jovens e Adultos (EJA)</td> <td>[01] Sim</td> <td>[02] Não</td> <td>[77] Não sabe</td> <td>_____</td> </tr> <tr> <td>7. Em área indígena</td> <td>[01] Sim</td> <td>[02] Não</td> <td>[77] Não sabe</td> <td>_____</td> </tr> <tr> <td>8. Em área quilombola</td> <td>[01] Sim</td> <td>[02] Não</td> <td>[77] Não sabe</td> <td>_____</td> </tr> </tbody> </table>	Modalidade de Escolas	Existência das escolas			Nº de escolas	1. Creches em período parcial	[01] Sim	[02] Não	[77] Não sabe	_____	2. Creches em período integral	[01] Sim	[02] Não	[77] Não sabe	_____	3. Educação básica, em período parcial	[01] Sim	[02] Não	[77] Não sabe	_____	4. Mais Educação	[01] Sim	[02] Não	[77] Não sabe	_____	5. Em tempo integral	[01] Sim	[02] Não	[77] Não sabe	_____	6. Educação para Jovens e Adultos (EJA)	[01] Sim	[02] Não	[77] Não sabe	_____	7. Em área indígena	[01] Sim	[02] Não	[77] Não sabe	_____	8. Em área quilombola	[01] Sim	[02] Não	[77] Não sabe	_____			
Modalidade de Escolas	Existência das escolas			Nº de escolas																																												
1. Creches em período parcial	[01] Sim	[02] Não	[77] Não sabe	_____																																												
2. Creches em período integral	[01] Sim	[02] Não	[77] Não sabe	_____																																												
3. Educação básica, em período parcial	[01] Sim	[02] Não	[77] Não sabe	_____																																												
4. Mais Educação	[01] Sim	[02] Não	[77] Não sabe	_____																																												
5. Em tempo integral	[01] Sim	[02] Não	[77] Não sabe	_____																																												
6. Educação para Jovens e Adultos (EJA)	[01] Sim	[02] Não	[77] Não sabe	_____																																												
7. Em área indígena	[01] Sim	[02] Não	[77] Não sabe	_____																																												
8. Em área quilombola	[01] Sim	[02] Não	[77] Não sabe	_____																																												
14. Há escolas localizadas na zona rural? [01] Sim. Quantas? _____ [02] Não [77] Não sabe			ESRURAL __ _ QUANTESRU _ _ _																																													
15. Há escolas filantrópicas, comunitárias ou confessionais? [01] Sim. Quantas? _____ [02] Não [77] Não sabe			ESCFILA __ _ QUANTESCFI _ _ _																																													
# No caso de atendimento a entidades filantrópicas, comunitárias e/ou confessionais cujos alunos matriculados são considerados como parte da rede pública de ensino:																																																
16. Os alunos são atendidos e que forma? [01] Fornecimento de gêneros alimentícios [02] Repasse de recursos financeiros [88] NSA			ATENDFORM _ _ _																																													
17. Se a forma de atendimento for por meio de repasse dos recursos financeiros correspondentes, foi mediante formalização de termo de convênio?			ATENDREPA __ _																																													

[01] Sim [02] Não [88] NSA																	
18. Ao receber o repasse do FNDE, quantos dias leva para a EE transferir esse recurso às escolas ou UEx? (Art. 8º, §3º Res. 26/2013)? Observação: verificar nos extratos bancários das contas específicas do PNAE. [01] _____ [88] NSA	DESREPASS _ _																
ATUAÇÃO DO NUTRICIONISTA																	
19. Quantos nutricionistas da alimentação escolar existem no município? _____ [77] Não sabe [88] NSA	QUANTNUTPNA E _ _																
20. O município possui nutricionista habilitado, cadastrado no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que assume responsabilidade técnica do programa? [01] Sim. Qual a carga horária e frequência? _____ horas/semana _____ dias/ semana [02] Não. Por quê? _____ [77] Não sabe [88] NSA	RTPNAE _ _ _ CARGART _ _ _ FREQRT _ _ _ PORQRT _ _ _																
21. Quem é responsável por elaborar o cardápio da alimentação escolar do município? [01] Nutricionista [02] Coordenador(a) da Alimentação Escolar [03] Diretor(a) Escolar [04] Manipulador de Alimentos [05] CAE [06] Outro _____ [07] Não há cardápio [77] Não sabe	ELACARD _ _ _ OUTRORES _ _ _																
22. O cardápio elaborado é seguido pelos manipuladores de alimentos das escolas? [01] Sim [02] Não [03] Em partes [77] Não sabe	CARELAB _ _ _																
23. O que impede que o cardápio seja executado conforme planejado? [01] Ausência de equipamentos [02] Ausência de alimentos [03] Ausência de manipulador de alimentos em quantidade necessária [04] Os estudantes não aceitam algumas preparações [05] Outro: _____ [77] Não sabe [88] NSA	INSE1 _ _ _ INSE2 _ _ _ INSE3 _ _ _ INSE4 _ _ _ INSE5 _ _ _ INSE77 _ _ _ INSE88 _ _ _																
24. Quantas refeições são oferecidas aos alunos? (Falar a modalidades das escolas e aguardar a resposta sobre o número de refeições que são oferecidas em cada uma delas) <table border="1" style="width: 100%; margin-top: 10px;"> <thead> <tr> <th style="width: 70%;">Escolas</th> <th style="width: 30%;">Nº de refeições</th> </tr> </thead> <tbody> <tr><td>1. Creches em período parcial</td><td></td></tr> <tr><td>2. Creches em período integral</td><td></td></tr> <tr><td>3. Educação básica, em período parcial</td><td></td></tr> <tr><td>4. Mais Educação</td><td></td></tr> <tr><td>5. Em tempo integral</td><td></td></tr> <tr><td>6. Em área indígena</td><td></td></tr> <tr><td>7. Em área quilombola</td><td></td></tr> </tbody> </table> [77] Não sabe [88] NSA	Escolas	Nº de refeições	1. Creches em período parcial		2. Creches em período integral		3. Educação básica, em período parcial		4. Mais Educação		5. Em tempo integral		6. Em área indígena		7. Em área quilombola		REFEI1 _ _ _ REFEI2 _ _ _ REFEI3 _ _ _ REFEI4 _ _ _ REFEI5 _ _ _ REFEI6 _ _ _ REFEI7 _ _ _ CRITERCARD _ _ _ OUTROCRIT _ _ _ _
Escolas	Nº de refeições																
1. Creches em período parcial																	
2. Creches em período integral																	
3. Educação básica, em período parcial																	
4. Mais Educação																	
5. Em tempo integral																	
6. Em área indígena																	
7. Em área quilombola																	
25. Quais os critérios para a elaboração dos cardápios da alimentação escolar? [01] Com base nas referências nutricionais [02] De acordo com a cultura alimentar [03] Diagnóstico nutricional [04] Outros _____ [77] Não sabe																	
26. É feito um mapeamento agrícola local no processo de elaboração dos cardápios?	MAPAGRI _ _ _ PORQMAPAGR _ _ _																

<p>[01] Sim. [02] Não. Por que? _____ [77] Não sabe [88]NSA</p>	
<p>27. O(a) nutricionista se articula com os agricultores familiares/empreendedores familiares rurais para inserção de seus produtos na alimentação escolar? [01] Sim. De qual forma? _____ _____ [02] Não. Por que? _____ _____ [88]NSA</p> <p>28. Quais as atividades desenvolvidas pelo nutricionista no município? _____</p>	<p>ARTNUTAF _ _ QUALFORM _ _ _ PORQARTNUTA F _ _ ATIVNUTRI _ _ </p>
<p>29. Como é a relação da gestão do PNAE no município com esse profissional? (registrar impressões, pontuar pontos positivos e negativos)</p>	<p>GESTNUTRI _ _ </p>
CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO PNAE	
<p>30. O(a) Sr(a) realiza assessoria ao Conselho de Alimentação Escolar (CAE)? [01] Sim [02] Não . Porque? _____ [88] NSA</p> <p>30.1 Em quais momentos o(a) nutricionista realiza assessoria ao CAE? [01] Não realiza [02] Nas visitas as unidades escolares [03] Nas reuniões [04] Somente quando solicitada a presença pelos membros [05] Para planejamento [ou receber sugestões] referentes ao cardápio [06] Outro: _____</p> <p>31. O CAE do município se encontra em funcionamento? [01] Sim [02] Não [77] Não sabe [88] NSA</p>	<p>ASSECAE _ _ MOMASSCAE _ _ OUTROMOM _ _ _ FUNCICAE _ _ </p>
<p>32. Quais as atividades desenvolvidas pelo CAE? _____</p> <p>33. A prefeitura garante a infraestrutura necessária para a plena execução das atividades de competência do CAE? [01] Sim [02] Não [77] não sabe</p> <p>34. Qual(is) recurso(s) a prefeitura disponibiliza ao CAE? [01] Local apropriado com condições adequadas para as reuniões [02] Disponibilidade de equipamento de informática [03] Transporte para deslocamento dos membros às escolas [04] Disponibilidade de recursos humanos e financeiros, para execução das atividades [05] Outros: _____</p>	<p>ATIVCAE _ _ PREFEINFRA _ _ _ RECURPREF _ _ _ OUTROREC _ _ _ </p>
<p>35. É fornecido ao CAE sempre que solicitado documentos e informações referentes a execução do PNAE? [01] Sim [02] Não [77] Não sabe [88] Não sabe</p>	<p>DOCUCAE _ _ </p>
AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	
<p>36. Qual(is) são o(s) critério(s) utilizado(s) para a compra dos gêneros da alimentação escolar? [01] Alimentos adquiridos nos processos licitatórios e nas chamadas públicas anteriores [02] Lista de alimentos fornecida pela nutricionista (ou outro profissional, na inexistência do responsável técnico) conforme o cardápio planejado [03] Alimentos que possam ser utilizados em outras demandas municipais (ex. hospitais, casa prisional, etc.) [04] Não há critérios [77] Não sabe</p>	<p>CRICAQUI _ _ </p>
<p>37. A aquisição dos gêneros alimentícios é realizada por meio de:</p>	

<table border="1"> <tr> <td>1. Chamada pública</td> <td>[01] Sim</td> <td>[02] Não</td> <td>[77] Não sabe</td> </tr> <tr> <td>2. Concorrência</td> <td>[01] Sim</td> <td>[02] Não</td> <td>[77] Não sabe</td> </tr> <tr> <td>3. Tomada de preço</td> <td>[01] Sim</td> <td>[02] Não</td> <td>[77] Não sabe</td> </tr> <tr> <td>4. Convite</td> <td>[01] Sim</td> <td>[02] Não</td> <td>[77] Não sabe</td> </tr> <tr> <td>5. Pregão</td> <td>[01] Sim</td> <td>[02] Não</td> <td>[77] Não sabe</td> </tr> <tr> <td>6. Leilão</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>7. Outros. Quais? _____</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </table>	1. Chamada pública	[01] Sim	[02] Não	[77] Não sabe	2. Concorrência	[01] Sim	[02] Não	[77] Não sabe	3. Tomada de preço	[01] Sim	[02] Não	[77] Não sabe	4. Convite	[01] Sim	[02] Não	[77] Não sabe	5. Pregão	[01] Sim	[02] Não	[77] Não sabe	6. Leilão				7. Outros. Quais? _____				AQUIS1 __ AQUIS2 __ AQUIS3 __ AQUIS4 __ AQUIS5 __ AQUIS6 __ AQUIS7 __
1. Chamada pública	[01] Sim	[02] Não	[77] Não sabe																										
2. Concorrência	[01] Sim	[02] Não	[77] Não sabe																										
3. Tomada de preço	[01] Sim	[02] Não	[77] Não sabe																										
4. Convite	[01] Sim	[02] Não	[77] Não sabe																										
5. Pregão	[01] Sim	[02] Não	[77] Não sabe																										
6. Leilão																													
7. Outros. Quais? _____																													
38. O(a) Sr(a) participa da construção e acompanhamento do processo licitatório? [01] Sim [02] Não [88] NSA	PARTLICIT __																												
39. É especificado o padrão de identidade e qualidade de gêneros a serem adquiridos para o PNAE (pauta de compra)? [01] Sim [02] Não [77] Não sabe [88] NSA	QUALI __																												
40. Há dificuldades na elaboração do processo de licitação? [01] Sim. Qual(is)? _____ [02] Não [88]NSA	DIFILICIT __																												
41. A aquisição dos gêneros alimentícios é realizada no comércio local (Art. 19 Res. 26/2013)? [01] Sim [02] Não [03] Não sabe	AQUISICOM __																												
42. A EE ou UEx (unidade executora), compra gêneros alimentícios provenientes da Agricultura Familiar para a alimentação escolar (Art. 24, caput – Res. 26/2013)? [01] Sim. [02] Não. Por que? _____ [77] Não sabe	RECUAF __ PORQNAOAF __																												
43. O município realiza chamada pública para a aquisição de alimentos da Agricultura Familiar para o PNAE? [01] Sim [02] Não [77] Não sabe [88] NSA	CHAPUBAF __																												
44. Qual(is) o(s) meio(s) utilizado(s) para divulgação da chamada pública para a agricultura familiar? _____	DIVUCHAPUB __																												
45. Antes da chamada pública é realizado um mapeamento (levantamento) da produção da agricultura familiar local ou regional? [01] _____ Sim. Qual(is) produto(s) mapeado(s)? _____ [02] _____ Não. Qual motivo? _____ [77] Não sabe [88] NSA	CHAMAP __ QUAISPROD __ QUALMOT __																												
46. No ano anterior, quantas chamadas públicas foram realizadas? [01] Nenhuma [02] Uma [03] Duas [04] Três ou mais [77] Não sabe [88] NSA	ANOACHPU __																												
47. No ano anterior, houve apresentação de projetos de venda e concretização da compra gêneros alimentícios da agricultura familiar? [01] Sim. Qual a porcentagem de compra? _____ - Qual o tipo de fornecedor? (Perguntar se foi fornecedor individual, grupo formal ou grupo informal) _____ [02] Não. Qual o motivo? _____ [77] Não sabe [88] NSA	APROJVEN __ PORCCOMAF __ QUALMOTAF __ _																												

<p>48. No ano anterior, apresentação do projeto de venda foi feita por fornecedores de qual(is) localidade(s)?</p> <p>[01] No município [02] Outro município próximo [03] Na extensão do território rural [04] Outros municípios do estado [05] outros municípios de outros estados [77] Não sabe [88] NSA</p>	<p>VENANOANT _ _ </p>
<p>49. Nesse ano, quantas chamadas públicas foram realizadas?</p> <p>[01] Nenhuma [02] Uma [03] Duas [04] Três ou mais [77] Não sabe [88] NSA</p>	<p>ANOPCHPU _ _ </p>
<p>50. Nesse ano, houve apresentação de projetos de venda e concretização da compra de gêneros alimentícios da agricultura familiar?</p> <p>[01] Sim. Qual a porcentagem de compra? _____ Qual o tipo de fornecedor? (Perguntar se foi fornecedor individual, grupo formal ou grupo informal) _____</p> <p>[02] Não. Qual o motivo? _____ [77] Não sabe [88] NSA</p>	<p>APROJVEN2 _ _ </p> <p>PORCCOMAF2 _ _ </p> <p>QUALMOTAF2 _ _ </p>
<p>51. Nesse ano, a apresentação do projeto de venda foi realizada por fornecedores de qual(is) localidade(s)?</p> <p>[01] No município [02] Outro município próximo [03] Na extensão do território rural [04] Outros municípios do estado [05] outros municípios de outros estados [77] Não sabe [88] NSA</p>	<p>VENANOATU _ _ </p>
<p>52. Qual a vigência da chamada pública? _____ meses</p>	<p>VIGCHAPUB _ _ </p>
<p>53. Há dificuldades na elaboração e no processo de chamada pública?</p> <p>[01] Sim. Qual(is)? _____ [02] Não [88] NSA</p>	<p>DIFICCHPUB _ _ </p> <p>QUAISDIFI _ _ </p>
<p>54. A EE ou UEx, adquire alimentos orgânicos e/ou agroecológicos provenientes da Agricultura/Empreendedor Familiar Rural (Art. 25, Inciso III)?</p> <p>[01] Sim. Os fornecedores possuem certificação? _____ [02] Não [77] Não sabe [88] NSA</p>	<p>ORGAF _ _ </p>
<p>55. Há no município onde está localizada a EE ou UEx, assentamentos da reforma agrária, comunidades tradicionais indígenas ou comunidades quilombolas?</p> <p>[01] Sim. Qual(is)? _____ - Essas comunidades são priorizadas no processo de aquisição provenientes da Agricultura Familiar? _____</p> <p>[02] Não [03] Não sabe</p>	<p>PRIOAF _ _ </p> <p>QUAISCOMU _ _ </p>
TRANSPORTE, DISTRIBUIÇÃO, ARMAZENAMENTO DE PRODUTOS E CONTROLE DE QUALIDADE	
<p>56. Existe um Controle higiênicosanitário dos produtos adquiridos para a alimentação escolar?</p> <p>[01] Sim. Como é realizado? _____ Qual(is) órgão(s)/ profissionais participa(m)? _____</p> <p>[02] Não [77] Não sabe</p>	<p>QUALHIGG _ _ </p> <p>COMOCONT _ _ </p> <p>QUAISÓRG _ _ </p>
<p>57. Houve previsão, em edital de licitação ou na chamada pública, de apresentação de amostras para a avaliação e seleção dos produtos a serem adquiridos?</p> <p>[01] Sim, apenas em edital na licitação [02] Sim, apenas na chamada pública [03] Sim, nos dois casos</p>	<p>EDITCHA _ _ </p>

[04] Não [77] Não sabe																												
58. Se sim, as amostras dos produtos foram submetidas a análise? [01] Sim [02] Não [77] Não sabe [88] NSA	AMOANA _ _																											
59. Em geral, as escolas possuem infraestrutura para armazenar os gêneros alimentícios adquiridos? [01] Sim [02] Não. Qual(is) a(s) principal(is) dificuldade(s)? _____ [77] Não sabe	INFRAESCO _ _ QUAISDIF _ _																											
60. Como é realizada a entrega dos gêneros alimentícios advindos da Agricultura Familiar? [01] Os fornecedores entregam no depósito central e a EE faz a distribuição [02] Os fornecedores entregam nas escolas [03] Outros: _____ 61. Quem realiza o transporte e distribuição dos produtos adquiridos para a alimentação escolar (exceto aqueles da Agricultura Familiar)? [01] Entidade Executora [02] Próprio(s) fornecedor(es) [03] Empresa terceirizada [04] Outro(s) _____ [77] Não Sabe	TRASNSPAF _ _ OUTROENT _ _ _ TRANSP _ _ _ OUTROTRANS _ _																											
62. Qual o meio de transporte utilizado para levar os gêneros alimentícios até as escolas? _____ [77] Não sabe	TRASNPADE _ _																											
63. As unidades escolares possuem Manual de Boas Práticas? [01] Sim [02] Não [03] Algumas possuem outras não [77] Não sabe	MBPGEST _ _																											
	POPGEST _ _																											
64. Qual a periodicidade de formação para os manipuladores de alimentos? [01] Anual [02] Semestral [03] Trimestral [04] Bimestral [05] 1x/mês [06] 2x/mês [07] 1x/semana [08] Não realiza [77] Não sabe	TREINAGEST _ _																											
65. Você sabe quem é o fornecedor e a periodicidade de entrega dos seguintes produtos alimentícios: <table border="1"> <thead> <tr> <th>Produto</th> <th>Fornecedor [01] Sim</th> <th>Periodicidade de entrega</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>1. Não perecíveis (arroz, feijão, óleo, açúcar, etc.)</td> <td>[77] Não sabe</td> <td>[88] NSA</td> </tr> <tr> <td>2. Hortaliças</td> <td>[77] Não sabe</td> <td>[88] NSA</td> </tr> <tr> <td>3. Frutas</td> <td>[77] Não sabe</td> <td>[88] NSA</td> </tr> <tr> <td>4. Leite e derivados</td> <td>[77] Não sabe</td> <td>[88] NSA</td> </tr> <tr> <td>5. Panificadores</td> <td>[77] Não sabe</td> <td>[88] NSA</td> </tr> <tr> <td>6. Carnes</td> <td>[77] Não sabe</td> <td>[88] NSA</td> </tr> <tr> <td>7. Outros:</td> <td>[77] Não sabe</td> <td>[88] NSA</td> </tr> <tr> <td></td> <td>[02] Não</td> <td></td> </tr> </tbody> </table>	Produto	Fornecedor [01] Sim	Periodicidade de entrega	1. Não perecíveis (arroz, feijão, óleo, açúcar, etc.)	[77] Não sabe	[88] NSA	2. Hortaliças	[77] Não sabe	[88] NSA	3. Frutas	[77] Não sabe	[88] NSA	4. Leite e derivados	[77] Não sabe	[88] NSA	5. Panificadores	[77] Não sabe	[88] NSA	6. Carnes	[77] Não sabe	[88] NSA	7. Outros:	[77] Não sabe	[88] NSA		[02] Não		FORPEN1 _ _ FORPEN2 _ _ FORPEN3 _ _ FORPEN4 _ _ FORPEN5 _ _ FORPEN6 _ _ FORPEN7 _ _
Produto	Fornecedor [01] Sim	Periodicidade de entrega																										
1. Não perecíveis (arroz, feijão, óleo, açúcar, etc.)	[77] Não sabe	[88] NSA																										
2. Hortaliças	[77] Não sabe	[88] NSA																										
3. Frutas	[77] Não sabe	[88] NSA																										
4. Leite e derivados	[77] Não sabe	[88] NSA																										
5. Panificadores	[77] Não sabe	[88] NSA																										
6. Carnes	[77] Não sabe	[88] NSA																										
7. Outros:	[77] Não sabe	[88] NSA																										
	[02] Não																											
PRESTAÇÃO DE CONTAS																												
66. A prefeitura tem realizado a prestação de contas ao FNDE? [01] Sim [02] Não. Qual(is) motivo(s)? _____ [77] Não sabe	PREFNDE _ _ QUALMOT _ _																											

67. A Entidade Executora apresentou dificuldades na prestação de contas pelo Sistema de Gestão de Prestação de Contas (SiGPC)? [01] Sim. Qual(is)? _____ [02] Não [03] Não faz essa prestação de contas [77] Não sabe	PRESTCON __ _ QUALDIFIC __ _
68. Houve reprogramação de recurso do ano anterior? [01] Sim. Qual o valor? R\$ _____ [02] Não	REPRECU __ _ QUALVAL __ _
69. Quem participa da prestação de contas do PNAE no município? [01] Contadores da EE [02] Secretário de Educação [03] Coordenador da alimentação escolar [04] Nutricionista [05] CAE [06] Outro: _____	PAPRES1 __ _ PAPRES2 __ _ PAPRES3 __ _ PAPRES4 __ _ PAPRES5 __ _ PAPRES6 __ _
RELAÇÃO DO PNAE COM OUTROS PROGRAMAS	
70. No município existe o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) da CONAB? [01] Sim. - Quantas escolas são beneficiadas pelo PAA? _____ - Quais produtos? _____ [02] Não [77] Não sabe	PROAQUI __ _ ESCPAA __ _ PRODAA __ _
71. O PNAE no município relaciona com outros programas (PDDE, PSE, entre outros)? [01] Sim. Qual(is)? _____ [02] Não [77] Não sabe	RELAPRO __ _ QUAISPRO __ _

Horário do término da entrevista: ____ h ____ min

OBSERVAÇÕES:

**APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO PARA O RESPONSÁVEL
PELA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL**

Data: ____/____/____ Horário de início da entrevista: ____h ____ min		
Entrevistador[a]: _____		ENT: __ __
IDENTIFICAÇÃO DO MUNICÍPIO		
Questionário nº: ____ Município: _____ Estado: _____		QN: __ __ __
DADOS PESSOAIS DO ENTREVISTADO		MUN: __ __ __
Nome: _____		EST: __ __
Telefone: (____) _____ / (____) _____ / (____) _____		
E-mail: _____		
Tempo de atuação no município: _____		
LEGISLAÇÃO PNAE, ASSISTÊNCIA PARA O PROGRAMA		
1. O(a) senhor(a) conhece as leis que tratam da Alimentação Escolar? (Aguardar respostas sem oferecer opções)		LEGPNAE __ __
[01] Sim [02] Não [77] Não sabe		
1.1 Se sim, quais?		QUAISLEI __ __
[01] Lei nº11.947/2009		OUTRALEI __ __
[02] Resolução FNDE nº 26/2013		
[03] Outra(s) _____		
[88] NSA		
2. Quais são as atividades desenvolvidas pela EMATER junto a alimentação escolar?		ATIVEMATER __ __

3. O(a) Sr(a) sabe qual a porcentagem de compra de alimentos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural para a alimentação escolar conforme a Lei nº11.947/2009 determina?		LEI __ __
[01] Sim. Qual? _____		QUALPOR __ __
[02] Não		
4. Há um mapeamento / levantamento do que é produzido pela agricultura familiar da região? (se não pular para a questão 5)		MAPALOCAL __ __
[01] Sim [02] Não [77] Não sabe [88] NSA		
4.1 Se sim, quem faz esse mapeamento? _____		QUEMAP __ __
4.2. Qual(is) produto(s) há na região?		PRODLOCAL __ __

5. Qual é a origem dos agricultores familiares deste município? (Marque mais de uma alternativa, se necessário)		ORIGAF __ __
[01] Agricultores familiares tradicionais		
[02] Assentamentos de reforma agrária		OUTORIG __ __
[03] Comunidades quilombolas		
[04] Comunidades indígenas		
Outra _____		
[77] Não sabe		
6. Você acha importante a inclusão dos produtos da agricultura familiar na alimentação escolar?		IMPOAF __ __
[01] Sim. Por quê? _____		PORSIM __ __
[02] Não. Por quê? _____		PORNAO __ __
10 PASSOS PARA INSERÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR		
7. O(a) senhor(a) sabe qual percentual de compra da agricultura familiar para alimentação escolar que o município alcança?		PERCENT __ __
[01] Sim [02] Não [77] Não sabe		
7.1. Se sim, qual foi a percentagem neste ano? _____		PERCSAN __ __

<p>8. Para a elaboração do cardápio existe articulação entre o nutricionista e a EMATER? [01] Sim [02] Não [77] Não sabe</p>	<p>ARTNUT _ _ COMOART _ _ </p>
<p>8.1 Se sim, como se dá essa articulação? _____</p>	<p>PRECAF _ _ </p>
<p>9. O (a) Senhor sabe como é determinado o preço dos produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar no município? [01] Sim [02] Não [77] Não sabe</p>	<p>COMOPREC _ _ </p>
<p>9.1 Se sim, como? _____</p>	
<p>10. Como é feita a seleção dos agricultores familiares para fornecer alimentos para alimentação escolar? _____ [77] Não sabe</p>	<p>COMOSEL _ _ </p>
<p>11. Os agricultores familiares do município elaboram um projeto de venda para fornecer os gêneros alimentícios para a alimentação escolar? [01] Sim [02] Não [77] Não sabe</p>	<p>PROJVEND _ _ </p>
<p>12. O (a) senhor (a) conhece quais são os documentos de habilitação necessários para os agricultores familiares forneçam gêneros alimentícios para a alimentação escolar? [01] Sim [02] Não [77] Não sabe</p>	<p>DOCAF _ _ </p>
<p>14.1 Se sim, quais são? _____</p>	
<p>13. No município existe algum serviço de inspeção sanitária? [01] Sim. Especifique _____ [02] Não. Porque? _____ [77] Não sabe</p>	<p>QUAISDOC _ _ INSPSAN _ _ QUALINSP _ _ PORINSP _ _ </p>
<p>14. O (a) senhor (a) sabe quem faz a seleção dos projetos de venda dos agricultores familiares? [01] Sim [02] Não [77] Não sabe</p>	<p>SELPROJ _ _ </p>
<p>14.1 Se sim, quem? _____</p>	<p>QUEMSEL _ _ </p>

Horário do término da entrevista: ____ h ____ min

OBSERVAÇÕES: _____

APÊNDICE E - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O (a) Senhor (a) está sendo convidado (a) para participar, como voluntário (a), de uma pesquisa. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa, o (a) senhor (a) não será penalizado (a) de forma alguma. Em caso de dúvida sobre questões éticas da pesquisa, poderá procurar o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás, no telefone (62) 3521-1215 e outras dúvidas, com os pesquisadores responsáveis: Estelamaris Tronco Monego (62) 32096270 ou Lucinda Carolina Manjama (62) 94283130 ou Beatriz Assis Carvalho (62) 8190649, inclusive ligações a cobrar.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

O (a) Senhor (a) está sendo convidado (a) a participar da pesquisa “O Programa Nacional de Alimentação Escolar e a Agricultura Familiar: apoio técnico e científico a entidade executora goiana”, que têm como objetivo: apoiar técnica e cientificamente a entidade executora (Secretaria Municipal de Educação) quanto ao aprimoramento da execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), com ênfase na aquisição dos gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação escolar, conforme proposto pela Lei nº 11.947/2009.

Caso participe, é importante saber que essa etapa será desenvolvida mediante a uma entrevista, que será em torno de 30 a 45 minutos, seguindo modelos próprios para identificação da realidade do município, quanto à execução do PNAE, no que se refere: a legislação; repasse de recurso; atuação da gestão; perfil das escolas atendidas; atuação do responsável técnico; atuação do conselho de alimentação escolar; aquisição de gêneros alimentícios, com ênfase na agricultura familiar, e prestação contas. A entrevista será gravada.

As informações fornecidas pelo (a) senhor (a) serão utilizadas nesta pesquisa e disponibilizado para o município para o desenvolvimento das ações, com vistas a melhoria da execução do PNAE. Os resultados serão publicados, em eventos científicos, de forma conjunta, sem publicação de nomes dos participantes, garantindo a privacidade e a confidencialidade dos dados. Além disso, as informações serão repassadas ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), tendo em vista ser o órgão que regimenta as ações do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), agência financiadora, em forma de relatório.

O (a) senhor (a) tem liberdade de se recusar a participar da pesquisa em qualquer momento sem qualquer prejuízo. Ao participar da pesquisa você deve estar esclarecido que os riscos são mínimos, tendo em vista que será somente a participação e contribuição com o fornecimento de informações sobre a alimentação escolar, por meio da entrevista. Dentre os benefícios é importante destacar que (a) senhor (a) colaborará para a melhoria da execução do PNAE no município, garantindo, assim, o Direito Humano à Alimentação Adequada e a Segurança Alimentar e Nutricional na comunidade escolar, além de formação complementar na área.

Nome e Assinatura do participante

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu, _____, RG/ CPF _____ abaixo assinado, concordo em participar do estudo “O Programa Nacional de Alimentação Escolar e a Agricultura Familiar: apoio técnico e científico a entidade executora goiana”, como sujeito voluntário.

Fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pelo auxiliar de pesquisa _____ sobre a pesquisa, os objetivos, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação.

Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Testemunhas (não ligadas à equipe de pesquisadores):

1) Nome: _____

Assinatura: _____

2) Nome: _____

Assinatura: _____

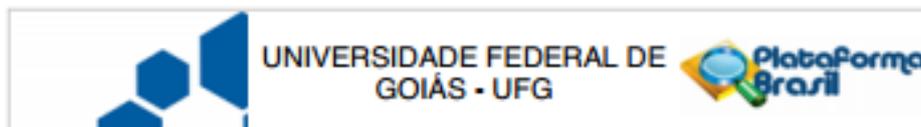
_____ Assinatura do participante

_____ Assinatura do pesquisador

_____, ____ de _____ de 201____.

ANEXOS

ANEXO 1- PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA E PESQUISA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O Programa Nacional de Alimentação Escolar e a Agricultura Familiar: apoio técnico e científico a entidades executoras goianas, SUBSTITUIR POR: O Programa Nacional de Alimentação Escolar e a Agricultura Familiar: apoio técnico e científico à uma entidade executora goiana

Pesquisador: LUCILENE MARIA DE SOUSA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 33247614.5.0000.5083

Instituição Proponente: Faculdade de Nutrição

Patrocinador Principal: Universidade Federal de Goiás

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.103.074

Data da Relatoria: 08/05/2015

Apresentação do Projeto:**Apresentação da Notificação:**

Título da pesquisa: O Programa Nacional de Alimentação Escolar e a Agricultura Familiar: apoio técnico e científico a entidades executoras goianas - SUBSTITUIR POR: O Programa Nacional de Alimentação Escolar e a Agricultura Familiar: apoio técnico e científico à uma entidade executora goiana.

Pesquisadora responsável: LUCILENE MARIA DE SOUSA (profa FANUT/UFG).

Equipe de pesquisa: KARINE ANUSCA MARTINS, ESTELAMARIS TRONCO MONEGO, MARIA RAQUEL HIDALGO CAMPOS (professoras FANUT/UFG)

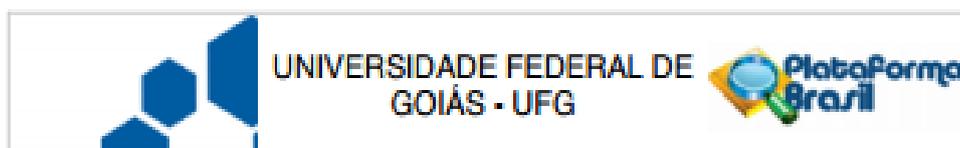
Instituição Proponente: Faculdade de Nutrição/ UFG. CAAE: 33247614.5.0000.5083

Submetido em: 25/05/15.

Objetivo da Pesquisa:**Objetivo da Notificação:**

Envio de solicitação de substituição do projeto anterior pelo projeto intitulado "O Programa Nacional de Alimentação Escolar e a Agricultura Familiar: apoio técnico e científico a uma entidade executora goiana", e mudança da equipe de pesquisadores.

Endereço: Prédio da Relatoria Térreo Cx. Postal 131
 Bairro: Campus Samambaia CEP: 74.001-970
 UF: GO Município: GOIÂNIA
 Telefone: (62)3521-1215 Fax: (62)3521-1163 E-mail: cep.pplulg@gmail.com



Continuação do Parecer: 1.108.074

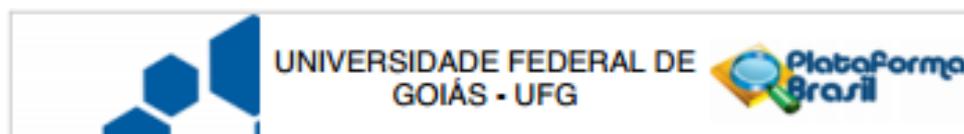
Avaliação dos Riscos e Benefícios:

De acordo com o projeto, os riscos físicos de participação do projeto são mínimos aos pesquisadores, participantes externos e estudantes envolvidos. Os riscos serão controlados por meio da escolha de veículos seguros e em boas condições de uso. Se houver risco de constrangimento, por parte dos entrevistados, estes serão minimizados escolhendo um local reservado para realizar as entrevistas. A realização do projeto trará inúmeros benefícios aos participantes na medida em que possibilitará o fortalecimento da agricultura familiar e a comercialização de produtos agrícolas da região para o PNAE, a orientação e o acompanhamento periódico das ações de responsabilidade dos Conselhos de Alimentação Escolar, o apoio ao nutricionista que atua no Programa e a assessoria aos demais atores sociais envolvidos, com conseqüente garantia da promoção da Segurança Alimentar e Nutricional.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

De acordo com as pesquisadoras, o projeto intitulado "O Programa Nacional de Alimentação Escolar e a Agricultura Familiar: apoio técnico e científico a uma entidade executora goiana" preserva os mesmos propósitos técnico-científicos e metodológicos (com algumas poucas alterações e adaptações), entretanto a ser desenvolvido em apenas um município do estado de Goiás (Senador Canedo), e não mais em 60, como previsto no projeto enviado a este Comitê. Para tanto, buscou-se nova fonte de financiamento para viabilizar sua execução, e aprovou-se uma proposta mais abrangente, contudo com os mesmos propósitos, intitulada "Políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional para escolares: uma proposta de construção em rede", financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O projeto atual tem por objetivo primário apoiar técnica e cientificamente a entidade executora de um município goiano quanto ao aprimoramento da execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar, com ênfase na aquisição dos gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação escolar, conforme proposto pela Lei nº11.947/2009, ou seja, o mesmo objetivo geral da primeira proposta, contudo, para apenas um único município. Os objetivos secundários da mesma forma, seguem os pressupostos da proposta já aprovada: • Realizar diagnóstico sobre a execução do Programa em um município goiano, considerando aspectos de gestão, controle social e aquisição de alimentos, com ênfase nos produtos oriundos da agricultura familiar; • Assessorar os atores sociais na execução do disposto na Resolução CD/FNDE nº 26/2013, considerando aspectos referentes ao controle social, Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável, Segurança Alimentar e Nutricional, aspectos nutricionais,

Endereço: Prédio da Reitoria Térreo Cx. Postal 131
 Bairro: Campus Samambaia CEP: 74.001-970
 UF: GO Município: GOIANIA
 Telefone: (62)3521-1215 Fax: (62)3521-1163 E-mail: cep.ppi@ufg@gmail.com



Continuação do Parecer: 1.105.074

procedimentos licitatórios, aquisição de alimentos da agricultura familiar, execução e prestação de contas do Programa; • Desenvolver um Plano de Ação Estratégico para execução e acompanhamento do Programa no município estudado; • Realizar avaliação processual do desenvolvimento do Plano de Ação Estratégico; • Utilizar a experiência adquirida como estratégia para implementação de um Programa de Alimentação Escolar em Moçambique. Além disso, para adequar a proposta inicial, a equipe de pesquisadores envolvidos foi modificada. Há inclusive, a

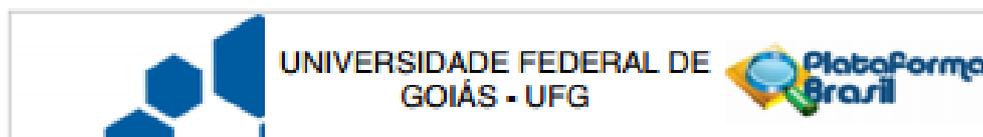
solicitação de troca da coordenação do projeto. O nome da professora Lucilene Maria de Sousa, que na ocasião da aprovação era sub-coordenadora de Pesquisa e Extensão do CECANE UFG, seria substituído pelo da professora Estelamaris Tronco Monego, na época, coordenadora de gestão do CECANE e atualmente orientadora da proposta atual. As pesquisadoras Lucilene Maria de Sousa e Maria Raquel Hidalgo Campos não conseguirão manter-se como participantes, em função de outras demandas acadêmicas. As professoras Estelamaris Tronco Monego e Karine Anusca Martins se mantiveram da proposta inicial e continuarão a desenvolver a atual.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Foi apresentado um projeto reestruturado, na íntegra, constando a seguinte equipe de pesquisa: Profª Estelamaris Tronco Monego (Nutricionista. Doutora em Ciências da Saúde/UFG. Coordenadora de Gestão do CECANE UFG. Coordenadora do projeto), Profª Karine Anusca Martins(Nutricionista. Doutora em Ciências da Saúde/UFG. Sub-coordenadora de Educação Permanente do CECANE UFG), Lucinda Carolina Manjama. (Nutricionista. Mestranda em Nutrição e Saúde/UFG, Pesquisadora), Géssica Mércia (Nutricionista. Mestre em Nutrição e Saúde/UFG. Pesquisadora), Lorena Passos Camargo (Nutricionista responsável técnico da alimentação escolar de Senador Canedo), Emerson Dias Sousa (Gerente da alimentação escolar de Senador Canedo), Giovanna Angela Leonel Oliveira (Acadêmica de Nutrição/UFG. Bolsista CNPq), Isadora Moreira Paulo Tolentino (Acadêmica de Nutrição/UFG. Bolsista CNPq).

O projeto se refere à realização do estudo pela equipe técnico-científica UNASUL, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), com o propósito de promover e consolidar as ações de apoio técnico à execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar, de forma articulada com todos os atores sociais envolvidos em um município de Goiás. Em seguida, considerando a experiência acumulada do grupo de pesquisa no município goiano, refere-se à implementação de um programa de alimentação escolar em Moçambique, a fim de consolidar a parceria com o país junto

Endereço: Prédio da Reitoria Térreo Cx. Postal 131
 Bairro: Campus Samambaia CEP: 74.001-970
 UF: GO Município: GOIÂNIA
 Telefone: (62)3521-1215 Fax: (62)3521-1163 E-mail: cep.pplulq@gmail.com



Continuação de Parecer: 1.100.074

ao projeto proposto, permitindo que a experiência seja lá, multiplicada.

O novo orçamento, no valor de R\$ 183.878,56, inclui diárias e passagens internacionais.

O cronograma prevê a realização da pesquisa em 12 meses, após a aprovação do CEP/UFG, com coleta de dados prevista para março a junho/2015.

Foi apresentado termo de compromisso das seguintes pesquisadoras: Géssica M. Almeida, Giovanna A. L. Oliveira, Isadora M. P. Tolentino, Lucinda C. Manjama.

Foram reapresentados os formulários de coleta de dados e o TCLE.

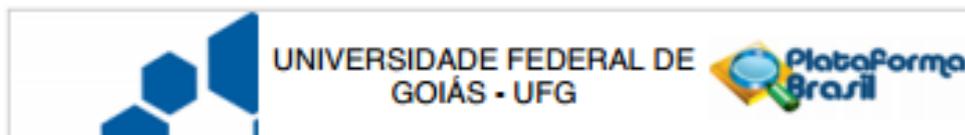
Na reunião do CEP/UFG do dia 11/05/15, a presente notificação não foi aprovada, sendo solicitado o seguinte:

- a alteração da coordenação do projeto e da equipe de pesquisa (com a inclusão das pesquisadoras que assinaram o Termo de Compromisso) no sistema da PB. Para isso, entrar em contato com a coordenação do CEP/UFG (cep.ppi.ufg@gmail.com). A alteração do pesquisador responsável deve ser realizada separadamente desta solicitação, pois tem uma tramitação específica para esta alteração.
- maiores esclarecimentos sobre a parceria com a Universidade de Moçambique e a "realização do estudo pela equipe técnico-científica UNASUL": NÃO HOUVE MAIORES ESCLARECIMENTOS;
- informação sobre o número de participantes na nova proposta: SERÃO 600 OS PARTICIPANTES, INCLUINDO 400 ALUNOS QUE PARTICIPARÃO DAS ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL, DADO NÃO APRESENTADO NO PRIMEIRO PROJETO.

Recomendações:

Apresentar maiores esclarecimentos sobre a parceria com a Universidade de Moçambique e a "realização do estudo pela equipe técnico-científica UNASUL".

Endereço: Prédio da Reitoria Térreo Cx. Postal 131
 Bairro: Campus Samambaia CEP: 74.001-970
 UF: GO Município: GOIÂNIA
 Telefone: (62)3521-1215 Fax: (62)3521-1163 E-mail: cep.ppi.ufg@gmail.com



Continuação do Parecer: 1.102.074

Acrescentar, também no TCLE, que não haverá remuneração para os participantes e, se houver necessidade, poderá ser solicitada indenização.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

A presente Notificação encontra-se aprovada, s.m.j desse Comitê, com as seguintes recomendações: apresentar maiores esclarecimentos sobre a parceria com a Universidade de Moçambique e a "realização do estudo pela equipe técnico-científica UNASUL" e

acrescentar, também no TCLE, que não haverá remuneração para os participantes e, se houver necessidade, poderá ser solicitada indenização.

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

Informamos que o Comitê de Ética em Pesquisa/CEP-UFG considera o presente protocolo APROVADO, o mesmo foi considerado em acordo com os princípios éticos vigentes. Reiteramos a importância deste Parecer Consubstanciado, e lembramos que o(a) pesquisador(a) responsável deverá encaminhar ao CEP-UFG o Relatório Final baseado na conclusão do estudo e na incidência de publicações decorrentes deste, de acordo com o disposto na Resolução CNS nº. 466/12. O prazo para entrega do Relatório é de até 30 dias após o encerramento da pesquisa, prevista para 10/09/2016.

GOIANIA, 11 de Junho de 2015

Assinado por:
João Batista de Souza
(Coordenador)

Endereço: Prédio da Reitoria Térreo Cx. Postal 131
Bairro: Campus Samambaia CEP: 74.001-970
UF: GO Município: GOIANIA
Telefone: (62)3521-1215 Fax: (62)3521-1163 E-mail: cep.ppi.ufg@gmail.com

ANEXO 2 – CARTA À GERÊNCIA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR



Goiânia, 09 de novembro de 2015

Prezada senhora Celma

Muito obrigada pela disposição em nos receber. Temos um projeto denominado "O Programa Nacional de Alimentação Escolar e a Agricultura Familiar: apoio técnico e científico à uma entidade executora goiana" que tem como objetivo conhecer e apoiar técnica e cientificamente a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar de um município brasileiro, com enfoque na oferta de alimentos, Educação Alimentar e Nutricional (EAN), Conselho de Alimentação Escolar (CAE) e Agricultura Familiar (AF).

Para além desse objetivo, a implementação desse projeto servirá de experiência para o aprimoramento do Programa Nacional de Alimentação Escolar de Moçambique.

Esse projeto vem sendo desenvolvido em município goiano desde 2014, porém a articulação dos gestores municipais com os agricultores familiares locais tem se mostrado fraca. Tendo informação do sucesso da inserção da AF na alimentação escolar no seu município, pretendemos realizar uma visita técnica para conhecer a vossa experiência em relação à oferta de alimentos da agricultura familiar no PNAE, fortalecendo dessa forma as informações necessárias para a efetivação de uma proposta para Moçambique.

À disposição para quaisquer esclarecimentos, despedimo-nos aguardando seu retorno

Estelamaris Tronco Monego
Professora da Faculdade de Nutrição - UFG
Coordenadora do Projeto

Endereço: Rua 227 Qd 68 s/nº Setor Leste Universitário – CAMPUS I

CEP: 74.605-080

ANEXO 3 – INSTRUÇÕES AOS AUTORES DA REVISTA *PUBLIC HEALTH NUTRITION*

Public Health Nutrition (PHN) provides an international, peer-reviewed forum for the publication and dissemination of research with a specific focus on nutrition-related public health. The Journal publishes original and commissioned articles, high quality meta-analyses and reviews, commentaries and discussion papers for debate, as well as special issues. It also seeks to identify and publish special supplements on major topics of interest to readers.

SCOPE

The scope of Public Health Nutrition includes multi-level determinants of dietary intake and patterns, anthropometry, food systems, and their effects on health-related outcomes. We welcome papers that:

- Address monitoring and surveillance of nutritional status and nutritional environments in communities or populations at risk
- Identify and analyse behavioral, sociocultural, economic, political, and environmental determinants of nutrition-related public health
- Develop methodology needed for assessment and monitoring
- Inform efforts to improve communication of nutrition-related information
- Build workforce capacity for effective public health nutrition action
- Evaluate or discuss the effectiveness of food and nutrition policies
- Describe the development, implementation, and evaluation of innovative interventions and programs to address nutrition-related problems
- Relate diet and nutrition to sustainability of the environment and food systems

Papers that do not fall within the scope as described above may be directed to more appropriate journals. We prefer papers that are innovative (do not repeat research already undertaken elsewhere) and relevant to an international readership.

ARTICLE TYPES

PHN publishes Research Articles, Short Communications, Review Articles, Letters to the Editors, Commentaries and Editorials. Research Articles, Short Communications and Review Articles should be submitted to <http://mc.manuscriptcentral.com/phnutr>. Please contact the Editorial Office on phn.edoffice@cambridge.org regarding any other types of submission.

A typical paper should be no more than 5000 words long, not including the abstract, references, tables, figures and acknowledgements. Papers submitted as Short Communications should consist of no more than 2000 words, plus a maximum of 3 tables OR figures.

For systematic reviews and meta-analyses, the journal endorses the Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses (PRISMA) Statement (see British Medical Journal (2009) 339, b2535). Such submissions should follow the PRISMA guidelines.

Letters or commentaries are welcome that discuss, criticise or develop themes put forward in papers published in PHN or that deal with matters relevant to it. They should not be used as a means of publishing new work. Acceptance will be at the discretion of the Editorial Board, and editorial changes may be required. Wherever possible, letters from responding authors will be included in the same issue.

SUBMISSION AND REVIEW PROCESS

PHN uses Scholar One Manuscripts for online submission and peer review. As part of the online submission process, authors are asked to affirm that the submission represents original work that

has not been published previously; that it is not currently being considered by another journal; and that each author has seen and approved the contents of the submitted manuscript.

At submission, authors must nominate at least four potential referees who may be asked by the Editorial Board to help review the work. PHN uses a double-blind review process, and manuscripts are normally reviewed by two external peer reviewers and a member of the Editorial Board.

Revisions must be resubmitted within 2 months or they will be deemed a new paper. When substantial revisions are required after review, authors are normally given the opportunity to do this once only; the need for any further changes should reflect only minor issues.

PUBLISHING ETHICS

PHN adheres to the Committee on Publication Ethics (COPE) guidelines on research and publications ethics. The Journal considers all manuscripts on the strict condition that:

- 1) The manuscript is your own original work, and does not duplicate any previously published work;
- 2) The manuscript has been submitted only to the journal - it is not under consideration or peer review or accepted for publication or in press or published elsewhere;
- 3) All listed authors know of and agree to the manuscript being submitted to the journal; and
- 4) The manuscript contains nothing abusive, defamatory, fraudulent, illegal, libellous, or obscene.

Text taken directly or closely paraphrased from earlier published work that has not been acknowledged or referenced will be considered plagiarism. Submitted manuscripts in which such text is identified will be withdrawn from the editorial process. Any concerns raised about possible plagiarism or other violations of ethical guidelines in an article submitted to or published in PHN will be investigated fully and dealt with in accordance with the COPE guidelines.

DETAILED MANUSCRIPT PREPARATION INSTRUCTIONS

Language

Papers submitted for publication must be written in English and should be as concise as possible. We recommend that authors have their manuscript checked by an English language native speaker before submission, to ensure that submissions are judged at peer review exclusively on academic merit.

We list a number of third-party services specialising in language editing and / or translation, and suggest that authors contact as appropriate. Use of any of these services is voluntary, and at the author's own expense.

Spelling should generally be that of the Concise Oxford Dictionary (1995), 9th ed. Oxford: Clarendon Press. Authors are advised to consult a current issue in order to make themselves familiar with PHN as to typographical and other conventions, layout of tables etc.

Authorship

The Journal conforms to the International Committee of Medical Journal Editors (ICMJE) definition of authorship. Authorship credit should be based on:

1. Substantial contributions to conception and design, data acquisition, analysis and/or interpretation;
2. Drafting the article or revising it critically for important intellectual content; and
3. Final approval of the version to be published.

The contribution of individuals who were involved in the study but do not meet these criteria should be described in the Acknowledgments section.

Ethical standards

All submissions must abide by the guidelines in the World Medical Association (2000) Declaration of Helsinki: Ethical Principles for Medical Research Involving Human Subjects, with notes of clarification of 2002 and 2004 (<http://www.wma.net/en/30publications/10policies/b3/>), the Guidelines on the Practice of Ethics Committees Involved in Medical Research Involving Human Subjects (3rd ed., 1996; London: The Royal College of Physicians) and the Guidelines for the Ethical Conduct of Medical Research Involving Children, revised in 2000 by the Royal College of Paediatrics and Child Health: Ethics Advisory Committee (*Arch Dis Child* (2000) 82, 177–182).

Cover Letter

Authors are invited to submit a cover letter including a short explanation of how the article advances the field of public health nutrition in terms of research, practice, or policy, and of its relevance to an international readership. The text for the cover letter should be entered in the appropriate box as part of the online submission process.

Title Page

Authors must submit a title page online as a separate file to their manuscript, to enable double-blind reviewing. For the same reason, the information on the title page should not be included in the manuscript itself. The title page should include:

1. The title of the article;
2. Authors' names, given without titles or degrees;
3. Name and address of department(s) and institution(s) to which the work should be attributed for each author, with each author's institution(s) identified by a superscript number (e.g. A.B. Smith¹);
4. Name, mailing address, email address, telephone and fax numbers of the author responsible for correspondence about the manuscript;
5. A shortened version of the title, not exceeding 45 characters (including letters and spaces) in length;
6. Disclosure statements, as outlined below. These must be included on the title page and not in the manuscript file, to enable double-blind reviewing; if the paper is accepted, they will be inserted into the manuscript during production.

Acknowledgments

Here you may acknowledge individuals or organizations that provided advice and/or support (non-financial). Formal financial support and funding should be listed in the following section.

Financial Support

Please provide details of the sources of financial support for all authors, including grant numbers. For example, "This work was supported by the Medical research Council (grant number XXXXXXXX)". Multiple grant numbers should be separated by a comma and space, and where research was funded by more than one agency the different agencies should be separated by a semi-colon, with "and" before the final funder. Grants held by different authors should be identified as belonging to individual authors by the authors' initials. For example, "This work was supported by the Wellcome Trust (A.B., grant numbers XXXX, YYYY), (C.D., grant number ZZZZ); the Natural Environment Research

Council (E.F., grant number FFFF); and the National Institutes of Health (A.B., grant number GGGG), (E.F., grant number HHHH)".

This disclosure is particularly important in the case of research supported by industry, including not only direct financial support for the study but also support in kind such as provision of medications, equipment, kits or reagents without charge or at reduced cost and provision of services such as statistical analysis. All such support, financial and in kind, should be disclosed here.

Where no specific funding has been provided for research, please provide the following statement: "This research received no specific grant from any funding agency, commercial or not-for-profit sectors."

In addition to the source of financial support, please state whether the funder contributed to the study design, conduct of the study, analysis of samples or data, interpretation of findings or the preparation of the manuscript. If the funder made no such contribution, please provide the following statement: "[Funder's name] had no role in the design, analysis or writing of this article."

Conflict of Interest

Conflict of interest exists when an author has interests that might inappropriately influence his or her judgement, even if that judgement is not influenced. Because of this, authors must disclose potentially conflicting interests so that others can make judgements about such effects. Please provide details of all known financial and non-financial (professional and personal) relationships with the potential to bias the work. Where no known conflicts of interest exist, please include the following statement: "None."

For more information on what constitutes a conflict of interest, please see the ICMJE guidelines.

Authorship

Please provide a very brief description of the contribution of each author to the research. Their roles in formulating the research question(s), designing the study, carrying it out, analysing the data and writing the article should be made plain.

Ethical Standards Disclosure

Manuscripts describing experiments involving human subjects must include the following statement: "This study was conducted according to the guidelines laid down in the Declaration of Helsinki and all procedures involving human subjects/patients were approved by the [name of the ethics committee]. Written [or Verbal] informed consent was obtained from all subjects/patients." Where verbal consent was obtained, this must be followed by a statement such as: "Verbal consent was witnessed and formally recorded."

Manuscript Format

The requirements of PHN are in accordance with the Uniform Requirements for Manuscripts Submitted to Biomedical Journals produced by the ICMJE, and authors are encouraged to consult the latest guidelines, which contain useful, general information about preparing scientific papers. Authors should also consult the CONSORT guidelines for reporting results of randomised trials.

For detailed instructions regarding mathematical modelling, statistical analysis and nomenclature requirements, please refer to the Appendix to these instructions.

Typescripts should be prepared with 1.5 line spacing and wide margins (2 cm), the preferred font being Times New Roman size 12. At the ends of lines, words should not be hyphenated unless hyphens are to be printed. Line numbering and page numbering are required.

Manuscripts should be organised as follows:

Abstract

Each paper must open with a structured abstract of not more than 250 words. The abstract should consist of the following headings: Objective, Design, Setting, Subjects, Results, Conclusions. All the headings should be used, and there should be a separate paragraph for each one. The abstract should be intelligible without reference to text or figures.

Keywords

Authors should list at least four keywords or phrases (each containing up to three words).

Introduction

It is not necessary to introduce a paper with a full account of the relevant literature, but the introduction should indicate briefly the nature of the question asked and the reasons for asking it.

Methods

For manuscripts describing experiments involving human subjects, the required ethical standards disclosure statement must be included on the title page only as described above. It will then be inserted into this section of the manuscript during production.

Results

These should be given as concisely as possible, using figures or tables as appropriate. Data should not be duplicated in tables and figures.

Discussion

While it is generally desirable that the presentation of the results and the discussion of their significance should be presented separately, there may be occasions when combining these sections may be beneficial. Authors may also find that additional or alternative sections such as 'conclusions' may be useful.

References

References should be numbered consecutively in the order in which they first appear in the text using superscript Arabic numerals in parentheses, e.g. 'The conceptual difficulty of this approach has recently been highlighted(1,2–4)'. If a reference is cited more than once, the same number should be used each time. References cited only in tables and figure legends should be numbered in sequence from the last number used in the text and in the order of mention of the individual tables and figures in the text.

Names and initials of authors of unpublished work should be given in the text as 'unpublished results' and not included in the References.

At the end of the paper, on a page(s) separate from the text, references should be listed in numerical order using the Vancouver system. When an article has more than three authors only the names of the first three authors should be given followed by 'et al.' The issue number should be omitted if there is continuous pagination throughout a volume. Titles of journals should appear in their abbreviated form using the NCBI LinkOut page. References to books and monographs should include the town of publication and the number of the edition to which reference is made. References to material available on websites should include the full Internet address, and the date of the version cited.

Examples of correct forms of references are given below.

Journal articles

1. Setchell KD, Faughnan MS, Avades T et al. (2003) Comparing the pharmacokinetics of daidzein and genistein with the use of ¹³C-labeled tracers in premenopausal women. *Am J Clin Nutr* 77, 411–419.
2. Barker DJ, Winter PD, Osmond C et al. (1989) Weight in infancy and death from ischaemic heart disease. *Lancet* ii, 577–580.
3. Forchielli ML & Walker WA (2005) The role of gut-associated lymphoid tissues and mucosal defence. *Br J Nutr* 93, Suppl. 1, S41–S48.
4. Skurk T, Herder C, Kraft I et al. (2004) Production and release of macrophage migration inhibitory factor from human adipocytes. *Endocrinology* (Epublication ahead of print version).

Books and monographs

5. Bradbury J (2002) Dietary intervention in edentulous patients. PhD Thesis, University of Newcastle.
6. Ailhaud G & Hauner H (2004) Development of white adipose tissue. In *Handbook of Obesity. Etiology and Pathophysiology*, 2nd ed., pp. 481–514 [GA Bray and C Bouchard, editors]. New York: Marcel Dekker.
7. Bruinsma J (editor) (2003) *World Agriculture towards 2015/2030: An FAO Perspective*. London: Earthscan Publications.
8. World Health Organization (2003) *Diet, Nutrition and the Prevention of Chronic Diseases. Joint WHO/FAO Expert Consultation. WHO Technical Report Series no. 916*. Geneva: WHO.
9. Keiding L (1997) *Astma, Allergi og Anden Overfølsomhed i Danmark – Og Udviklingen 1987–1991 (Asthma, Allergy and Other Hypersensitivities in Denmark, 1987–1991)*. Copenhagen, Denmark: DanskInstitut for Klinisk Epidemiologi.

Sources from the internet

10. Nationmaster (2005) HIV AIDS – Adult prevalence rate. http://www.nationmaster.com/graph-T/hea_hiv_aid_adu_pre_rat (accessed June 2013).

Tables

Tables should be placed in the main manuscript file at the end of the document, not within the main text. Be sure that each table is cited in the text. Tables should carry headings describing their content and should be comprehensible without reference to the text. Tables should not be subdivided by ruled lines.

The dimensions of the values, e.g. mg/kg, should be given at the top of each column. Separate columns should be used for measures of variance (SD, SE etc.), the \pm sign should not be used. The number of decimal places used should be standardized; for whole numbers 1.0, 2.0 etc. should be used. Shortened forms of the words weight (wt) and height (ht) may be used to save space in tables.

Footnotes are given in the following order: (1) abbreviations, (2) superscript letters, (3) symbols. Abbreviations are given in the format: RS, resistant starch. Abbreviations in tables must be defined in footnotes in the order that they appear in the table (reading from left to right across the table, then down each column). Symbols for footnotes should be used in the sequence: *†‡§||¶, then ** etc. (omit * or †, or both, from the sequence if they are used to indicate levels of significance).

For indicating statistical significance, superscript letters or symbols may be used. Superscript letters are useful where comparisons are within a row or column and the level of significance is uniform, e.g. 'a,b,c Mean values within a column with unlike superscript letters were significantly different ($P < 0.05$)'. Symbols are useful for indicating significant differences between rows or columns, especially where different levels of significance are found, e.g. 'Mean values were significantly different from those of the control group: * $P < 0.05$, ** $P < 0.01$, *** $P < 0.001$ '. The symbols used for P values in the tables must be consistent.

Figures

Figures should be supplied as separate electronic files. Figure legends should be grouped in a section at the end of the manuscript text. Each figure should be clearly marked with its number and separate panels within figures should be clearly marked (a), (b), (c) etc. so that they are easily identifiable when the article and figure files are merged for review. Each figure, with its legend, should be comprehensible without reference to the text and should include definitions of abbreviations.

We recommend that only TIFF, EPS or PDF formats are used for electronic artwork. Other formats (e.g., JPG, PPT and GIF files and images created in Microsoft Word) are usable but generally NOT suitable for conversion to print reproduction. For further information about how to prepare your figures, including sizing and resolution requirements, please see our artwork guide.

In curves presenting experimental results the determined points should be clearly shown, the symbols used being, in order of preference, ○, ●, Δ, ▲, □, ■, ×, +. Curves and symbols should not extend beyond the experimental points. Scale-marks on the axes should be on the inner side of each axis and should extend beyond the last experimental point. Ensure that lines and symbols used in graphs and shading used in histograms are large enough to be easily identified when the figure size is reduced to fit the printed page.

Colour figures will be published online free of charge, and there is a fee of £300 per figure for colour figures in the printed version. If you request colour figures in the printed version, you will be contacted by CCC- Rightslink who are acting on our behalf to collect colour charges. Please follow their instructions in order to avoid any delay in the publication of your article.

Supplementary material

Additional data (e.g. data sets, large tables) relevant to the paper can be submitted for publication online only, where they are made available via a link from the paper. The paper should stand alone without these data. Supplementary Material must be cited in a relevant place in the text of the paper.

Although Supplementary Material is peer reviewed, it is not checked, copyedited or typeset after acceptance and it is loaded onto the journal's website exactly as supplied. You should check your Supplementary Material carefully to ensure that it adheres to journal styles. Corrections cannot be made to the Supplementary Material after acceptance of the manuscript. Please bear this in mind when deciding what content to include as Supplementary Material.

License to Publish form

Authors or their institutions retain copyright of papers published in PHN. The corresponding author is asked to complete a License to Publish form on behalf of all authors, and upload this with the manuscript files at the time of submission. The form includes confirmation that permission for all appropriate uses has been obtained from the copyright holder for any figures or other material not in the authors' copyright, and that the appropriate acknowledgement has been made to the original source. If the manuscript is not accepted, the form will be destroyed.

Accepted Manuscripts

PDF proofs are sent to authors in order to make sure that the paper has been correctly set up in type. Only changes to errors induced by typesetting/copy-editing or typographical errors will be accepted. Corrected proofs should be returned within 2 days by email to Gill Watling at gillwatling@btinternet.com. If corrected proofs are not received from authors within 7 days the paper may be published as it stands.

Offprints

A PDF file of the paper will be supplied free of charge to the corresponding author of each paper, and offprints may be ordered on the order form sent with the proofs.

CONTACT

Prospective authors may contact the Editorial Office directly on +44 (0) 1223 327954 (telephone) or phn.edoffice@cambridge.org (email).

Additionally, more information about the journal, including recent issues, can be found at <http://journals.cambridge.org/phn>.